

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE ECONOMIA

SAMANTHA REZENDE MENDES

MODERNIZAÇÃO, FRAGILIZAÇÃO E A APROPRIAÇÃO DA RENDA  
AGRÍCOLA PELA AGRICULTURA FAMILIAR MINEIRA NOS ANOS 2000.

Uberlândia-MG

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE ECONOMIA

SAMANTHA REZENDE MENDES

MODERNIZAÇÃO, FRAGILIZAÇÃO E A APROPRIAÇÃO DA RENDA  
AGRÍCOLA PELA AGRICULTURA FAMILIAR MINEIRA NOS ANOS 2000.

Dissertação apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Economia.

Área de Concentração: Desenvolvimento  
Econômico

Orientador: Prof.º Dr. Carlos Alves do  
Nascimento

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

**Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.**

---

M538m Mendes, Samantha Rezende, 1986-  
2013

Modernização, fragilização e a apropriação da renda agrícola pela agricultura familiar mineira nos anos 2000 / Samantha Rezende Mendes. - 2013.

97 p.

Orientador: Carlos Alves do Nascimento.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa Pós-Graduação em Economia.

Inclui bibliografia.

1. Economia - Teses. 2. Agricultura familiar - Teses. 3. Renda (Agricultura) - Teses. I. Nascimento, Carlos Alves do. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

CDU: 330

---

SAMANTHA REZENDE MENDES

Banca Examinadora

Uberlândia, 15 de Março de 2013

---

Orientador: Prof.º Dr. Carlos Alves do Nascimento

IE/UFU

---

Prof.º Dr. Pedro Ramos

IE/UNICAMP

---

Prof.º Dr. Henrique Dantas Neder

IE/UFU

---

Prof.º Dr. Antônio César Ortega

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo investigar a evolução da estrutura de composição da participação dos grupos ocupacionais familiares do meio rural mineiro, ocupados em atividades agropecuárias na renda do setor. Para tanto, utilizamos um método estatístico de Decomposição da Mudança no Rendimento Agrícola dos diferentes grupos ocupacionais familiares (empregadores, empregados e conta-próprias; agrícolas e pluriativos) com base nos microdados da PNAD/IBGE, para o período de 2002 a 2009. A hipótese que norteia este trabalho foi construída a partir dos resultados das pesquisas de campo, realizadas em quatro municípios mineiros da microrregião Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, nas quais se detectou uma situação de fragilização e de latente abandono das atividades agrícolas por parte dos agricultores familiares dos municípios pesquisados. Assim sendo, defendemos aqui que essa realidade não se restringe apenas aos municípios pesquisados, mas que grande parte da agricultura familiar no Estado de Minas Gerais encontra-se fragilizada em importantes aspectos. As evidências apresentadas pelos dados confirmam a hipótese deste trabalho, uma vez que são as famílias de conta-próprias (elas representam a maior parte dos agricultores familiares) que menos se apropriam do excedente da renda agrícola gerada no Estado de Minas Gerais, o que geraria um quadro de maior fragilização dessas famílias com forte tendência de abandono da atividade agrícola. Esse movimento tenderia a se aprofundar dado o modelo de desenvolvimento agrícola promovido nessa região que, na busca dos padrões de eficiência e dada a concorrência no setor, forçaria a saída daqueles agricultores que não conseguem os mesmos padrões de produtividade. Diante dessa situação, políticas públicas como o PRONAF, o PAA e o PNAE cumpririam um importante papel no processo de redução do abandono da atividade agrícola por parte dos agricultores familiares.

**Palavras-chave:** agricultura familiar, políticas públicas, modernização da agricultura, conta-próprias.

## ABSTRACT

This work aims to investigate the evolution of the compositional structure of the participation of family occupational groups of rural areas from Triângulo Mineiro engaged in agricultural activities in the income of the sector. Therefore, we use a statistical method Decomposition of Change in Agricultural Income of different family occupational groups (employers, employees and self-employed, agricultural and pluriactive) based on microdata from PNAD / IBGE in the period 2002-2009. The hypothesis guiding this study was constructed from the results of field trials carried out in four municipalities of Triângulo Mineiro and Alto Parnaíba where we detected a situation of fragility and latent abandonment of agricultural activities by farmers municipalities surveyed. So, we argue here that this reality is not only restricted to the municipalities surveyed, but that much of the family farm in Minas Gerais lies fragile in important ways. The evidence presented by the data confirm the hypothesis of this study, since families are self-employed (they represent the majority of farmers) less appropriate the surplus of agricultural income generated in the state of Minas Gerais generating a framework of greater fragility of these families with a strong trend of abandonment of agricultural activity. This movement would tend to deepen as the agricultural development model promoted in this region in search of efficiency standards and given the competition in the industry, would force the output of those farmers who do not get the same productivity standards. Thus, public policies such as PRONAF, PAA and PNAE fulfill an important role in reducing the abandonment of farming by the farmers process.

**KEYWORDS:** family farming, public policy, modernization of agriculture, self-employed.

## LISTA DE TABELAS

- Tabela 1-** Distribuição dos tipos de família da agricultura familiar, segundo a posição na ocupação e o ramo de atividade: Canápolis e Coromandel, MG, 2008.....48
- Tabela 2-** Distribuição dos tipos de família da agricultura familiar, segundo faixas de tamanho de área: Canápolis e Coromandel, MG, 2008.....49
- Tabela 3-** Distribuição absoluta e relativa dos tipos de família da agricultura familiar, segundo faixas de tamanho de área e a condição do produtor: Canápolis e Coromandel, MG, 2008.....50
- Tabela 4-** Distribuição do número de famílias da agricultura familiar, segundo faixas de tamanho de área, condição do produtor e um índice de nível tecnológico: Canápolis e Coromandel, MG, 2008.....52
- Tabela 5-** Distribuição do número de famílias da agricultura familiar (com até 50 hectares de terra) que tiveram acesso a alguma modalidade de crédito bancário (PRONAF e ou outra fonte): Canápolis e Coromande, MG, 2008.....53
- Tabela 6-** Composição percentual da renda média anual da agricultura familiar (com até 10 hectares), segundo diferentes fontes de renda: Canápolis e Coromandel, MG, 2008.....54
- Tabela 7-** Distribuição dos tipos de famílias da agricultura familiar, segundo a posição na ocupação e o ramo de atividade: Indianópolis e Araguari, MG, 2009.....55
- Tabela 8-** Distribuição absoluta e relativa dos tipos de famílias da agricultura familiar, segundo as faixas de tamanho de área: Indianópolis e Araguari, MG, 2009.....56

<b>Tabela 9-</b> Distribuição absoluta e relativa dos tipos de família da agricultura familiar, segundo faixas de tamanho de área e a condição do produtor: Indianópolis e Araguari, MG, 2009.....	57
<b>Tabela 10A-</b> Distribuição do número de famílias da agricultura familiar (com até 50 hectares), segundo faixas de tamanho de área, condição do produtor e um índice de nível tecnológico: Indianópolis, MG, 2009.....	59
<b>Tabela 10B-</b> Distribuição do número de famílias da agricultura familiar (com até 50 hectares), segundo faixas de tamanho de área, condição do produtor e um índice de nível tecnológico: Araguari, MG, 2009.....	60
<b>Tabela 11A-</b> Distribuição do número de famílias da Agricultura Familiar (com até 50 hectares) que tiveram acesso ao PRONAF (Custeio e ou Investimento): Indianópolis e Araguari, MG, 2009.....	62
<b>Tabela 11B-</b> Distribuição do número de famílias da Agricultura Familiar (com até 50 hectares) que tiveram acesso a alguma modalidade de crédito bancário (PRONAF ou outra fonte): Indianópolis e Araguari, MG, 2009.....	63
<b>Tabela 12-</b> Composição percentual da renda média anual da agricultura familiar (com até 50 hectares), segundo diferentes fontes de renda: Indianópolis e Araguari, MG, 2009.....	66
<b>Tabela 13-</b> Distribuição dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Minas Gerais, 2009. (1000 famílias).....	73
<b>Tabela 14-</b> Evolução dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Minas Gerais, 2002-2009. (1000 famílias).....	75
<b>Tabela 15-</b> Evolução dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio, faixas de tamanho de área: Minas Gerais, 2002/09. (1000 famílias).....	76



<b>Tabela 16-</b> Distribuição absoluta e relativa da Agricultura Familiar, segundo faixas de tamanho de área e a condição do produtor: Minas Gerais, 2009.....	77
<b>Tabela 17-</b> Distribuição do número de pessoas* da Agricultura Familiar, segundo faixas de idade, escolaridade e faixas de área: Minas Gerais, 2009. (1.000 Pessoas).....	79
<b>Tabela 18-</b> Distribuição do número de famílias da Agricultura Familiar (com até 20 e 100 hectares) residentes no rural agropecuário não metropolitano de acordo com o número de pessoas* por família: Minas Gerais, 2009.....	79
<b>Tabela 19-</b> Distribuição e variação percentual do número de famílias e de pessoas [das áreas rurais das regiões não metropolitanas] ocupadas em atividades agrícolas, segundo o tipo de família: Minas Gerais, 2002 a 2009.....	81
<b>Tabela 20-</b> Composição das Rendas Médias das Famílias Extensas: Minas Gerais, 2009. (R\$ set. 2009).....	82
<b>Tabela 21-</b> Rendimento médio e per capita das famílias de ocupados em atividades agrícolas segundo tipo de família: Minas Gerais, 2002 a 2009.....	85
<b>Tabela 22-</b> Decomposição dos diferentes efeitos da apropriação da renda total agrícola das famílias de ocupados em atividades agrícolas, segundo o tipo familiar: Minas Gerais, 2002 e 2009.....	87

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1: A PRODUÇÃO FAMILIAR SEGUNDO OS CLÁSSICOS DO CAPITALISMO AGRÁRIO .....</b>	<b>14</b>
<b>1.1 A Produção Familiar sob a Perspectiva Marxista.....</b>	<b>15</b>
1.1.1 Marx: a pequena produção de mercadorias .....	15
1.1.2 Kautsky e a superioridade da grande exploração agrícola .....	20
1.1.3 Lênin: a desintegração do campesinato.....	27
<b>1.2 A Produção Familiar sob a Perspectiva NãoMarxista .....</b>	<b>32</b>
1.2.1 A análise chayanoviana do campesinato .....	32
<b>CAPÍTULO 2: A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E A FRAGILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDOS DE CASO EM CANÁPOLIS, COROMANDEL, INDIANÓPOLIS E ARAGUARI, MG.....</b>	<b>38</b>
<b>2.1 O Desenvolvimento do Capitalismo Agrário: o caso específico brasileiro [e mineiro].....</b>	<b>40</b>
<b>2. 2 Breve Caracterização dos Municípios: Canápolis, Coromandel, Indianópolis e Araguari .....</b>	<b>43</b>
<b>2.3 Metodologia da Pesquisa de Campo .....</b>	<b>44</b>
<b>2.4 Pesquisa de Campo: principais resultados .....</b>	<b>48</b>
2.4.1 Canápolis e Coromandel.....	48
2.4. 2 Indianópolis e Araguari .....	55
<b>CAPÍTULO 3: EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS FAMILIAS RURAIS MINEIRAS E A APROPRIAÇÃO DA RENDA AGRÍCOLA POR PARTE DOS GRUPOS OCUPACIONAIS FAMILIARES EM MINAS GERAIS NOS ANOS 2000.....</b>	<b>69</b>
<b>3.1 Metodologia.....</b>	<b>70</b>
3.1.1 A Tipologia de Famílias .....	70
3.1.2 O Método Estatístico sobre a apropriação da renda agrícola .....	71
3.1.3 Fontes dos Dados e Instrumentos.....	72
<b>3.2 Evolução dos tipos familiares rurais e características da agricultura familiar mineira .....</b>	<b>73</b>
<b>3.3 Dinâmica da População, Famílias e Renda Agrícolas: análise e discussão dos dados .....</b>	<b>81</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>89</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>93</b>

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado sintetiza os resultados gerais de duas pesquisas anteriores [estudos de caso] sobre as condições de produção, ocupação e renda de agricultores familiares de quatro municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP): Canápolis, Coromandel, Indianópolis e Araguari<sup>1</sup>.

O principal objetivo dessas pesquisas consistiu em analisar as transformações na organização do trabalho e da produção entre aqueles agricultores familiares dos referidos municípios. Essas mudanças são decorrentes, por um lado, do efeito da modernização da agricultura [que tem impacto negativo sobre a força de trabalho agrícola e, principalmente, sobre os pequenos produtores familiares], e, de outro lado, do recurso às atividades não agrícolas dos membros das famílias rurais. Procuramos entender também as motivações individuais ou familiares que impulsionaram os membros dessas famílias a buscar fontes de renda fora da agricultura.

O problema de pesquisa que norteou os referidos estudos de casos tinha como referência central os resultados dos trabalhos de Nascimento (2002; 2005; 2008) que revelaram o permanente declínio dos contingentes de famílias rurais pluriativas (famílias que conjugam entre seus membros atividades agrícolas e não agrícolas) em regiões onde as práticas capitalistas mais se difundiram, como é o caso da região Sul do Brasil, estudada por esse autor. Como na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP) também há um forte emprego de maquinários e insumos modernos em geral nas diversas atividades agrícolas desenvolvidas nessa região<sup>2</sup> e as tabulações especiais do Projeto Rurbano<sup>3</sup> indicavam redução da agricultura familiar e das famílias pluriativas em Minas Gerais nos anos 1990, nosso **problema de pesquisa**, portanto, tinha como propósito entender o porquê da tendência de redução desse universo de unidades produtivas familiares.

As hipóteses de trabalho levantadas foram: i) dado o grau de avanço da modernização porque passa a agricultura no TMAP, particularmente o uso de força

---

<sup>1</sup>Essas pesquisas foram financiadas pelo CNPq, das quais o orientador e a orientanda dessa dissertação participaram como coordenador e integrante da equipe executora respectivamente.

<sup>2</sup> Ver a propósito Garlipp (1999), Ortega, Garlipp e Jesus (2004)

<sup>3</sup> O Projeto Rurbano pertence ao Núcleo de Economia Agrícola e do Meio Ambiente (NEA), vinculado ao Instituto de Economia (IE) da Unicamp. Informações sobre o Projeto Rurbano ver em <http://www.eco.unicamp.br/index.php/nea>.

mecânica nos momentos da colheita de culturas como a cana-de-açúcar e o café – e as exigências de eficiência e competitividade sobre os produtores rurais – acredita-se que muitos pequenos produtores familiares estejam sendo pressionados a abandonar suas atividades agrícolas e substituí-las por outras fora da agricultura, ou a ficarem marginalizados nas suas atividades agrícolas, cada vez tornando-se mais onerosas do que rentáveis; ii) com o avanço da produção (e da área plantada) de cana-de-açúcar (e de outras monoculturas), na região do TMAP, muitos daqueles pequenos produtores familiares que se veem incapazes de se modernizar (para atender as exigências do mercado) e que, portanto, veem-se pressionados a abandonar suas atividades agrícolas, sentir-se-ão inclinados a arrendar suas propriedades aos produtores de cana-de-açúcar, o que lhes possibilitará tornarem-se de vez famílias não agrícolas (com terras arrendadas); e iii) por outro lado, Programas oficiais como o PRONAF, o PAA, etc., podem estar servindo como fatores atenuantes da (hipótese de existência de uma) tendência de abandono das atividades agrícolas por parte, especialmente, dos pequenos e mais descapitalizados produtores familiares.

Considerando o conjunto das observações relatadas nas referidas pesquisas, referentes, sobretudo, ao tamanho da propriedade, indicador de nível tecnológico, envelhecimento populacional (êxodo rural dos jovens) e renda média familiar, e considerando as inúmeras observações realizadas *in loco*, foi possível sugerir a interpretação de que o grau de tecnificação observado numa fração considerável da amostra pesquisada não se refletia em um bem-estar mais elevado das famílias pesquisadas. Os domicílios são simples, com um padrão de construção e de consumo doméstico que não expressam a existência de algum processo de “capitalização” por parte das famílias produtoras.

Podemos perceber nas pesquisas de campo, nas inúmeras idas e vindas às propriedades pesquisadas, e nas também inúmeras observações e entrevistas, não só quantitativas, mas, especialmente nas qualitativas, que esse aparente paradoxo – de um lado, elevada tecnificação, e, de outro, baixo padrão de consumo (refletindo baixa *capitalização*) – se explica pelo fato de que o agricultor familiar não se apropria do valor excedente por ele produzido, mas quem se apropria são os demais capitais que giram em torno da sua produção; ou seja, quem se apropria são os capitais fornecedores de equipamentos, máquinas e insumos, através dos quais, por serem obrigados, pela

concorrência, a incorporá-los na sua produção, os produtores familiares ficam permanentemente endividados.

A realidade observada *in loco* nos quatro municípios pesquisados revelou claramente uma *situação de fragilidade* e subordinação do elo agropecuário ao capital industrial e mercantil (fornecedor, repassador, de insumos; e de controle sobre a comercialização, transporte). Subordinação que faz com que o grau de tecnificação (máquinas, equipamentos e insumos modernos) não se traduza em melhor bem-estar; mas, na verdade, oculta a face do recorrente endividamento ao qual estão submetidos os produtores familiares entrevistados. Ou seja, uma crescente *tecnificação* que não se expressa em uma *capitalização* crescente.

Entendemos que essa é a razão de termos observado que uma fração expressiva das unidades familiares entrevistadas recorreu a atividades não agrícolas assalariadas como forma de elevar a renda familiar, operação que as fez tornarem-se famílias pluriativas. Para essas famílias pluriativas, como pudemos observar ao longo das entrevistas, o recurso a alguma atividade não agrícola apresenta-se como uma forma de complementação da renda agrícola, que não lhes é suficiente para sua reprodução social.

Aquela relação paradoxal – observada nas pesquisas de campo – entre, de um lado, a crescente modernização da agricultura familiar pesquisada (modernização traduzida como “tecnificação” das unidades produtivas familiares) e, de outro, o baixo grau de “capitalização” observado daquelas unidades produtivas (traduzido em baixo nível de renda familiar, e, por conseguinte, baixo padrão de consumo doméstico) revelou-se, para nosso interesse, de fundamental importância para ajudar a sustentar as nossas hipóteses das pesquisas de campo. Ou seja, sinteticamente nossa principal hipótese de trabalho aponta para uma tendência latente de abandono das atividades agropecuárias por parte dos pequenos produtores familiares, em razão da existência de um quadro de fragilização em que estão submetidas essas unidades produtivas familiares, conforme demonstraremos nos capítulos 2 e 3 desta dissertação. E essa fragilização compromete a permanência da agricultura familiar em atividades agropecuárias, o que por sua vez compromete a pluriatividade das referidas famílias – e essa tendência é preocupante, uma vez que a literatura nacional e internacional destaca a pluriatividade das famílias rurais como importante estratégia para combater a pobreza

rural, o êxodo rural e elevar e estabilizar as rendas médias familiares<sup>4</sup>. Relacionado àquele paradoxo (maior tecnificação versus baixa capitalização) levantamos uma **outra hipótese de investigação** que sustenta que entre os grupos ocupacionais familiares (empregadores, conta-próprias, empregados) as unidades familiares (conta-próprias) foram as que menos se apropriaram da renda global gerada pela agricultura mineira nos anos 2000.

De forma a melhor expor os resultados gerais alcançados, esta dissertação ficou estruturada, além dessa introdução, em mais três capítulos. No Capítulo 1 fazemos um breve resgate do debate entre os clássicos do capitalismo agrário a fim de que com isso possamos levantar parte dos elementos necessários à compreensão da realidade da agricultura familiar tanto dos quatro municípios pesquisados do TMAP, quanto do estado de Minas Gerais como um todo. Já no Capítulo 2, além de retomarmos o processo de capitalização da agricultura para o caso específico brasileiro e, mineiro, em particular, apresentamos os principais resultados das duas pesquisas de campo já mencionadas. No terceiro e último capítulo, não só analisamos os aspectos semelhantes aos investigados nas pesquisas de campo, mas agora para todo o meio rural do estado de Minas Gerais, como também apresentamos o resultado do método de decomposição da mudança no rendimento agrícola dos diferentes grupos ocupacionais familiares mineiros que mostra qual grupo ocupacional familiar mais se apropriou da renda global rural agrícola, assim como também qual grupo menos se apropriou dessa mesma massa de renda agrícola. Por fim, será exposta uma síntese geral do trabalho nas considerações finais.

---

<sup>4</sup> Sobre a Literatura Nacional indicamos, entre outros, Kageyama (1998), Del Grossi (1999), Mattei (1999), Nascimento (2002; 2005a; 2005b), Sacco Dos Anjos (2003), Schneider (2003). Quanto à literatura Internacional, sugerimos, entre outros, Bardají y Jiménez (1995), CEE (1998), Fuller, (1990), Grupo de Brugge (1996), Parlamento Europeo (1998).

# CAPÍTULO 1

## A PRODUÇÃO FAMILIAR SEGUNDO OS CLÁSSICOS DO CAPITALISMO AGRÁRIO

Que a produção agrícola se diferencia da industrial não há muito que se questionar, como também o fato de o capitalismo se manifestar distintamente em cada um desses ramos de atividades<sup>5</sup>. No entanto, quanto às implicações do desenvolvimento do modo de produção capitalista na agricultura, sobretudo ao que se refere ao destino da produção familiar, não se pode dizer o mesmo; o que se confirma na atualidade do debate iniciado em fins do século XIX e que se desdobra até então.

Diante disso, o presente capítulo resgata o debate entre as grandes vertentes analítico-interpretativas acerca do processo de capitalização da agricultura e as transformações que o acompanham, especialmente àquelas experimentadas pelas unidades de produção familiar. A partir desse esforço pretendemos levantar, ao menos em parte, os elementos necessários à compreensão da realidade da agricultura familiar dos municípios mineiros de Canápolis, Coromandel, Indianópolis e Araguari, assim como do conjunto do estado de Minas Gerais; esses, de um modo geral, também marcados pelas transformações decorrentes da modernização das estruturas produtivas no campo.

Assim, as seções que se seguem apresentam, ainda que sucintamente, as contribuições dos clássicos do capitalismo agrário: Kautsky, Lênin e Chayanov. Antes, contudo, faremos um breve resgate também a Marx, mesmo que a produção familiar não tenha sido a problemática central de sua investigação; faz-se necessária tal retomada, entretanto, na medida em que o debate referido decorre, dentre outras razões, de uma possível contradição entre as previsões de Marx e a situação do meio rural europeu, qual seja a da sobrevivência de formas pré-capitalistas de produção, dentre elas a familiar<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> A respeito das especificidades da produção agrícola e, portanto, das “barreiras” ao desenvolvimento capitalista na agricultura cf. GRAZIANO DA SILVA, 2003, em especial o Capítulo 1 - O Progresso Técnico na Agricultura.

<sup>6</sup> Essa possível contradição, por sua vez, ficaria conhecida como questão agrária, e é em torno dela que se articula o debate mencionado.

Finalmente, uma vez mais afirmar que este capítulo propõe-se tão somente a buscar nas principais abordagens do tema subsídios que possam colaborar para o esclarecimento, mesmo que parcial, do problema levantado por este trabalho; o esforço aqui pretendido, portanto, não tem a intenção de esgotar o debate ou mesmo de estabelecer uma ordem de importância entre os teóricos que aqui serão tratados e, muito menos, impor a validade de suas análises ao caso brasileiro [e mineiro em particular].

## 1.1 A Produção Familiar sob a Perspectiva Marxista

### 1.1.1 Marx: a pequena produção de mercadorias

Apesar de questionada a validade do caso inglês à compreensão da realidade do meio rural europeu dada à “insistência” da produção familiar, é importante resgatar a previsão feita por Marx em relação às mudanças pelas quais também passaria a agricultura sob o modo de produção capitalista, tanto pelo motivo já antecipado quanto para um melhor entendimento do processo em si; ainda que o mesmo parta da observação de um contexto específico: o capitalismo industrial urbano inglês. Dessa observação:

[...] Marx sustentou que tanto nos centros pioneiros do desenvolvimento capitalista como nas regiões do mundo onde o capitalismo penetrou, o desenvolvimento levaria à **eliminação das formas pré-capitalistas** de desenvolvimento econômico e produção social. Para Marx, **a lógica do desenvolvimento capitalista** não somente **universalizaria o antagonismo fundamental entre trabalho e capital** em cada sociedade, mas também forçaria ‘todas as nações, sob pena de extinção, a adotar o modo burguês de produção’<sup>7</sup>, assim transformando o mundo à sua própria imagem. (MANN; DICKINSON, 1987, p.8, destaque nosso).

Afinal, como bem colocam Mann & Dickinson (1987), na Inglaterra o desenvolvimento do modo burguês de produção desintegrou as demais formas de produção, inclusive no campo<sup>8</sup>. O avanço do capitalismo e a consequente divisão social

<sup>7</sup> MARX; ENGELS, 1970 *apud* MANN; DICKINSON, 1987, p.8.

<sup>8</sup> É sabido que a expropriação dos camponeses, decorrente do cercamento das terras para a criação de ovelhas fornecedoras de lã para as manufaturas têxteis, constituiu um dos pré-requisitos para o



do trabalho que o acompanha, trazem consigo uma tendência de crescente dependência entre os homens; a divisão do trabalho separa um a um os trabalhos produtivos e os distribui entre diferentes pessoas especializando a produção de modo que, com isso, a reprodução material e, portanto, a sobrevivência das mesmas, só poderá ser satisfeita com a venda de seus produtos no mercado<sup>9</sup>.

E à medida que essa divisão do trabalho se acentua, aumenta também o grau de dependência dos produtores ao mercado, intensificando-se as relações competitivas, seja entre a pequena produção de mercadorias quanto entre esta e a produção capitalista, resultando dessa maneira, em diferentes taxas de acumulação e, por conseguinte, em outra tendência, a de diferenciação social dos produtores, pois:

[...] a competição força o capitalista constantemente a **revolucionar os meios de produção** como meio de reduzir o total de trabalho socialmente necessário requerido na produção, e portanto sempre “barateia” o valor das mercadorias produzidas. Conseqüentemente, **as mercadorias produzidas na esfera capitalista tendem a subvalorizar as mercadorias produzidas nas formas de produção não-capitalistas.** (MANN; DICKINSON, 1987, p. 10, destaque nosso).

Assim, a capacidade possuída pela produção capitalista em modernizar suas estruturas produtivas torna-a superior às formas pré-capitalistas: a pequena produção de mercadorias e, conseqüentemente, a unidade de trabalho familiar que nela se insere desintegra-se, ou seja, a unidade entre capital e trabalho que a caracteriza desaparece. Dessa desintegração, o então pequeno produtor de mercadorias, afastado de seus meios de produção, vê-se obrigado a vender sua força de trabalho como qualquer outra mercadoria, diferenciando-se em um simples trabalhador assalariado. Logo, a pequena produção de mercadorias constituiu a base do capitalismo: é a partir dela que se formam os elementos constitutivos do modo capitalista de produção, o próprio trabalho

---

desenvolvimento do capitalismo industrial [e agrário] inglês, acentuando-se ainda mais a partir desse desenvolvimento.

<sup>9</sup> Para uma análise mais detalhada desse processo de transformação dos produtos em mercadorias, ver especialmente Marx, 1985.

assalariado e o mercado interno para a produção capitalista (MANN; DICKINSON, 1987; SACCO DOS ANJOS, 2003).

Por conseguinte, diante do pressuposto fundamental de separação entre capital e trabalho, a unidade de trabalho familiar no campo também possui um caráter transitório em Marx, pois nela coexiste capital e trabalho em uma mesma unidade de produção. Disso, entende-se o porquê que ele não despendeu grandes esforços em estudá-la: o camponês estava fadado ao desaparecimento, seja enquanto resquício de um modo de produção anterior, ou ainda enquanto classe política<sup>10</sup>.

Embora essa tendência inexorável de extinção da classe campesina seja a “normalidade” do processo, Marx prevê também situações de “anormalidade”, em virtude do caráter peculiar do processo produtivo na agricultura. Essa peculiaridade advém do fato de que a atividade agrícola está sujeita à influência das forças da natureza. Tal fato, por sua vez, explica a não identidade entre tempo de produção e tempo de trabalho e, por isso, o desinteresse inicial do capitalismo em adentrar certas esferas da agricultura deixando-as, a princípio, ao pequeno produtor:

[...] um exame aprofundado da obra de Marx, revela como a natureza peculiar do processo produtivo em certas esferas da agricultura é incompatível com as exigências da produção capitalista, tornando, portanto, tais esferas desinteressantes para a produção capitalista.<sup>11</sup>

Isso porque, durante parte do tempo da produção agrícola não se cria nem valor e nem mais-valia, uma vez que para tanto se faz necessário que o trabalho esteja aplicado à produção. No entanto, esse período “improdutivo” é inevitável haja vista que, o valor contido na mercadoria somente poderá ser realizado quando a mesma encontrar-se em sua forma acabada e, para isso, precisará submeter-se aos processos naturais.

---

<sup>10</sup> Enquanto classe política, o camponês era para Marx como um “saco de batatas”, entendido como sinônimo de uma classe com baixa consciência de classe e submissa às demais. Sobre isso, cf. MARK, 1972.

<sup>11</sup> MANN; DICKINSON, op. cit., p. 16.

Quanto mais duradouro for o tempo em que a mercadoria encontrar-se aos caprichos da natureza, maior será a distinção entre tempo de produção e tempo de trabalho e, provavelmente, menos atrativa se tornará ao capital. Afinal, como mostrado no artigo de Mann & Dickinson (1987), essa distinção limita o desenvolvimento pleno das relações capitalistas de produção na agricultura, conforme veremos em seguida.

Não é apenas o hiato existente entre tempo de produção e tempo de trabalho, porém, que faz da agricultura um ramo de produção específico. O sistema capitalista encontra dificuldades não apenas na esfera da produção como também na da circulação: além da dificuldade referente à circulação dos produtos agrícolas, dada às limitações impostas pela sua própria natureza, como a curta durabilidade; ao longo do tempo de circulação, também não se cria valor e nem mais-valia, mas como no processo de produção, o mesmo é necessário para que o valor da mercadoria possa ser realizado.

Assim, esse “tempo de espera” tem efeitos adversos na taxa de lucro, que é a relação entre a mais-valia e o capital adiantado. Quanto menor o número de rotações que o capital pode realizar dentro de um período de tempo definido<sup>12</sup>, menor será a mais-valia apropriada nesse período e, por conseguinte, menor a taxa de lucro, mantidas constantes outras condições, tais como, taxa de exploração, composição orgânica do capital, duração de jornada de trabalho.

Ainda, outro obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo agrário, refere-se ao uso do capital variável e do capital constante. Obstáculo este, relacionado ao “excesso” do tempo de produção. Durante o tempo de não trabalho, tanto o capital variável quanto o constante ficam ociosos<sup>13</sup>.

Ao ficar ocioso durante parte do processo produtivo, o capital constante continua a reduzir seu valor sem que este seja transferido para as mercadorias, tornando-se um problema para o capitalismo, uma vez que esse valor que deveria ser repassado à mercadoria e, não o é, comprometerá a substituição desse capital constante posteriormente<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> A rotação do capital é igual ao montante de seu tempo na esfera da produção e na esfera da circulação.

<sup>13</sup> MANN; DICKINSON, op.cit..

<sup>14</sup> O valor do capital constante transferido às mercadorias corresponde ao mesmo valor adiantado para sua aquisição - custo de substituição.

Quanto ao capital variável, a não identidade entre tempo de produção e tempo de trabalho, resulta na “subutilização” da força de trabalho na atividade agrícola, já que o trabalho é requerido em apenas algumas etapas desse processo produtivo, o que não só ocasiona problemas de recrutamento de força de trabalho como também, produz efeitos nas relações sociais de produção, dentre elas, o trabalho temporário; além disso, como o processo produtivo na agricultura é contínuo<sup>15</sup>, torna-se mais difícil realizar as diferentes etapas do processo produtivo simultaneamente dificultando dessa maneira, um aprofundamento da divisão social do trabalho nesse setor.

Ou seja, para Marx a “manutenção” das unidades de produção baseadas no trabalho familiar não pode ser explicada pela sua capacidade de resistência à lógica do capitalismo, como argumentam alguns<sup>16</sup>, antes, tal explicação encontra-se justamente na natureza do próprio modo de produção, como mostrado nos parágrafos precedentes.

Esses obstáculos, por sua vez, não significam para Marx a possibilidade de uma coexistência duradoura de uma agricultura capitalista e de uma não capitalista, mas sim de que, em algumas esferas da atividade agrícola se percebe uma diferença entre tempo de produção e tempo de trabalho maior, fato este que a torna de difícil acesso ao capitalismo, mas só temporariamente.

Apesar da dificuldade do modo de produção capitalista de adentrar em determinados segmentos da agricultura, tal dificuldade durará apenas até que os desenvolvimentos científicos avancem e diminuam o “tempo de espera”<sup>17</sup>, tornando a pequena produção de mercadorias atrativa ao capital e a sua necessidade de autoexpansão. Isso é o mesmo que afirmar que para Marx a agricultura inexoravelmente passaria pelo processo de concentração e centralização econômica e, de modo algum, a pequena produção de mercadorias e, portanto a produção familiar será superior ao modelo capitalista de produção.

E é o que demonstrarão os clássicos do marxismo agrário em suas respectivas obras: Kautsky em sua “A Questão Agrária” e Lênin em seu “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” para as quais focaremos nossa análise nas duas seções a seguir.

---

<sup>15</sup> A continuidade característica do processo produtivo na agricultura deve-se à interdependência das etapas que o compõem.

<sup>16</sup> Dentre eles, Chayanov. Cf. seção 1.2.1.

<sup>17</sup> Como já mencionado, o acirramento da concorrência leva os capitalistas a modernizarem suas estruturas produtivas a fim de diminuir o tempo de trabalho socialmente necessário à produção.

### *1.1.2 Kautsky e a superioridade da grande exploração agrícola*

O contexto histórico e político vivenciado por Kautsky influenciou na elaboração de “A Questão Agrária”<sup>18</sup>.

Como foi, em geral, nas cidades que o modo de produção capitalista manifestou-se primeiramente, o capitalismo industrial e, mais do que isso, a oposição social que o caracteriza [classe burguesa e classe proletária], tornou-se a temática principal dos partidos políticos tipicamente urbanos, dentre eles a social-democracia alemã. Todavia, na medida em que o capitalismo se desenrolava, modificava também o caráter das unidades de produção no campo, fazendo-se necessário estender a análise. Ao fazê-la, verificou-se que, ao contrário do previsto, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura divergia, ao menos em parte, de seu desenvolvimento na indústria (KAUTSKY, 1986)<sup>19</sup>.

Diante disso, a social-democracia, um partido puramente proletário, precisou rever seu programa agrário a fim de incorporar à sua causa a classe campestre, pois:

Ela descobre então que o pequeno estabelecimento agrícola de modo algum se encontra em fase de rápido desaparecimento, que os grandes estabelecimentos agrícolas só ganham terreno lentamente, quando, aqui e acolá, não chegam a perder terreno.<sup>20</sup>

No entanto, nem todos concordavam com essa revisão, dentre eles o autor em análise. Para Kautsky, seria inevitável a supressão do pequeno estabelecimento agrícola, embora ele reconheça que o capital na agricultura possua suas particularidades sendo, portanto, difícil prever o fim da luta entre pequeno e grande estabelecimento agrícola; o que, por sua vez, seria mais uma razão para que discordasse dos revisionistas de seu partido (KAUTSKY, 1986; SACCO DOS ANJOS, 2003).

---

<sup>18</sup> Para autores como Abramovay (1998), o posicionamento teórico de Kautsky [e Lênin] somente pode ser compreensível quando analisado no contexto em que emergiu, fora do qual em nada poderá contribuir para a chamada questão agrária – é o que ele chama de “ortodoxia das circunstâncias”.

<sup>19</sup> Como já antecipado no início deste capítulo, o fato do capitalismo se manifestar distintamente na agricultura levantou um questionamento acerca das previsões de Marx, já que tais previsões não eram aplicáveis tão facilmente ao campo, colocando à social-democracia o problema conhecido como questão agrária.

<sup>20</sup> KAUTSKY, op. cit. p. 14.

Ao invés disso, para ele a social-democracia deveria centrar seus esforços nas transformações que o desenvolvimento da indústria urbana capitalista provocava nas unidades de produção no campo. Segundo Kautsky, mais importante que o questionamento acerca de qual forma de produção sobressairia no capitalismo, seria voltar-se para o “enorme surto desenvolvimentista” pelo qual passava a agricultura; sendo essa, a discussão principal de sua obra.

Quando se pretende estudar a questão agrária segundo o método de Marx não se deve apresentar apenas a questão do futuro que teria eventualmente a pequena empresa agrícola; mais do que isso, nós temos que examinar todas as transformações que sofre a agricultura nas várias fases do modo de produção capitalista. Devemos verificar se o capital se apodera da agricultura, como o faz, se a revoluciona, se torna insustentável as velhas formas de produção e propriedade e se acarreta ou não a necessidade de novas formas. Apenas depois de termos essas questões respondidas é que nós poderemos ver se a teoria marxista é aplicável à agricultura ou não [...]. (KAUTSKY, 1986, p. 15).

Com o desenvolvimento do capitalismo industrial, a unidade de produção camponesa experimenta uma profunda revolução. Se até então a família camponesa conciliava em seu estabelecimento uma atividade agrícola tradicional e uma pequena indústria doméstica, produzindo desse modo praticamente tudo àquilo de que necessitava para sobreviver, a superioridade da indústria urbana capitalista faz com que os camponeses abandonem a produção dos produtos de sua pequena indústria, dedicando-se apenas à agricultura<sup>21</sup>.

A dissolução da pequena indústria camponesa, por sua vez, ao destruir a unidade existente entre as atividades agrícola e industrial [especialização da produção], estabelece uma nova relação entre a agricultura e a indústria. O camponês, ao transformar-se em um simples agricultor, precisará ir ao mercado para adquirir os bens antes produzidos pela sua indústria intensificando, pois, o intercâmbio entre a cidade e o campo - tendência à industrialização da agricultura (KAUTSKY, 1986; SACCO DOS ANJOS, 2003).

---

<sup>21</sup> A superioridade da indústria urbana capitalista deve-se, dentre outras razões, a possibilidade de ampliação da divisão do trabalho, que era muito restrita no interior da família camponesa. Cf. Kautsky op. cit.

Essa industrialização da agricultura pode ser entendida como um processo de modernização das estruturas produtivas no campo, já que as ferramentas agrícolas produzidas pela indústria urbana são superiores as ferramentas “toscas”<sup>22</sup> que os camponeses outrora produziam. Ademais, pode também ser entendida como um processo de crescente transformação da agricultura tradicional em uma agricultura comercial, fornecedora de matérias-primas e alimentos aos centros industriais urbanos, ou seja, como produtora de mercadorias, o que, aliás, contribui ainda mais para aquele processo de modernização agrícola, conforme veremos adiante.

Com esse intercâmbio entre cidade e campo, acompanha-se uma necessidade crescente de dinheiro pelo camponês. Se antes, o mesmo não dependia do mercado, a não ser para vender o excedente da produção e, com isso, comprar aquilo que de fato não conseguiria produzir, torna-se cada vez mais dependente desse mercado, agora não mais apenas para o dispensável, mas também para garantir a própria sobrevivência:

Quanto mais evolui esse processo, tanto mais se dissolve essa tradicional indústria doméstica camponesa e cresce, na mesma proporção, a demanda de dinheiro entre os camponeses. Eles agora não só necessitam de dinheiro para obter o dispensável ou supérfluo, mas dele necessitam igualmente para o necessário, o indispensável. **Sem o dinheiro eles já não conseguem levar em frente sua atividade. Já não conseguem viver sem o dinheiro.** (KAUTSKY, 1986, p. 19, destaque nosso).

Sem muito que fazer, os camponeses recorrem à venda dos produtos de sua atividade agrícola, não apenas a parte excedente da produção, como anteriormente, mas também, àquela que era destinada ao consumo da família, pois a venda apenas do sobejo da produção não seria capaz de garantir o dinheiro na quantidade suficiente para fazer frente às novas demandas; ou seja, o caráter da produção camponesa é alterado: a produção antes destinada à satisfação do consumo familiar passa a ser produzida como mercadoria.

Uma vez que os camponeses não mais produzem para o consumo imediato, mas sim para a obtenção do dinheiro necessário para tanto, passam, inevitavelmente, a

---

<sup>22</sup> Termo utilizado por Kautsky ao se referir as ferramentas agrícolas produzidas pelos camponeses, o que reforça a defesa de que a indústria urbana capitalista era superior à indústria doméstica camponesa e, portanto, a incapacidade destes de persistirem em tal atividade.

depende cada vez mais do mercado, como já mencionado. Fato esse, que se reveste de enorme importância para a compreensão das transformações na unidade de produção camponesa a que Kautsky pôs-se a analisar.

Isso porque, essa crescente dependência traz consigo problemas tanto mais difíceis de prever quanto de serem contornados. O mercado é para o camponês muito mais imprevisível do que os “golpes do destino”<sup>23</sup> que os assolavam, pois ao menos contra estes tinham meios de se precaver, ao contrário dos problemas do comércio contra os quais pouco tem a fazer. Além do mais, essa dependência do mercado é acompanhada de um novo tipo de dependência - a de um intermediário entre o camponês e o mercado, que assim como a imprevisibilidade característica do mercado colabora para que seja mais difícil ao camponês satisfazer suas necessidades de dinheiro apenas com a venda de sua produção agrícola:

Quanto mais a produção agrícola se transformava em produção de mercadorias, menor era sua condição de conservar o primitivo nível da venda direta do produtor ao consumidor. Quanto mais distantes e extensos se tornavam os mercados para os quais produzia o homem do campo, mais difícil se tornava, para ele, a venda direta ao consumidor e tanto mais necessário se tornava o intermediário. O negociante se coloca, então, entre o consumidor e o produtor; **ele tem uma visão melhor do mercado**, melhor que a deste último e **domina o mercado até certo ponto; ele se aproveita dessa situação para explorar o camponês**. (KAUTSKY, 1986, p. 20, destaque nosso).

Acrescente-se a isso, o fato de que o camponês não consegue aumentar indefinidamente seu “excedente” produtivo e, assim, tentar suprir a constante carência de dinheiro<sup>24</sup>, visto que para fazê-lo, precisa, dentre outras coisas, de mais dinheiro. Sem ele, o camponês não poderá expandir sua área de plantio, como também não poderá se beneficiar dos avanços técnicos para a agricultura<sup>25</sup>. O tamanho de seu

<sup>23</sup> Expressão utilizada por Kautsky (1986) referindo-se aos “males passageiros” enfrentados pelos camponeses, qual seja uma má colheita, um incêndio, a invasão de um exército inimigo.

<sup>24</sup> Ainda que o camponês aumentasse esse “excedente” indefinidamente, não significa que ele obteria o dinheiro na quantidade requerida para atender suas necessidades, pois como já tratado, o mercado comporta-se de maneira imprevisível, de modo que o que antes seria uma boa colheita torna-se uma desgraça. Kautsky, op. Cit..

<sup>25</sup> Convém reforçar que esse avanço técnico decorre da superioridade da indústria urbana capitalista e sua capacidade de produzir ferramentas agrícolas melhores que as que eram produzidas pela pequena indústria camponesa.



estabelecimento inviabiliza a utilização de máquinas e equipamentos, já que para tanto se exige uma “superfície mínima de terra”, por isso:

“Kautsky parte da premissa de que o caráter familiar das pequenas explorações e o progresso técnico da agricultura são necessariamente **incompatíveis**.” (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 16, destaque nosso).

Essa incompatibilidade, por sua vez, colabora para que os camponeses tenham dificuldades ao enfrentar a grande exploração agrícola. A dissolução da indústria camponesa transforma a atividade agrícola em uma atividade comercial, o que, inevitavelmente, será acompanhado por uma incessante busca para melhorar os meios de produção. E, como posto, a pequena produção agrícola têm dificuldades em acompanhar esse processo de modernização assim, a mesma também terá em permanecer nesse mercado cada vez mais exigente.

O crédito, que nesse caso torna-se a única alternativa, também possui um caráter limitado: são as grandes explorações fundiárias que mais se beneficiam com o crédito ofertado. Isso ocorre pelo fato desse tipo de exploração ser a que melhor satisfaz a grande indústria urbana capitalista e, portanto, é a que recebe a maior parte do dinheiro destinado a esse fim<sup>26</sup>. Outro problema associado à tomada de empréstimos pelos camponeses, diz respeito à dificuldade dos mesmos em livrar-se da dívida contraída junto às instituições de crédito, o que pode comprometer sua fonte de subsistência, a terra. Como é o único bem que possui, além da sua força de trabalho, a terra é penhorada de modo a garantir que a dívida seja paga (KAUTSKY, 1986).

Uma vez separado de seu meio de produção, o camponês leva ao mercado não mais produtos agrícolas, mas o próprio trabalho como mercadoria. A proletarização do campesinato, entretanto, não requer necessariamente a separação do pequeno produtor agrícola e seu estabelecimento, apesar dessa concentração das explorações ser uma tendência inexorável do processo evolutivo do capitalismo na agricultura.

Como vimos, a agricultura está sujeita a tempos de não trabalho, nos quais a família camponesa dedicava-se a sua indústria doméstica. Porém, com a destruição da

---

<sup>26</sup> SACCO DOS ANJOS, op. cit.

mesma e a conseqüente transformação dos camponeses em simples agricultores, a saída para cobrir a necessidade crescente de dinheiro, que decorre dessa separação entre agricultura e indústria, é para Kautsky, diminuir a família, ou seja, despedir os braços que excedem o trabalho requerido pela atividade agrícola desenvolvida no estabelecimento.

No entanto, ainda sim, faz-se necessário que também aqueles que permaneceram na propriedade ocupem-se em uma atividade acessória, a qual, muitas vezes, tornar-se-á a ocupação principal desses camponeses proletarizados. Fato que se reveste de enorme importância, pois na época de pico, principalmente plantio e colheita, será preciso recorrer a braços auxiliares para satisfazer a demanda por trabalho na unidade agrícola camponesa; cada vez mais, a pequena exploração perde o caráter familiar que a caracteriza: substituição do trabalho familiar pelo trabalho assalariado<sup>27</sup>.

Logo, a principal atividade paralela em que se ocupa esse contingente [excedente familiar e camponeses proletarizados], é o trabalho assalariado agrícola, tanto na pequena quanto na grande propriedade fundiária; todavia, essa atividade é uma opção apenas para parte do tempo, visto que a atividade agrícola exige trabalho em apenas algumas etapas da produção. Outra possível forma de ocupação a que Kautsky se refere, é a indústria caseira<sup>28</sup>, que assim como o trabalho na agricultura também possui restrições; só será viável em áreas nas quais ainda seja possível a utilização de ferramentas simples caso contrário, não conseguiriam competir com a indústria urbana capitalista, além disso, requer a disponibilidade de matérias-primas nas proximidades.

Ou seja, não é em todo lugar que está disponível ao camponês oportunidades de um rendimento extra e, mesmo quando existem, podem não ser suficientes para que atenda à sua necessidade de dinheiro não lhe restando, portanto, alternativa a não ser ir em busca dessa atividade “secundária”<sup>29</sup> adicional em outro lugar de modo que, o estabelecimento agrícola até então de propriedade da família, transforma-se em propriedade exclusiva de seu chefe (KAUTSKY, 1986).

---

<sup>27</sup> Para Kautsky, é melhor recorrer ao trabalho agrícola assalariado que manter a família ao longo de todo o ano na propriedade.

<sup>28</sup> O camponês volta a conciliar uma ocupação agrícola e uma industrial, ou seja, trata-se do fenômeno atualmente conhecido como pluriatividade, o qual será retomado nos próximos capítulos.

<sup>29</sup> Viu-se que a ocupação acessória do camponês, em geral, torna-se a sua atividade principal, por isso a palavra secundária foi destacada.

Esse chefe, por sua vez, poderá não só buscar um ganho acessório, como também poderá fazer deste sua ocupação principal, tal qual acontece com os demais membros de sua família; a atividade agrícola desenvolvida no estabelecimento torna-se cada vez mais irracional, seja pelo reduzido tamanho do mesmo quanto pela falta de recursos, que como vimos, criam restrições à competitividade dos produtos da pequena exploração fundiária. Assim:

Cresce o número de pequenos estabelecimentos cujos proprietários se apresentam como proletários no mercado, vendendo sua força de trabalho, e cuja **propriedade fundiária só tem expressão fora do campo da produção mercantil**, isto é, **no campo da produção de subsistência**.<sup>30</sup>

Com isso, verifica-se que quanto mais o capitalismo se desenvolve, mais revoluciona a lógica de produção da antiga sociedade camponesa; agora, o camponês não se apresenta ao mercado como fornecedor de gêneros agrícolas, mas sim como fornecedor de força de trabalho, que passa a ser a função do campesinato na sociedade capitalista. É esse “caráter funcional” que permitirá uma “coexistência”<sup>31</sup> entre pequena e grande propriedade fundiária; a inserção nas chamadas ocupações acessórias posterga a separação do pequeno produtor de seu meio de produção (KAUTSKY, 1986; SACCO DOS ANJOS, 2003). “Kautsky considera que si la pequeña explotación sobrevive no es porque sea capaz de enfrentar-se a la competencia con la gran explotación, sino porque aquélla se convierte en **complementaria** con ésta.”<sup>32</sup>

Por fim, convém reafirmar que esse “caráter funcional” do campesinato, apesar de retardar o processo de destruição da pequena exploração agrícola, não irá, de modo algum, impedi-lo. O capitalismo pressupõe um contingente de braços, que além da energia de seu trabalho nada têm a ofertar; como a unidade de produção camponesa é inferior à grande exploração fundiária caberá a ela essa função, que se por um lado adia sua destruição por outro, cria as bases para tal, explicando a discordância de Kautsky

<sup>30</sup> KAUTSKY, op. cit., p 158, destaque nosso.

<sup>31</sup> Esse dualismo estrutural, coexistência entre pequena e grande exploração agrícola, será apenas temporário, razão pela qual a palavra coexistência encontra-se destacada no texto.

<sup>32</sup> “Kautsky acredita que se a pequena exploração sobrevive não é porque seja capaz de enfrentar a concorrência com a grande exploração, mas porque aquela se torna complementar a esta.” (ETXEZARRETA, 1979 apud SACCO DOS ANJOS, op. cit., p. 17, destaque nosso, tradução nossa).

aos colegas da social-democracia que propunham a reforma do programa agrário do partido.

### *1.1.3 Lênin: a desintegração do campesinato*

“O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” é resultado das divergências que marcam a sociedade russa no final do século XIX. Divergências relacionadas à análise, sob diferentes perspectivas, das mudanças que experimentariam a população rural com a ascensão do modo de produção capitalista nesse País.

Para os economistas populistas, Marx havia se equivocado quanto ao futuro reservado ao pequeno produtor rural, contra-argumentando que, o mesmo não só resistiria ao quadro de concentração e centralização econômica do modo capitalista de produção como também, desempenharia um importante papel na formação do mercado interno para o capitalismo industrial.

Assim, sua ruína, conforme “previa” Marx, prejudicaria o desenvolvimento do capital, já que para os populistas russos essa ruína era entendida como um estreitamento do mercado interno; por isso, eles sustentavam o não desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Ao partirem desse pressuposto, conferem à pequena produção mercantil “agrícola” um caráter estável - “*orden eterno del campo*”, em oposição ao caráter transicional conferido pela teoria marxista (CAVAILHES, 1979; LÊNIN, 1982).

Diante disso, o sistema de pequena produção de mercadorias no campo seria a forma “normal”, enquanto que o capitalismo agrário a forma “anormal”. Conseqüentemente, ao negarem o capitalismo, a divisão do trabalho, o êxodo agrícola, a opressão, a miséria, o desemprego são também inexistentes no meio rural russo, segundo os populistas (CAVAILHES, 1979).

Contrariamente, Lênin (1982) buscará demonstrar que essa teoria é uma ilusão, afinal, para ele, bastaria o capitalismo se desenvolver nas cidades para que aquela estabilidade conferida à pequena produção de mercadorias no campo fosse questionada, e foi o que, de acordo com Lênin, ocorreu na Rússia. O desenvolvimento do capitalismo industrial por si só já modifica o caráter da economia camponesa de então. O que

demonstra que, mesmo que o modo burguês de produção ficasse circunscrito às cidades, como se subentende a partir da análise populista, ainda assim seria não poderia afirmar que, no meio rural, a pequena produção seria comandada por leis próprias e não pela “lei do capitalismo”.

Isso porque, com o desenvolvimento da economia mercantil, acompanha-se também um processo de especialização industrial, ou seja, de um crescente número de ramos industriais independentes ou inter-relacionados. Esse processo de especialização, por sua vez, não se restringe à esfera industrial, mas estende-se ao campo separando não apenas a atividade agrícola da industrial como também, os diferentes tipos de transformação dos produtos agrícolas; o então camponês autossuficiente torna-se dependente do mercado, seja para adquirir os bens antes produzidos pelos *kustares*<sup>33</sup> ou, inclusive, para adquirir bens agrícolas, dessa maneira, a própria agricultura transforma-se em uma indústria produtora de mercadorias (LÊNIN, 1982).

Dessa crescente dependência, intensificam-se as relações competitivas entre os camponeses, que agora necessitam vender suas mercadorias no mercado, pois só assim, podem adquirir os bens necessários à sua sobrevivência. Essa competição entre eles, por sua vez, não só diferencia a população rural<sup>34</sup>, antes homogênea e indiferenciada, em pobres, médios e ricos camponeses assim como, desintegra, descompõe, descamponiza o campesinato russo em novos tipos de população rural: a burguesia rural e o proletariado rural:

O campesinato antigo não se “diferencia” apenas: **ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural**, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista.<sup>35</sup>

À medida que o processo transcorre, os camponeses médios desaparecerão intensificando, pois, os grupos extremos: o “campesinato” rico e o “campesinato” pobre

---

<sup>33</sup> Pequenas indústrias camponesas.

<sup>34</sup> Como vimos, Marx já chamava à atenção para uma “tendência de diferenciação social”. Cf. seção 1.1.1.

<sup>35</sup> LÊNIN op. cit. p. 114, destaque nosso.

<sup>36</sup>. Enquanto o rico compra ou arrenda mais terras, melhora seus estabelecimentos, combina-os às empresas industriais e comerciais, ou seja, melhora sua competitividade no mercado. Os pobres, por sua vez, como mostrado na seção anterior, não conseguem competir com os ricos de modo que, vêm-se obrigados a vender a força de trabalho não só para o próprio segmento rico, assim como, para as manufaturas existentes nas comunas russas, oscilando entre tendências patronais e tendências proletárias. (SACCO DOS ANJOS, 2003; LÊNIN, 1982).

[...] el pequeño burgués [...] inserto en la economía mercado y sometido a la competencia, es eliminado por el grande burgués, el pequeño capitalista se ve suplantado por el gran capital. Y esto, sencillamente, porque [...] **su productividad es inferior a la de la gran empresa.**<sup>37</sup>

A princípio, porém, à inserção dos pequenos “camponeses” à economia mercantil não acarreta na separação imediata com o meio de produção, ao contrário, o representante típico do proletariado rural segundo Lênin, é o assalariado agrícola, o diarista, o peão, o operário da construção civil ou qualquer outro operário com um lote de terra; o que para ele, não questiona o pressuposto fundamental do capitalismo, qual seja a separação entre capital e trabalho, pois os “camponeses” pobres necessariamente passarão pelo processo de concentração e centralização do capital, ainda que o processo seja mais lento e gradual na agricultura. Assim:

Lênin descarta totalmente a idéia de que a pequena produção mercantil (pequena burguesia) possa representar um modo de produção específico e particular, detentor de leis próprias e de uma lógica específica de funcionamento. Ao contrário, representa a exata manifestação da contraditória condição de classe que oscila entre tendências patronais e tendências proletárias. Por fim, a análise leninista contrapõe-se radicalmente à tese de estabilidade da pequena produção mercantil, a qual **inevitavelmente haverá de enfrentar-se**

---

<sup>36</sup> A palavra camponesinato foi destacada, porquanto o camponesinato rico e o camponesinato pobre a que se refere Lênin não são o mesmo camponesinato de outrora, mas sim a nova população rural: a burguesia rural e o proletariado rural respectivamente.

<sup>37</sup> [...] o pequeno burguês [...] inserido na economia de mercado e submetido a concorrência, é eliminado pelo grande burguês, o pequeno capitalista se vê suplantado pelo grande capital. E isso, simplesmente porque [...] sua produtividade é inferior a da grande empresa. (CAVAILHES, 1979, p. 335, destaque nosso, tradução nossa).

**ao processo de concentração e centralização do capital na agricultura**, tal como ocorre no âmbito de todas as esferas da atividade produtiva e social. (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 14, destaque nosso).

Afinal, o fato de possuírem terras não os diferencia daqueles que, além da força de trabalho, nada possuem. Mesmo de posse da terra, precisam procurar fontes complementares de renda e, portanto, repartir o tempo entre o seu próprio estabelecimento e a atividade complementar. Essa atividade complementar, por sua vez, poderá ser tanto agrícola como industrial - camponês-operário<sup>38</sup>.

Muitas vezes, entretanto, a burguesia rural [“campesinato” rico] e o proletariado rural [“campesinato” pobre] são entendidos como sinônimo de burguesia agrícola e proletariado agrícola. Na realidade, a burguesia e o proletariado rural, a que se refere Lênin, podem ser tanto agrícolas, industriais ou comerciais, pois os resultados do processo de descomposição do campesinato refletem em outros ramos de produção; por isso, Lênin buscará compreender a problemática da agricultura a partir do desenvolvimento capitalista em geral - “Método Geral”.

Desde um punto de vista marxista, poco importa saber si el capitalismo se desarrolla en la agricultura: para que la construcción teórica de Marx dé cuenta de los hechos, basta con que el capitalismo se desarrolló a partir de la agricultura, destruyendo las viejas formas de producción y remplazándolas por relaciones capitalistas, por una burguesía y un proletariado; y **poco importa que esta burguesía y esse proletariado ejerzan su actividad en la agricultura o en cualquier otra rama de producción industrial o comercial.**<sup>39</sup>

---

<sup>38</sup> Lênin [assim como Kautsky] antecipa um assunto sobre o qual voltaremos a tratar nos capítulos 2 e 3 deste trabalho, a pluriatividade, ou seja, o fato da população residente no meio rural ocupar-se em atividades não agrícolas no próprio campo ou em cidades circunvizinhas sem, no entanto, perder o vínculo com a atividade agrícola.

<sup>39</sup> Do ponto de vista marxista, pouco importa saber se o capitalismo se desenvolve na agricultura : para que a construção teórica de Marx dê conta dos fatos basta com que o capitalismo se desenvolveu a partir da agricultura, destruindo as velhas formas de produção e substituindo-as por relações capitalistas , por uma burguesia e um proletariado; e pouco importa que essa burguesia e esse proletariado exerçam sua atividade na agricultura ou em qualquer outro ramo de produção industrial ou comercial (CAVAILHES, 1979, p. 334, destaque nosso, tradução nossa).

No entanto, quanto mais o capitalismo avança, mais difícil é para o “campeinato” pobre conciliar sua atividade agrícola tradicional e aquela atividade complementar. Como visto, ao processo de especialização agrícola segue-se um processo de industrialização da agricultura, caracterizado pela mudança no caráter da produção agropecuária. A transformação dos produtos agrícolas em mercadorias, por sua vez, traz consigo a necessidade crescente de melhorar a competitividade de seus produtos no mercado, o que só alguns [“campeinato” rico] conseguem. Diante disso, mais o “campeinato” pobre se sente inclinado a abandonar suas terras, cada vez mais se afasta da agricultura<sup>40</sup>, mais dependente se torna do mercado e, portanto, mais precisará de uma nova fonte de renda. Vale dizer, para Lênin, o desenvolvimento do capitalismo cria as bases para o seu pleno desenvolvimento e, não o contrário<sup>41</sup>:

Os defensores dessa tese esquecem que a **“liberação” de uma parte dos produtores dos meios de produção** subentende, necessariamente, a passagem desses meios para outras mãos, sua conversão em capital, e que, por consequência, os novos proprietários desses meios produzirão sob a forma de mercadoria os produtos que, anteriormente, eram consumidos pelo próprio produtor – vale dizer: **ampliam o mercado interno**. (LÊNIN, 1982, p. 16, destaque nosso).

Ou seja, o modo capitalista de produção impõe sua lógica de funcionamento às demais formas de produção transformando-as conforme suas necessidades. A destruição da pequena produção mercantil não só confirma a superioridade do capitalismo assim como, fornece as bases para o desenvolvimento do mesmo, conforme mostrado. Diante dessa superioridade, as formas pré-capitalistas, agrícolas ou industriais, não poderão subsistir à nova forma de produção, contrariando o argumento dos populistas russos. Por conseguinte, o capitalismo não só desenvolve-se na agricultura como também, todas as contradições próprias de uma economia mercantil encontram-se presentes no meio rural russo (Lênin, 1982).

---

<sup>40</sup> Para Lênin, o desenvolvimento do capitalismo é acompanhado por um crescimento da população nãoagrícola em relação à agrícola.

<sup>41</sup> Lênin se refere à argumentação populista de que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura estreita o mercado interno para a produção capitalista industrial.



## 1.2 A Produção Familiar sob a Perspectiva NãoMarxista

### 1.2.1 A análise chayanoviana do campesinato

Se na exposição teórica marxista admite-se tendencialmente apenas a sobrevivência da burguesia e do proletariado; sob a perspectiva não-marxista, ao lado dessas duas classes sociais existe outra categoria social: o campesinato<sup>42</sup>. Para os teóricos da economia camponesa, particularmente o russo Alexander Chayanov para o qual voltaremos nossa análise nesta seção, o camponês não necessariamente estaria condenado ao desaparecimento.

A principal divergência reside no rechaço em relação aos que argumentam em favor da necessária, legítima e oportuna “saída de cena” dos camponeses da história por entender que representam uma forma social anacrônica e superada, tecnicamente ineficaz para atender aos anseios da sociedade por alimentos e matérias-primas. (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 19).

A Rússia vivida por Chayanov é marcada tanto pelo autoritarismo político quanto pelo atraso e isolamento econômico, tecnológico e social, e é esse cenário que *The Theory of Peasant Economy*, reflete. Por isso, nos parágrafos que se seguem, retomaremos alguns desses elementos a fim de melhor compreender o posicionamento do autor em questão.

Com Stalin, segue-se uma política de coletivização forçada das terras com a finalidade de reorganizar a agricultura soviética e, assim, evitar uma nova crise agrícola<sup>43</sup>. Essa socialização das terras, parte da premissa leninista de que a população rural se diferenciaria em pobres, médios e ricos camponeses ante a competição que acompanha

---

<sup>42</sup> Entretanto, convém lembrar que todos os teóricos marxistas aqui estudados admitem que o processo completo de proletarianização do campesinato possa ser retardado, de modo que o “camponês” conviva instavelmente com as duas classes sociais capitalistas.

<sup>43</sup> Referência à anterior crise agrícola que assolou a Rússia entre os anos de 1880 a 1890. Essa crise, ao por em dúvida a viabilidade da grande exploração agrícola, baseada na produção extensiva e utilização de mão-deobra barata, deu início ao debate acerca do papel do campesinato para a agricultura soviética. Ver, dentre outros, Heynig, 1982.

o desenvolvimento do capitalismo<sup>44</sup> (ABRAMOVAY, 1998; SACCO DOS ANJOS, 2003); como em Lênin as pequenas unidades agrícolas [campesinato pobre] são incapazes de atender as necessidades de alimentos e matérias-primas da sociedade, implementou-se tal política, qual seja a de expropriação das terras, incluindo essas pequenas unidades a fim de nacionalizá-las e torná-las modelos de produção agrícola (HEYNIG, 1982).

Ao contrário, para Chayanov a única diferenciação pela qual passava a população rural decorreria não da competição entre o campesinato, mas sim de mudanças demográficas na família camponesa - Teoria da Diferenciação Demográfica; discordava, portanto, da eficácia dessa coletivização das terras para resolver os problemas agrícolas do País<sup>45</sup>. Ao invés disso, defendia a transformação de toda terra em unidades camponesas e, também, medidas que melhorassem o desempenho agrônomo e econômico dos camponeses; é o principal nome da Escola de Organização da Produção, formada por economistas agrícolas e engenheiros agrônomos, cuja preocupação era intensificar a produtividade nas unidades camponesas de produção (ABRAMOVAY, 1998; HEYNIG, 1982; SACCO DOS ANJOS, 2003).

Além do aspecto político, a discordância de Chayanov à política de coletivização das terras fundamentava-se nas informações levantadas pelos *Zemstvos*<sup>46</sup>, as quais apontavam para uma tendência contrária à prevista por Lênin, qual seja de aumento das áreas dos pequenos estabelecimentos e de queda na área dos grandes. Com isso, Chayanov pretende demonstrar que o processo de proletarização agrícola e de consequente concentração fundiária não se desenvolvem na União Soviética tal qual previsto pelos teóricos marxistas do século XIX (ABRAMOVAY, 1998).

Ou seja, não só discordava do processo de diferenciação social, como também do destino atribuído à classe camponesa na análise leninista [e kautskyana]. Para

---

<sup>44</sup> Parece oportuno mais uma vez destacar que a análise leninista não se restringe à diferenciação da população rural na verdade, tal diferenciação é apenas uma etapa de um processo mais amplo a que Lênin denomina de descamponização do campesinato. Cf. seção 1.1.2.

<sup>45</sup> Ao defender a unidade da classe camponesa, Chayanov também defende que a missão de levar a luta de classes ao campo consolidada na política de coletivização das terras não só não resolve o problema a que se pôs solucionar, mas também é acompanhada de consequências nefastas para o País (ABRAMOVAY, 1998).

<sup>46</sup> Os *Zemstvos* foram escritórios de representação da população rural criados em 1864 com a finalidade de conduzir as reformas agrárias de 1861. Para tanto, levantavam informações e estatísticas sobre os problemas econômicos dos camponeses; essas informações, por sua vez, tornaram-se referência para o estudo da situação do meio rural russo. Cf. ABRAMOVAY, 1998; SACCO DOS ANJOS, 2003.

Chayanov o campesinato não só sobrevive, como constitui um sistema econômico com uma lógica de funcionamento própria<sup>47</sup>; sendo assim, a explicação dessa sobrevivência estaria no interior do organismo camponês e não fora dele<sup>48</sup>; e foi o que fez Chayanov em sua tentativa de teorização acerca do comportamento dessa categoria social.

Não é o estudo de sua inserção na divisão social do trabalho e o papel que aí ele desempenha que explicam o comportamento camponês: ao contrário, é pelo estudo de seu comportamento que se pode compreender a maneira como ele, enquanto “unidade subjetiva teleológica”, se insere socialmente.<sup>49</sup>

Ao centrar-se no comportamento econômico do camponês, a explicação de Chayanov à sua manutenção, deveu-se não ao caráter peculiar da atividade agrícola<sup>50</sup>, mas ao das relações sociais de produção nas unidades camponesas. Essa peculiaridade decorreria do objetivo único pelo qual se organiza a produção, qual seja a satisfação das necessidades de consumo da família. Assim, se a família aumentava ou diminuía<sup>51</sup> o consumo também se alterava e, por conseguinte, a energia de trabalho requerida para a nova produção familiar. (ABRAMOVAY, 1998; HEYNIG, 1982; MANN; DICKINSON, 1987; SACCO DOS ANJOS, 2003).

“A lei básica da existência camponesa pode ser resumida na expressão “balanço entre trabalho e consumo” ”<sup>52</sup>

Em outras palavras, uma vez alterado o “ponto de equilíbrio” entre consumo e trabalho, os camponeses intensificariam o uso do trabalho [aumento da família] ou o

---

<sup>47</sup> ABRAMOVAY, op. cit; HEYNIG, 1982

<sup>48</sup> De acordo com a teoria de Chayanov, não se pode explicar os fenômenos econômicos exclusivamente em termos da economia capitalista, utilizando-se para isso conceitos tais quais o de renda, mais-valia, lucro, etc. (HEYNIG, op. cit.).

<sup>49</sup> ABRAMOVAY, op.cit., p. 60.

<sup>50</sup> Crítica aos teóricos marxistas. Como vimos, é a especificidade da atividade agrícola [não identidade entre tempo de trabalho e tempo de produção] que na análise marxista explica a dificuldade do desenvolvimento do capitalismo na agricultura e, portanto, a sobrevivência temporária do campesinato ao sistema capitalista.

<sup>51</sup> Vimos que em Chayanov a única diferenciação a que a população está sujeita é a demográfica, o que explica a mudança na relação entre trabalhadores e consumidores no interior das famílias.

<sup>52</sup> ABRAMOVAY, op. cit., p. 60.

reduziriam [diminuição da família] a fim de estabelecer um novo equilíbrio e, portanto, garantir a satisfação familiar; alcançado esse objetivo, a produção seria interrompida até que houvesse uma nova mudança na relação entre trabalhadores e consumidores no interior da família camponesa<sup>53</sup>. Isso significa, portanto, que na teoria de Chayanov o uso do trabalho depende do número de consumidores e, não, do número de trabalhadores<sup>54</sup>.

Ou seja, para Chayanov o que motiva a produção familiar é o objetivo fundamental de equilibrar trabalho e consumo diferentemente de uma unidade de produção capitalista, cuja produção precisa garantir ao menos uma taxa média de lucro, como bem coloca Mann & Dickinson (1987); o aumento da produção na Rússia em meio a uma queda dos preços agrícolas corroborava para o argumento do autor<sup>55</sup>.

A não necessidade de recebimento de uma taxa média de lucro, por sua vez, atribui-se à capacidade de autoexploração do camponês, ou melhor, à sua capacidade de determinar internamente, conforme as necessidades de consumo familiar, a intensidade do trabalho aplicado à produção (não camponesa); o que conferiria à unidade de produção camponesa uma “vantagem competitiva” em relação à produção capitalista e, conseqüentemente, explicaria sua coexistência com essa forma de produção (MANN & DICKINSON, 1987).

A possibilidade dessa convivência leva Chayanov a criticar os métodos empregados no estudo da produção familiar<sup>56</sup>. O campesinato não deveria ser estudado a partir de categorias que correspondiam ao capitalismo, tais como salário, lucro e renda da terra. Além do mais, a defesa dessa “economia dual” não significava, porém, que o volume da atividade camponesa não seria influenciado por condições externas ao organismo camponês, na análise chayanoviana o mercado, o padrão tecnológico, a disponibilidade de terras, financiamentos e, inclusive, a de outras formas de ocupação podiam interferir na lógica de funcionamento camponesa (ABRAMOVAY, 1998; SACCO DOS ANJOS, 2003).

---

<sup>53</sup> SACCO DOS ANJOS, op. cit.

<sup>54</sup> ABRAMOVAY, op. cit..

<sup>55</sup> Afinal, para o camponês pouco importava os preços dos produtos agrícolas no mercado; uma vez não satisfeitas às necessidades de consumo familiares ele continuaria a produzir, fossem os preços favoráveis ou não.

<sup>56</sup> Cada um desses sistemas econômicos tinha uma lógica de funcionamento também distinta.

[...] **o objetivo central** de assegurar a satisfação das necessidades familiares **pode passar inclusive por intermédio do exercício de atividades não-agrícolas, no interior ou no exterior da granja camponesa**<sup>57</sup>. O artesanato, o comércio ou a venda da força de trabalho familiar são algumas das iniciativas que se acham incluídas no leque de possibilidades as quais podem servir-se aos membros das explorações camponesas.<sup>58</sup>

Apesar disso, como é esse objetivo central que orienta o comportamento do camponês, a comercialização da produção, o uso do financiamento, a incorporação de progresso técnico, a venda do trabalho dependeriam, antes de qualquer coisa, da decisão familiar a respeito. A exemplo, a incorporação de progresso técnico à produção, que só se concretizaria se houvesse formas de ocupação [agrícolas ou não agrícolas] para aqueles que fossem “liberados” com essa incorporação<sup>59</sup>; o que reforça o fato de que a lógica de funcionamento da unidade familiar é determinada internamente ao organismo camponês, ainda que este utilizasse de fatores externos para alcançar seu objetivo conferindo-lhe uma certa estabilidade<sup>60</sup>.

No entanto, mesmo em Chayanov essa estabilidade possui um caráter limitado. No início desta seção vimos que ele propunha a modernização agrícola como solução para o atraso tecnológico e econômico em que se encontrava a Rússia e, conseqüentemente com isso, também solucionar os problemas agrícolas do País. Assim, à medida que o progresso técnico fosse incorporado à agricultura, a produção familiar se transformaria<sup>61</sup>. Ao contrário de antes, trata-se agora de uma estrutura produtora de valores de troca e não de valores de uso; o que conseqüentemente promoveria sua maior integração social.

Essa maior integração, por sua vez, aceleraria ainda mais esse processo de descaracterização do campesinato, visto que a integração da agricultura com as

<sup>57</sup> Mais uma vez os autores aqui tratados antecipam um dos assunto a ser tratado nos capítulos seguintes desta dissertação, a pluriatividade.

<sup>58</sup> SACCO DOS ANJOS, op. cit., p. 22, destaque nosso.

<sup>59</sup> Ou seja, ao contrário dos teóricos anteriormente estudados, particularmente Kautsky, em Chayanov não há uma incompatibilidade entre as unidades camponesas e o progresso técnico; a não incorporação à produção deve-se antes a uma decisão familiar e não pela incapacidade de fazê-la.

<sup>60</sup> ABRAMOVAY, op. cit.

<sup>61</sup> A modernização agrícola promove a intensificação da produção.

agroindústrias só seria possível desde que algumas exigências fossem rigorosamente cumpridas: quantidade produzida, qualidades do produto, momento de venda, fazendo-se necessário a aplicação constante de tecnologia à produção (ABRAMOVAY, 1998).

[...] é o reconhecimento de Chayanov da **impossibilidade** – no contexto de um progresso técnico acelerado, de uma integração crescente na vida social – de o campesinato conservar as características constitutivas de sua substância social, que ele tão cuidadosamente estudou. Em outras palavras, o campesinato, ao se manter no quadro da modernização da agricultura soviética, tenderia **fatalmente** a perder seus atributos essenciais e, assim, a negar-se como categoria social específica.<sup>62</sup>

Mas nem sempre as condições econômicas da produção familiar seriam favoráveis à modernização agrícola. O capital financeiro ao lado das cooperativas desempenhariam um importante papel na superação dessa restrição e, portanto, em sua integração ao mercado. Quanto às cooperativas, Chayanov aponta ainda para dois outros papéis; o primeiro como reguladora da oferta agrícola<sup>63</sup> ao obrigar o pequeno produtor a se adequar às suas exigências, o que significa adotar “técnicas e métodos” aprimorados de cultivo e criação de acordo com a demanda do mercado (ABRAMOVAY, 1998).

Por fim, o outro papel que desempenharia as cooperativas seria o de viabilizar as condições necessárias à passagem para o socialismo, ou seja, mais uma prova da defesa de Chayanov à produção familiar. Para os demais autores, o socialismo não seria compatível com a agricultura familiar [pequeno estabelecimento agrícola], por isso sua sobrevivência causou e causa tanta controvérsia como vimos ao longo de todo o capítulo.

Com a análise de Chayanov finalizamos este capítulo e parte do nosso objetivo de levantar os elementos necessários à compreensão da situação da agricultura familiar mineira, particularmente a dos municípios de Canápolis, Coromandel, Indianópolis e Araguari. Assim, o mesmo objetivo será perseguido pelo capítulo que se segue, porém a partir de agora voltaremos nossa análise às particularidades do desenvolvimento da agricultura capitalista no caso específico brasileiro.

<sup>62</sup> ABRAMOVAY, op. cit., p. 68, destaque nosso.

<sup>63</sup> Ao regular a oferta agrícola, as cooperativas seriam um importante instrumento de superação dos problemas agrícolas a que Chayanov pôs-se a solucionar.

## **CAPÍTULO 2**

### **A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E A FRAGILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDOS DE CASO EM CANÁPOLIS, COROMANDEL, INDIANÓPOLIS E ARAGUARI, MG.**

A mudança na dinâmica da agricultura brasileira expressa na passagem do complexo rural aos complexos agroindustriais - CAIs, revela não só que a base sob a qual se assentou o desenvolvimento do capital no campo em nosso País se assemelha à base da agricultura capitalista dos diferentes países em que esse modo de produção adentrou, como também que as transformações que se seguiram [ e se seguem] não se afastam daquelas já observadas pelos clássicos do capitalismo agrário, sendo que destacaremos a tendência de redução das unidades familiares<sup>64</sup>; ainda que o sistema capitalista não siga uma trajetória linear, seja no Brasil quanto nos demais países em que fora adotado, inclusive, “divergindo”<sup>65</sup> de um para o outro.

Desse modo, o Capítulo 2 retoma o processo de capitalização da agricultura, mas agora para o caso específico brasileiro e, mineiro, em particular, conferindo atenção especial ao seu caráter modernizador [e excludente] - os determinantes, a trajetória e, principalmente, as transformações que acompanham a modernização das estruturas produtivas no campo, sobretudo ao que se refere às tendências quanto às ocupações e rendas da população rural<sup>66</sup>.

Na sequência, apresentamos os principais resultados obtidos em duas pesquisas (estudos de caso) sobre as condições de produção, ocupação e renda dos agricultores

---

<sup>64</sup> Lembrando que até mesmo Chayanov reconhece a dificuldade da economia camponesa [familiar] em preservar-se enquanto categoria social específica diante do processo de modernização da agricultura - enfrentando dessa maneira, o que ele chama de descaracterização do campesinato.

<sup>65</sup> Referimo-nos, principalmente, à participação dos Estados no processo de capitalização da agricultura e, mais do que isso, nos efeitos desse processo sob a população rural - conforme os interesses representados, os Estados podem conter ou acentuar ainda mais os efeitos do desenvolvimento do capital no campo. Sobre isso, voltaremos a falar na seção deste capítulo que tratará da modernização da agricultura brasileira.

<sup>66</sup> É bom ressaltar, entretanto, que não é objetivo do capítulo entrar nos pormenores desse processo, apenas nos aspectos que consideramos importantes para a interpretação da atualidade rural brasileira [e mineira], em especial ao que se refere às unidades de produção familiares.

familiares amostrados em quatro municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - TMAP: Canápolis, Coromandel, Indianópolis e Araguari.

Essas pesquisas por sua vez, tinham como propósito central entender as razões que fazem com que um determinado conjunto de unidades familiares “resistam” aos efeitos da modernização da agricultura que, conforme veremos, tem um impacto negativo sobre o emprego agrícola e sobre os pequenos produtores familiares. Adicionalmente, procuramos identificar se a modernização do setor gera uma possível tendência de a família agrícola vir a se tornar família pluriativa ou família não agrícola. Assim como também analisar se a pluriatividade constitui-se em uma estratégia da família para manter-se no meio rural e na atividade agrícola ou se ela decorre de uma necessidade, em razão da ausência de alternativas (apoio estatal) para agricultura, configurando-se ou não como um passo transitório para as famílias se converterem de vez em famílias não agrícolas.

Diante disso, as hipóteses de trabalho levantadas e, em grande medida, confirmadas foram: i) a modernização agrícola (exigências de uso intensivo de insumos modernos e caros, etc.) podem estar forçando muitos pequenos produtores familiares a abandonar suas atividades agrícolas; e ii) Programas oficiais como, por exemplo, o PRONAF, podem estar servindo como fatores atenuantes da hipótese anterior.

Para cumprir o objetivo proposto, o presente capítulo está estruturado em mais quatro seções, além desta introdução. Na primeira delas, fazemos um breve resgate à modernização da agricultura brasileira destacando as transformações impostas sobre a atividade agropecuária, especialmente a partir da industrialização do setor e consolidação dos complexos agroindustriais como novo modelo agrícola brasileiro e, principalmente, os efeitos desse processo sobre a ocupação e renda da agricultura familiar. Já na segunda seção, é apresentada uma breve caracterização dos quatro municípios amostrados. A metodologia de trabalho encontra-se na terceira seção. E, finalmente, na quarta e última seção apresentamos os principais resultados da pesquisa de campo.



## 2.1 O Desenvolvimento do Capitalismo Agrário: o caso específico brasileiro [e mineiro]

A modernização da agricultura brasileira, tal qual apresentado no capítulo anterior, também coincidiu com um processo de industrialização e, assim como lá, também no Brasil esse processo foi determinante nas transformações experimentadas pelo setor. Em outras palavras, com a industrialização brasileira em curso, fazia-se necessário que a agricultura se modernizasse, modernização essa entendida, em última instância, como um aumento da produção agrícola para fornecer não só matérias-primas e mão de obra à indústria, como também alimentos à população urbana (RANGEL, 1962).

Ou seja, com o desenvolvimento do capital no meio rural brasileiro, a dinâmica da agricultura passa a ser comandada pelo consumo produtivo interno<sup>67</sup>. Essa dinâmica de acumulação do capital no campo expressa na passagem do complexo rural aos complexos agroindustriais significou, portanto, a substituição de um modelo fechado em si mesmo, o qual conciliava em seu interior atividades agrícolas e não agrícolas, cujos produtos não se destinavam à comercialização a não ser aquele [agrícola] destinado ao mercado externo, por outro modelo marcado pela especialização agrícola, por uma nova integração com a indústria e, conseqüentemente, pelo aumento das trocas intersetoriais<sup>68</sup>.

Essa modernização revela, portanto não só que a base sob a qual se assentou o desenvolvimento do capital no campo em nosso País se assemelha à base da agricultura capitalista dos diferentes países em que esse modo de produção adentrou, mais ainda que as transformações que se seguiram não se afastam daquelas que foram observadas no resgate aos clássicos do capitalismo agrário. Segundo Graziano da Silva (1996), tal processo parte de um mesmo princípio geral, qual seja um aprofundamento da divisão

---

<sup>67</sup> Reforçando o argumentado leninista de que o desenvolvimento do capitalismo no campo não estreita o mercado interno, pelo contrário ao passo em que o capital avança e aprofunda a divisão social do trabalho, cria novos mercados tanto para a agricultura quanto para a indústria (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

<sup>68</sup> Embora tal processo seja anterior à etapa da industrialização da própria agricultura, partiremos do momento de montagem do D<sub>1</sub> agrícola para análise das transformações no meio rural brasileiro decorrentes desse processo. Para um maior detalhamento do funcionamento do complexo rural e sua posterior crise, assim como a conseqüente passagem para os complexos agroindustriais confira, dentre outros, Graziano da Silva, 1990; 1996.

social do trabalho, a partir do qual se constitui o pressuposto fundamental do capitalismo - a dissociação entre capital e trabalho. Em outras palavras, também no Brasil tal processo separou não só a indústria da agricultura, mas também as diferentes atividades agrícolas. Ademais, as transformações que acompanham esse processo de especialização da produção com ênfase nas unidades rurais de produção familiar, é grosso modo, observável para o caso brasileiro.

Embora a base sob a qual o capitalismo agrário brasileiro se assentou se assemelhe a base da agricultura capitalista dos diferentes países em que o capitalismo adentrou isso não significa dizer, porém que os elementos próprios de cada realidade não interfiram no referido processo; ao contrário, o próprio Graziano da Silva (1996) faz menção aos contornos específicos que assume a agricultura brasileira sob o comando do capital; além do mais, as particularidades do desenvolvimento do capitalismo agrário no Brasil não são menos importantes para a compreensão da realidade da agricultura familiar dos municípios [e estado] em análise. Pelo contrário, sabemos que a participação do Estado, por exemplo, agravou os efeitos do desenvolvimento do capital no meio rural brasileiro ao deixar a agricultura familiar à margem de suas políticas modernizantes.

A principal dessas políticas de crédito subvencionado, materializada no Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, concentrou os recursos em alguns produtos, produtores e regiões do País – “aproximadamente 80% dos estabelecimentos rurais não tiveram acesso ao crédito subsidiado, em contrapartida 1% dos tomadores do crédito subsidiado (cerca de 10 mil grandes produtores) receberam 40% do total dos recursos” (BITTENCOURT, 2003, p. 62).

A preocupação do Estado ao induzir o consumo de insumos modernos via SNCR era, tão somente, aumentar a produtividade e, evitar assim, uma crise agrícola e um estrangulamento do processo industrial em curso e, nesse aspecto, foi exitoso. O percentual do consumo intermediário na agricultura em relação ao valor bruto da produção agrícola é um importante indicador da mudança na base técnica da agricultura brasileira. Enquanto no final dos anos 1930 esse percentual era de 10%, na década de 50

correspondia a 14,3% e, finalmente, no início dos anos 1980 alcança 38,7% desse valor<sup>69</sup>.

Esse caráter conservador da modernização da agricultura brasileira é, na verdade, reflexo da organização dos interesses que o Estado representava e que lhe dava sustentação. Ao privilegiar os grandes capitais, o Estado optou por uma via de desenvolvimento que não correspondia à realidade brasileira de abundância de mão de obra e de terras (SACCO DOS ANJOS, 2003).

Em outras palavras, ao resolver a crise agrícola o Estado agravou a crise agrária no País; de um modo geral, podemos afirmar que o desenvolvimento do capitalismo agrário brasileiro assentado na grande propriedade deixou à margem desse processo uma centena de pequenos agricultores, alguns deles mesmo alcançados pela modernização, viram-se prensados pelos capitais à jusante e à montante. A outros, por sua vez, não restaram alternativa a não ser dedicarem-se às chamadas “culturas de pobre” as quais o capitalismo ainda não havia se apoderado e, finalmente, para outra centena deles à saída foi abandonar de vez as atividades agrícolas e o campo<sup>70</sup>.

Somente com o PRONAF em meados da década de 1990, houve um esforço mais efetivo no sentido de compensar esses agricultores familiares excluídos das políticas modernizantes conduzidas pelo Estado. Todavia, apesar de sua importância no sentido de atenuar o impacto negativo da modernização da agricultura brasileira, esse Programa além de manter o caráter concentrador do SNCR (AQUINO *et. al.*, 2004), não promove entre os pronafianos uma melhora no bem estar dessas famílias de agricultores familiares que não passam muitas vezes de “trabalhadores para o capital” (WANDERLEY, 1985).

A subordinação ao grande capital e a conseqüente dificuldade das famílias de agricultores familiares em reproduzir-se exclusivamente via agricultura, explica em parte a inserção parcial de tais famílias em atividades não agrícolas no próprio campo ou em cidades circunvizinhas, tornando-as famílias pluriativas, mas que, ao mesmo tempo, essa via da pluriatividade pode ser apenas uma etapa para a conversão plena em famílias não agrícolas. Em particular aos nossos interesses, todas as transformações no

---

<sup>69</sup> Ibid., 1996.

<sup>70</sup> Ver Graziano da Silva, 1990.

campo, especialmente ao que se refere às ocupações e rendas da população rural também podem ser verificadas tanto em Minas Gerais, quanto no TMAP onde se localizam os quatro municípios amostrados nas pesquisas de campo, qual seja redução da população rural ocupada em atividades agrícolas em favorecimento daquelas ocupadas em atividades não agrícolas, e é o que confirmarão os dados coletados nas pesquisas de campo, assim como os microdados da PNAD apresentados nos Capítulos 2 e 3 respectivamente.

## **2. 2 Breve Caracterização dos Municípios: Canápolis, Coromandel, Indianópolis e Araguari**

A partir de informações dos primeiros resultados do Censo 2010, do Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2000) e do IBGE<sup>71</sup>, cabe destacar algumas informações visando caracterizar os municípios da pesquisa, Canápolis, Coromandel, Araguari e Indianópolis. Os quatro municípios estão situados na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no Estado de Minas Gerais. Quanto à população, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, os municípios de Canápolis, Coromandel, Indianópolis e Araguari possuíam respectivamente, 11.365, 27.547, 6.190 e 109.801 habitantes. Ademais, podemos afirmar que em todos os quatro municípios pesquisados, a maioria da população reside na sede do município. Os municípios de Coromandel e Araguari possuem as maiores dimensões territoriais 3.296km<sup>2</sup> e 2.730 Km<sup>2</sup> respectivamente, seguidos de Canápolis com uma área de 845 Km<sup>2</sup> e Indianópolis com 830 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2010).

No que diz respeito aos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios, em 2000 o município de Canápolis apresenta um IDH médio de 0,755 0,705 para Coromandel, 0,764 para Indianópolis e, finalmente, 0, 815 para Araguari. Em outras palavras, os três primeiros municípios apresentavam um IDH considerado médio, enquanto o último um índice alto de desenvolvimento humano. O PIB per capita a preços correntes em 2010, era R\$22.144, 77 para Canápolis, R\$16.815, 57 para Coromandel, R\$42.920,05 para Indianópolis e R\$17.239,30 para Araguari (IBGE,

---

<sup>71</sup> IBGE/cidades@ ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)).

2010). Em termos de produção agrícola os quatro municípios apresentam uma atividade agrícola diversificada e similar, com destaque para a produção de café, soja, milho, cana-de-açúcar, tomate, frutas, hortaliças e leite.

Uma vez que a pesquisa tem como objeto de estudo a agricultura familiar também se destaca a participação desse segmento no total dos estabelecimentos agropecuários dos municípios em análise. Segundo o Censo Agropecuário de 2006<sup>72</sup>, em Araguari a agricultura familiar representa 65,07% do total dos estabelecimentos agropecuários, ou seja, do total de 1.151 estabelecimentos 749 são caracterizados como familiares. Já em Indianópolis, do total de 420 estabelecimentos agropecuários, 296 eram de agricultores familiares, o que representa 70,48% do total desses estabelecimentos. Essas informações indicam a expressiva participação da agricultura familiar no total dos estabelecimentos agropecuários nos dois municípios pesquisados. Por sua vez, em Canápolis, do total de 266 estabelecimentos agropecuários, 180 eram de agricultores familiares, o que representa 67,70% do total desses estabelecimentos. Já em Coromandel, dos 1.704 estabelecimentos agropecuários, 1.109 eram de agricultores familiares, o que representa 65,10% do total desses estabelecimentos. Conforme será visto, foram entrevistadas, em Indianópolis, 53 unidades familiares, que correspondem, portanto, a 17,9% dos estabelecimentos familiares recenseados em 2006. Em Araguari, foram entrevistadas 69 unidades familiares, que correspondem a 9,21% dos estabelecimentos familiares recenseados em 2006. Em Canápolis, foram entrevistadas 43 unidades familiares, que correspondem a 23,90% dos estabelecimentos familiares recenseados em 2006. Por fim, em Coromandel, foram entrevistadas 64 unidades familiares, que correspondem a 5,80% dos estabelecimentos familiares recenseados em 2006.

### **2.3 Metodologia da Pesquisa de Campo**

O procedimento metodológico inicialmente adotado consistiu em visitar os municípios de Canápolis, Coromandel, Indianópolis e Araguari. A partir dessas primeiras visitas buscamos estabelecer contato além dos escritórios locais da EMATER

---

<sup>72</sup> Essas informações foram extraídas da Tabela 1109 de IBGE/SIDRA/Censo Agropecuário 2006 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)).

(Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), com outras instituições ligadas às atividades desenvolvidas no campo para obtenção da lista de nomes de agricultores familiares, a partir da qual seria selecionada a amostra para o estudo de caso para cada um desses municípios.

A partir do Cadastro de Atendimento das EMATERs e das demais instituições, e após excluídos os nomes repetidos nas diferentes listas, utilizamos amostras aleatórias simples, sorteando os nomes ao longo das listas obtidas. Foram sorteados 65, 83, 75 e 102 agricultores de Canápolis, Coromandel, Indianópolis-MG e Araguari-MG, respectivamente. Além da preocupação de selecionar exclusivamente agricultores familiares, tentamos também ao selecionar as amostras, sortear agricultores de diferentes localidades rurais de modo a cobrir as diferentes regiões dos referidos municípios. Para tanto contamos também com a ajuda de moradores desses municípios, especialmente de agricultores.

Na sequência, partimos para a pesquisa de campo, a qual se baseou na aplicação de um questionário estruturado e de uma entrevista semiestruturada. Buscamos, a partir do levantamento de uma série de variáveis (questionário quantitativo) e opiniões (roteiro de entrevista) dos próprios agricultores sobre as tendências em curso nas dinâmicas de reprodução das famílias rurais, obter as informações necessárias para se chegar a resultados mais seguros acerca da realidade da agricultura familiar dos municípios selecionados, diante do quadro geral de mudanças no meio rural brasileiro, e mineiro em particular.

A coleta dos dados em Canápolis e Coromandel foram realizadas no ao longo dos anos de 2008 e 2009, tendo o ano de 2007 como *ano de referência*, enquanto que para os dois municípios restantes, a coleta de dados foi realizada nos anos de 2010 e 2011, sendo 2009 *o ano de referência*.

Das visitas realizadas em Canápolis totalizamos 43 famílias de produtores familiares – as demais 22 famílias entrevistadas – não o foram por não se enquadrarem nos propósitos da pesquisa, ou ainda por não serem encontradas em casa (após algumas

tentativas)<sup>73 74</sup>. Para Indianópolis totalizamos 58 entrevistas - as demais 17 famílias não entrevistadas (75 sorteados) não o foram por não se enquadrarem nos propósitos da pesquisa. Já em Araguari-MG as visitas resultaram em 70 entrevistas no total – as demais 32 (102 sorteados) não ocorreram por motivos muito similares aos já apontados para Indianópolis-MG. Na verdade, como já prevíamos a possibilidade de ocorrência desses casos, acabamos por selecionar uma amostra maior a fim de que sempre que necessário pudessemos fazer a substituição dos mesmos.

Após a pesquisa de campo, foi realizada a digitação dos questionários aplicados em cada um dos municípios pesquisados. Apesar do cuidado em selecionarmos apenas agricultores familiares, cabe antecipar que do total de famílias entrevistadas em todos os quatro municípios nos deparamos com uma família de agricultores não familiares. Diante disso, foi necessário separar um banco de dados somente para a agricultura familiar utilizando-se além do critério do tamanho do estabelecimento agropecuário familiar, também a classificação das famílias quanto ao ramo de atividade dos membros ocupados. Como são as unidades de produção familiar o objeto de análise deste trabalho, procuramos, sempre que possível, identificá-las de modo a compor as amostras somente com agricultores que se enquadrassem na categoria de agricultores familiares. Definiu-se a agricultura familiar da seguinte forma: unidades familiares empregadoras (com no máximo dois empregados permanentes), e ou unidades familiares de conta-próprias, dedicadas total ou parcialmente às atividades agropecuárias cujos estabelecimentos rurais não ultrapassassem quatro módulos fiscais, correspondendo, no caso de Coromandel e Indianópolis-MG, a 160 hectares e, para Canápolis e Araguari-MG, a 120 hectares.

Do ponto de vista da posição na ocupação dos membros da família, havendo um membro empregador, tal família é classificada como empregadora. Não havendo nenhum empregador, mas pelo menos um conta-própria, a família é compreendida como de conta-própria. Na ausência de empregador e de conta-própria, a família será considerada de assalariados caso algum membro esteja ocupado como tal. Não havendo nenhum ocupado na família, a mesma é considerada como família de não ocupados. Do

---

<sup>73</sup> Na maioria dos casos a situação era a de que os proprietários não moravam mais nos estabelecimentos, apenas os caseiros. Os proprietários já haviam se mudado com suas famílias para a cidade (ou Canápolis, ou Coromandel, ou Indianópolis, ou Araguari, ou Uberlândia).

<sup>74</sup> A constatação dessa composição só foi feita *ex-post* às entrevistas e tabulação dos dados.

ponto de vista do ramo de atividade, se, por exemplo, numa família de conta-próprias houver pelo menos um membro ocupado na agricultura e nenhum outro fora da agricultura, então essa família é classificada como de conta-própria agrícola. Caso a referida família de conta-própria tivesse pelo menos um membro na atividade agrícola e pelo menos um outro ocupado em outro setor de atividade fora da agricultura, ou ainda quando pelo menos um de seus membros declarou exercer atividade agrícola como conta-própria e um outro membro declarou ocupar-se como assalariado em outro estabelecimento agropecuário, essa seria uma família de conta-própria pluriativa (pluriatividade *intersetorial* e *tradicional*, respectivamente). As mesmas combinações podem ser repetidas para as famílias de assalariados e de empregadores.

Por fim, a construção dessas classificações (a partir dos microdados coletados e digitalizados), e a geração dos resultados para as Tabelas, foram realizados através do *software* SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*). A formatação das Tabelas finais foi realizada no Excel, cujos resultados são apresentados na seção que se segue.

Do total das amostras de 65 famílias, em Canápolis, e de 83 famílias, em Coromandel, apenas 43 famílias da amostra de Canápolis e 64 famílias da amostra de Coromandel compuseram o conjunto da agricultura familiar pesquisada<sup>75</sup>. Consideramos agricultura familiar apenas as famílias de empregadores com até dois empregados ou famílias de conta-próprias, ambos os tipos agrícolas e ou pluriativos, e com estabelecimentos de no máximo 120 hectares, em Canápolis, e 160 hectares, em Coromandel, correspondendo, em ambos os casos, a quatro módulos fiscais. Dessa forma, a diferença entre o total da amostra pesquisada, em cada um dos municípios, e a amostra selecionada como agricultura familiar são famílias que não se enquadraram nessa definição de agricultura familiar.

No caso de Indianópolis, a presença, na amostra, de famílias de empregados – embora nos interessasse somente a agricultura familiar – se explica pelo fato, já mencionado, de que ao selecionar a amostra a ser entrevistada não tivemos condições *a priori* de saber a condição na ocupação do produtor familiar, de modo que somente no ato da entrevista é que foi possível sabê-lo. No caso das famílias de empregados não

---

<sup>75</sup> A constatação dessa composição só foi feita *ex-post* às entrevistas e tabulação dos dados. Em virtude de não termos tido condições de sabermos *a priori* quais produtores rurais eram, da lista de nomes que obtivemos, agricultores familiares, a amostra sorteada aleatoriamente ficou com essa composição.



agrícolas, cabe dizer que, embora tais famílias (2 famílias) não tenham declarado nenhum vínculo produtivo com atividades agrícolas, ambas permanecem com algum outro tipo de vínculo com a terra, que pode ser apenas para lazer e ou moradia. Essas duas famílias são exemplos que confirmam observações da literatura que chamam atenção para os novos usos das áreas rurais que extrapolam o uso estritamente produtivo agropecuário (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2000; NASCIMENTO, 2007, 2008 e 2009; SOUZA e LINDNER, 2010; entre outros).

## **2.4 Pesquisa de Campo: principais resultados**

Na presente seção serão apresentados os resultados da pesquisa de campo que tiveram como suporte teórico os autores marxistas apresentados no capítulo 1, assim como também o que buscamos destacar da modernização da agricultura brasileira conforme exposto na primeira seção do presente capítulo.

### *2.4.1 Canápolis e Coromandel*

Na Tabela 1 está apresentada a distribuição das famílias de agricultores familiares amostradas nesses municípios, segundo a posição na ocupação e o ramo de atividade para o ano de 2008. O conjunto da agricultura familiar de cada um deles revela um predomínio de famílias de conta-próprias - 79,1% em Canápolis, e 82,8% em Coromandel. Do ponto de vista do ramo de atividade, as famílias pluriativas têm um grande peso – 60,5% entre as famílias canapolenses, e mais de um terço (35,9%) entre as famílias coromandelenses. Se considerarmos apenas as famílias de conta-próprias, essas porcentagens, da participação relativa das famílias pluriativas, são de 58,8% e 43,4% das famílias de conta-próprias canapolenses e coromandelenses respectivamente<sup>76</sup>.

---

<sup>76</sup> Lembrando que no Capítulo 1 os teóricos, especialmente Kaustsky e Lênin, nos anteciparam acerca da necessidade da população rural ocupar-se em outras atividades que não as atividades agrícolas das unidades de produção familiar.

**Tabela 1-** Distribuição dos tipos de família da agricultura familiar, segundo a posição na ocupação e o ramo de atividade: Canápolis e Coromandel, MG, 2008

TIPO DE FAMÍLIA	Canápolis			Coromandel		
	Nr. Fam.	% Fam. (Pos. Ocup.)	% Fam. (Ramo Ativ.)	Nr. Fam.	% Fam. (Pos. Ocup.)	% Fam. (Ramo Ativ.)
Empregador com até 2 empregados	9	20,9		11	17,2	
Agrícola	3		7,0	11		17,2
Pluriativo	6		14,0	0		0,0
Conta-próprias	34	79,1		53	82,8	
Agrícola	14		32,6	30		46,9
Pluriativo	20		46,5	23		35,9
	43	100,0	100,0	64	100,0	100,0

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo.

Como o universo da agricultura familiar pesquisada está concentrado entre as famílias de conta-próprias – sem empregados permanentes, ou seja, predomínio completo de força de trabalho familiar – centraremos nossas observações nesse tipo familiar – que apresenta forte presença de famílias pluriativas. Essas observações justificam nosso interesse maior sobre as famílias de conta-próprias pluriativas, embora nos ocupemos também das famílias de conta-próprias estritamente agrícolas, uma vez que nos importa inferir sobre as perspectivas desse tipo familiar vir a se tornar família pluriativa, ou permanecer apenas como família agrícola, ou ainda vir a se converter diretamente em família (rural ou urbana) não agrícola.

Do conjunto da agricultura familiar por conta-própria da nossa amostra relativa a Canápolis (34 famílias), 67,6% (23 famílias) produzem em estabelecimentos com até 10 hectares, e, da amostra relativa a Coromandel (53 famílias), 54,7% (29 famílias) produzem em estabelecimentos com até 40 hectares. Ou seja, a Tabela 2 nos revela que mais da metade desse contingente de famílias trabalha em estabelecimentos rurais relativamente pequenos para os padrões brasileiros. Em Canápolis, se considerarmos apenas as famílias pluriativas, são 16 as famílias – ou seja, 47,1% das 34 unidades familiares por conta-própria – que produzem em estabelecimentos com até 10 hectares. Em Coromandel, das 29 famílias por conta-própria que produzem em estabelecimentos familiares com até 40 hectares, 37,9% (11 famílias) são famílias pluriativas.

**Tabela 2** – Distribuição dos tipos de família da agricultura familiar, segundo faixas de tamanho de área: Canápolis e Coromandel, MG, 2008

FAIXAS DE ÁREA (Em Hectares)	Canápolis		Coromandel	
	Conta-próprias		Conta-próprias	
	Agrícolas (Nr Fam.)	Pluriativos (Nr Fam.)	Agrícolas (Nr Fam.)	Pluriativos (Nr Fam.)
De 0 até 5	6	12		
Mais de 5 até 10	1	4		1
Mais de 10 até 20		1	9	3
Mais de 20 até 30	3	1	2	3
Mais de 30 até 40	1		7	4
Mais de 40 até 50	2		4	5
Mais de 50 até 90	1	2		
Mais de 90 até 120			5	7
Mais de 120 até 160			3	

Nota: O tamanho máximo dos estabelecimentos da agricultura familiar pesquisada é, em Canápolis, de 90 hectares, e, em Coromandel, de 160 hectares.

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo.

Ademais, considerando apenas o total dos estabelecimentos rurais com até 50 hectares de tamanho, podemos ver na Tabela 3 que em 2008, para Canápolis, 77,4% (24 das 31 famílias) da agricultura familiar por conta-própria entrevistada não é proprietária das terras em que trabalham – se observarmos apenas as unidades familiares que trabalham em estabelecimentos com até 10 hectares de área, aquela proporção aumenta para 91,3% (21 das 23 famílias). Em Coromandel, a proporção de não proprietários é menor, mas ainda assim chega a quase 14,0%.

Essas primeiras observações estão mostrando que, além de parte significativa do universo da agricultura familiar pesquisada nesses dois municípios trabalhar em estabelecimentos relativamente pequenos, parte também significativa destas unidades familiares são de não proprietários. Essa informação reforça a hipótese da pesquisa que aponta para uma situação de latente tendência dos pequenos produtores familiares a abandonarem as (ou a serem expulsos das) atividades agrícolas, em parte, por terem pouco acesso à terra e, por outra parte, por dependerem de possibilidades, não necessariamente asseguradas, de renovação dos contratos (formais ou informais) de arrendamento das propriedades em que exercem os trabalhos familiares.

**Tabela 3** – Distribuição absoluta e relativa dos tipos de família da agricultura familiar, segundo faixas de tamanho de área e a condição do produtor: Canápolis e Coromandel, MG, 2008

Condição do Produtor	0 até 50 hectares		0 até 40 hectares		0 até 30 hectares		0 até 20 hectares		0 até 10 hectares		
	Nr. Fam.	%	Nr. Fam.	%	Nr. Fam.	%	Nr. Fam.	%	Nr. Fam.	%	
Canápolis	Proprietário	7	22,6	5,0	17,2	4	14,3	2	8,3	2	8,7
	Arrendatário	24	77,4	24,0	82,8	24	85,7	22	91,7	21	91,3
	Total	31	100	29	100	28	100	24	100	23	100
Coromandel	Proprietário	33	86,8	25,0	86,2	16	88,9	12	92,3	-	-
	Arrendatário	5	13,2	4,0	13,8	2	11,1	1	7,7	1	100
	Total	38	100	29	100	18	100	13	100	1	100

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo.

Na Tabela 4, além das faixas de área e condição do produtor, analisamos também a distribuição dos diferentes tipos de famílias incluindo um indicador de nível tecnológico<sup>77</sup>. Esse indicador foi construído para medir o grau de intensidade de envolvimento do produtor rural com melhorias para elevar a produtividade do estabelecimento. Trata-se de um indicador que varia entre 0 e 1, de sorte que quanto mais próximo de 1, maior é o envolvimento da unidade produtiva com fatores que permitem a melhoria da produtividade e, portanto, maior aptidão ao mercado.

No que se refere à amostra de Canápolis, do total de 31 famílias de contápróprias (agrícolas e pluriativas), 67,7% (21 famílias) são de famílias de não proprietários que exercem suas atividades produtivas em estabelecimentos com no máximo 10 hectares de terra. Dessas 21 famílias, 42,9% (9 famílias) apresentam indicador de nível tecnológico abaixo da média (no máximo 0,43) – se considerarmos o indicador um pouco acima da média (0,57), a proporção de famílias, de não proprietários, com até 10 hectares de terra, sobe para 76,2% (16 famílias).

<sup>77</sup> Esse indicador foi construído com base nas respostas ‘sim’ ou ‘não’ sobre se no estabelecimento o produtor usa assistência técnica, tração mecânica, se aduba o solo, se faz correção do solo (calcário), se faz análise do solo, se usa sementes certificadas, se tem energia elétrica para beneficiamentos. Somou-se essas variáveis e dividiu-se pelo número delas, obtendo uma variação entre 0 e 1 para os diferentes estabelecimentos. No caso de Coromandel, como majoritariamente a agricultura familiar pesquisada é formada por pequenos produtores pecuaristas (leite e queijo), o índice de nível tecnológico calculado compreende, além daquelas variáveis informadas (porque também esses pequenos pecuaristas produzem milho para silagem e um pouco de cana-de-açúcar para ração, ambos como complemento às possibilidades de pasto existentes), as seguintes variáveis: se tem reprodutor de raça definida, se faz controle de doenças, se utiliza tanque de resfriamento, se o tanque de resfriamento é próprio, se faz controle fitossanitário, se faz inseminação artificial e se possui ordenhadeira mecânica.

Essas 16 famílias canapolenses – com pouca terra para produzir, não proprietárias e com reduzido grau de envolvimento com melhorias tecnológicas nos estabelecimentos – constituem 37,2% do conjunto da agricultura familiar total da amostra pesquisada. Ou seja, bem mais de um terço da agricultura familiar pesquisada, em sua maioria famílias pluriativas, apresenta características que apontam para sua fragilidade em permanecer na atividade agrícola como fonte de geração de renda<sup>78</sup>.

Do ponto de vista da amostra pesquisada relativa a Coromandel, a Tabela 4 também mostra que do total de famílias de conta-próprias proprietárias com estabelecimentos com até 40 hectares de tamanho (25 famílias), praticamente a metade deles (12 famílias ou 48,0%) apresenta indicador de nível tecnológico abaixo da média (no máximo 0,49). Essa proporção aumenta expressivamente, para 84,0% (21 famílias), se for considerado o indicador de nível tecnológico de 0,57 (isto é, um pouco acima da média). Ou seja, embora os proprietários, na amostra de Coromandel, diferentemente de Canápolis, sejam predominantes, também apresentam a característica de executarem suas atividades produtivas em estabelecimentos relativamente pequenos (até 40 hectares para produtores de pecuária extensiva) e com nível tecnológico relativamente baixo.

Quanto às unidades familiares de conta-próprias que obtiveram algum tipo de crédito (PRONAF e/ou algum outro tipo de crédito bancário) para financiamento das atividades nos respectivos estabelecimentos, a Tabela 5 mostra que das 31 famílias canapolenses com até 50 hectares de terra, 22 delas (70,9%) declararam ter tido acesso a algum tipo de crédito. Das 23 famílias de conta-próprias canapolenses com até 10 hectares de terra, 17 delas (73,9%, que também corresponde a 54,8% das 31 famílias de conta-próprias com até 50 hectares de terra) declararam ter tido acesso ao crédito do PRONAF. Em Coromandel, das 29 famílias de conta-próprias com até 40 hectares de terra, mais de um terço (31,0%) declarou ter tido acesso aos recursos do PRONAF – em Coromandel as unidades familiares de conta-próprias declararam acesso ao crédito exclusivamente do PRONAF (Tabela 5).

---

<sup>78</sup> Entre as unidades familiares proprietárias, notamos que a situação não é tão melhor: 43,0% delas têm no máximo 30 hectares de terra e o indicador de nível tecnológico não é melhor do que para os demais – constatação que reforça a afirmação de Lênin de que a posse da terra, em geral, não diferencia os produtores proprietários dos não proprietários. Cf. Seção 1.1.3.

**Tabela 4** – Distribuição do número de famílias da agricultura familiar, segundo faixas de tamanho de área, condição do produtor e um índice de nível tecnológico: Canápolis e Coromandel, MG, 2008

		CANAPOLIS						COROMANDEL			
Faixas de área (Em Hectares)	Índice de nível tecnológico	Condição do produtor				Faixas de área (Em Hectares)	Índice de nível tecnológico	Condição do produtor			
		Proprietário		Arrendatário				Proprietário		Arrendatário	
		Conta-própria		Conta-própria				Conta-própria		Conta-própria	
		Agrícola (Nr Fam)	Pluriativo (Nr Fam)	Agrícola (Nr Fam)	Pluriativo (Nr Fam)			Agrícola (Nr Fam)	Pluriativo (Nr Fam)	Agrícola (Nr Fam)	Pluriativo (Nr Fam)
De 0 até 5	0,14			1		Mais de 5 até 10	0,43				1
	0,29				2	Mais de 10 até 20	0,43	2			
	0,43			2	3		0,48	1	1		
	0,57			2	4		0,57	6	1		
	0,71				3		0,71		1		
Mais de 5 até 10	0,86			1		Mais de 20 até 30	0,14		1		
	0,14		1				0,36		1		
	0,29	1					0,43	1	1		
	0,43				1	Mais de 30 até 40	0,57			1	
	0,57				1		0,29		1		
Mais de 10 até 20	0,71				1		0,43		1		
	0,57				1		0,49	1	1		
Mais de 20 até 30	0,14	1					0,57	1	1		2
	0,57			1			0,64	1			
	0,86			1			0,79	2			
Mais de 30 até 40	1,00		1			Mais de 40 até 50	0,38		2		
	0,14	1					0,50		1		
Mais de 40 até 50	0,43	1					0,57	3	1		1
	0,57	1					0,86	1			

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo.

Essas informações sobre o acesso ao crédito bancário, público ou privado, revelam que as unidades familiares mais fragilizadas são as que mais recorreram ao crédito bancário, especialmente o PRONAF. Isso é compreensível porque são as unidades produtoras que têm menos recursos próprios para produzir. Dadas as características de fragilidade apontadas anteriormente, percebe-se que o PRONAF pode estar representando uma importante fonte de apoio para os pequenos produtores contornarem aquelas fragilidades e lograrem permanecer resistindo às adversidades do setor, preservando sua identidade de agricultor, sem abandoná-la – sem deixar de lembrar, obviamente, que as famílias com pouca terra e sem nenhuma fonte de crédito se encontram em situação ainda mais crítica, o que reforça a ideia de fragilização da agricultura familiar pesquisada que aqui se está revelando da pesquisa de campo.

**Tabela 5** – Distribuição do número de famílias da agricultura familiar (com até 50 hectares de terra) que tiveram acesso a alguma modalidade de crédito bancário (pronaf e ou outra fonte): Canápolis e Coromandel, MG, 2008

Faixas de Área (Em hectares)	PRONAF			
	Canápolis		Coromandel	
	Conta-próprias		Conta-próprias	
	Agrícola (Nr Fam.)	Pluriativo (Nr Fam.)	Agrícola (Nr Fam.)	Pluriativo (Nr Fam.)
De 0 até 5	4	11		
Mais de 5 até 10		2		1
Mais de 10 até 20		1	2	2
Mais de 20 até 30	2		1	
Mais de 30 até 40			2	1
Mais de 40 até 50			1	2
PRONAF e outras fontes de crédito				
De 0 até 5	4	11		
Mais de 5 até 10		2		1
Mais de 10 até 20		1	2	2
Mais de 20 até 30	2	1	1	
Mais de 30 até 40			2	1
Mais de 40 até 50	1		1	2

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo.

Continuando a concentrar as análises nos estabelecimentos considerados até aqui mais fragilizados, a Tabela 6 apresenta a composição percentual da renda média anual da agricultura familiar com até 10 hectares, segundo diferentes fontes de renda. Deixamos essa informação por último por causa da dificuldade de inferir satisfatoriamente as diferentes fontes de renda, dados os problemas conhecidos relacionados às declarações dos entrevistados quando se trata de rendimentos. Os produtores familiares entrevistados não têm uma cultura de manter sua contabilidade atualizada – de maneira geral, sequer existe algum controle sobre receitas e despesas –, fato que dificulta uma precisão dos dados levantados. De qualquer forma, julgamos que conseguimos resultados que, embora não exatamente precisos, ajudam a melhor compreender a situação em que se encontram as famílias de agricultores familiares dos dois municípios em análise.

A Tabela 6 mostra que em 2008 entre as unidades familiares pluriativas, em Canápolis, com até 10 hectares de terra, quase 40,0% da renda média familiar provém de fontes não agrícolas, o que mostra a importância que tem, para estas famílias, as atividades (e

as demais fontes de renda) não agrícolas<sup>79</sup>. Em Coromandel, para o mesmo ano, a renda do trabalho não agrícola assumiu uma importância bastante expressiva – 60,0% da renda média anual das famílias de conta-próprias pluriativas com até 40 hectares de terra. Contudo, cabe informar que mais da metade da pluriatividade dessas famílias se deve a atividades chamadas de para-agrícolas. Trata-se da atividade de produção de queijo artesanal no interior dos próprios estabelecimentos rurais. E esta é uma atividade que está sendo progressivamente ameaçada pelo crescimento das exigências e fiscalizações sanitárias, gerando um quadro de incerteza entre os pequenos produtores familiares sobre a perspectiva de permanência nessa atividade, de modo que se revela mais um fator tendencial contrário à pluriatividade.

**Tabela 6** – Composição percentual da renda média anual da agricultura familiar (com até 10 hectares), segundo diferentes fontes de renda: Canápolis e Coromandel, MG, 2008

Município	TIPO DE FAMÍLIA	Renda Agrícola (%)	Renda Não Agrícola (%)	Renda de Aposen/Pensão (%)	Renda de Outras fontes (%)	Renda Média Anual
Conta-próprias						
Canápolis	Agrícola	89,8	0,0	9,3	0,9	21.094,00
	Pluriativo	63,0	23,5	4,5	8,9	25.289,50
Conta-próprias						
Coromandel	Agrícola	95,4	0,0	4,5	0,1	22.985,11
	Pluriativo	36,6	60,3	2,5	0,6	16.545,36

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo.

#### 2.4. 2 Indianópolis e Araguari

Assim como na primeira tabela, a Tabela 7 mostra também que entre a agricultura familiar amostrada para os municípios de Indianópolis e Araguari, o tipo familiar predominante em 2009 é o tipo que classificamos como famílias de conta-próprias – em Indianópolis, 92,5% e, em Araguari, 98,6%. Em outras palavras, para os quatro municípios, o universo da agricultura familiar pesquisada está concentrado nesse tipo familiar – sem empregados permanentes, ou seja, há um predomínio de força de

<sup>79</sup> As fontes de renda não agrícolas corresponde ao somatório das rendas do trabalho não agrícola com as rendas do não trabalho: aposentadorias (e pensões) e outras fontes de renda (aluguel, rendimentos financeiros, doações, etc.).



trabalho familiar – centraremos, portanto mais uma vez nossas observações mais nesse tipo familiar – que apresenta também forte presença de famílias pluriativas (50,9%, em Indianópolis, e, 42,0%, em Araguari).

**Tabela 7** - Distribuição dos tipos de famílias da agricultura familiar, segundo a posição na ocupação e o ramo de atividade: Indianópolis e Araguari, MG, 2009

TIPO DE FAMÍLIA	Indianópolis			Araguari		
	Nr de Famílias	% Famílias (Posição na Ocupação)	% Famílias (Ramo de Atividade)	Nr de Famílias	% Famílias (Posição na Ocupação)	% Famílias (Ramo de Atividade)
Empregadores com até dois empregados	4	7,5		1	1,4	
<b>Agrícola</b>	3		5,7	1		1,4
<b>Pluriativo</b>	1		1,9			
Agrícola <i>com</i> Não agrícola	1		1,9			
Conta-próprias	49	92,5		68	98,6	
<b>Agrícola</b>	22		41,5	39		56,5
<b>Pluriativo</b>	27		50,9	29		42,0
Agrícola <i>com</i> Agrícola	2		3,8	3		4,3
Agrícola <i>com</i> Não agrícola	25		47,2	26		37,7
<b>TOTAL</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>69</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo.

Ainda em relação ao ramo de atividade dessas famílias, a Tabela 7 ao contrário da sua correspondente na seção anterior (Tabela 1), traz um maior detalhamento quanto à pluriatividade dessas famílias. Podemos observar assim que a maior fração delas, em ambos os municípios, corresponde à pluriatividade intersetorial, revelando uma maior inserção das famílias pluriativas, principalmente de conta-próprias, nos mercados de trabalho fora da agricultura, mercados de trabalho não agrícolas<sup>80</sup>.

Ao nosso juízo, esse predomínio da pluriatividade intersetorial sobre a pluriatividade tradicional, pode ser um indicador que corrobora com a hipótese da pesquisa de campo de tendência de abandono das atividades agropecuárias pelos pequenos produtores familiares – um êxodo agrícola, em que progressivamente se abandona a atividade agrícola em busca das atividades não agrícolas.

<sup>80</sup> Os diversos ramos de atividades não agrícolas em que os membros das famílias pluriativas estavam ocupados, em 2009, eram: indústria (de madeiras, vestuário, alimentos, construção), comércio de alimentos, pequeno comércio, serviços (pessoais, residenciais, doméstico remunerado, comunicações, transporte), transporte público, assistência veterinária, estabelecimentos de ensino e instituição militar.

E se considerarmos o tamanho dos estabelecimentos essa hipótese fica ainda mais latente. A Tabela 8 registra que, em Indianópolis, 26 (praticamente a metade, 49,1%) das unidades familiares da amostra pesquisada produzia em estabelecimentos rurais com no máximo 20 hectares de área total, em 2009 – essa porcentagem sobe para 60,4% (32 famílias) quando se consideram os estabelecimentos com até 30 hectares, e para 86,8% (46 famílias) relativos aos estabelecimentos com até 50 hectares. A amostra pesquisada de Araguari apresenta uma distribuição bastante semelhante à de Indianópolis: 52,2% das unidades familiares em estabelecimentos com até 20 hectares, 69,6% com até 30 hectares e 88,4% com até 50 hectares<sup>81</sup>. Ademais, nesses mesmos estabelecimentos, as famílias pluriativas são mais representativas (em Araguari, 40,6%, e, em Indianópolis, 47,2%), comparativamente às famílias agrícolas. Enfim, importa destacar – para os propósitos deste trabalho – que metade ou mais da metade do universo da agricultura familiar entrevistada trabalha em estabelecimentos rurais relativamente pequenos, para os padrões brasileiros.

**Tabela 8 -** Distribuição absoluta e relativa dos tipos de famílias da agricultura familiar, segundo as faixas de tamanho de área\*: Indianópolis e Araguari, MG, 2009

Faixas de Área* (em hectares)	Indianópolis					Araguari				
	Empregadores com até dois empregados		Conta-próprias			Empregadores com até dois empregados		Conta-próprias		
	Agrícola	Agrícola com Não agrícola	Agrícola	Agrícola com Agrícola	Agrícola com Não agrícola	Agrícola	Agrícola com Não agrícola	Agrícola	Agrícola com Agrícola	Agrícola com Não agrícola
Até 5]		1	2		1			10	1	2
]5 a 10]			2		2			4		3
]10 a 20]	1		8		9	1		6		9
]20 a 30]			2	1	3			7	2	3
]30 a 50]			6	1	7			5		8
]50 a 100]	2		2		2			6		1
]100 a 140]					1			1		
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>22</b>	<b>2</b>	<b>25</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>39</b>	<b>3</b>	<b>26</b>
	<b>PORCENTAGEM (%) sobre o Total da Agricultura Familiar (53 Fam.)</b>					<b>PORCENTAGEM (%) sobre o Total da Agricultura Familiar (69 Fam.)</b>				
Até 5]		1,9	3,8		1,9			14,5	1,4	2,9
]5 a 10]			3,8		3,8			5,8		4,3
]10 a 20]	1,9		15,1		17,0	1,4		8,7		13,0
]20 a 30]			3,8	1,9	5,7			10,1	2,9	4,3
]30 a 50]			11,3	1,9	13,2			7,2		11,6
]50 a 100]	3,8		3,8		3,8			8,7		1,4
]100 a 140]					1,9			1,4		
<b>TOTAL</b>	<b>5,7</b>	<b>1,9</b>	<b>41,5</b>	<b>3,8</b>	<b>47,2</b>	<b>1,4</b>	<b>0,0</b>	<b>56,5</b>	<b>4,3</b>	<b>37,7</b>

<sup>81</sup> Parte da área desses estabelecimentos (dependendo do caso, pelo menos 20%) é destinada para reserva legal; ou seja, não utilizável produtivamente.

(\*) O tamanho máximo dos estabelecimentos da agricultura familiar pesquisada é de 138,24 hectares, em Indianópolis, e de 116,16 hectares, em Araguari.

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo.

A Tabela 9 apresenta alguns dados que de certa forma se somam às informações anteriores no sentido de revelar – e essa é a questão central dessa pesquisa – a fragilidade de parte expressiva dos produtores familiares pesquisados. Na Tabela 8 pode-se verificar que, em Indianópolis, 71,7% (38 famílias) dos estabelecimentos encontram-se nas faixas de tamanho de área entre mais de 10 até 50 hectares. Considerando-se essa informação, observe-se que a Tabela 9 mostra que entre 15,4% e 17,4% desses mesmos estabelecimentos são ocupados produtivamente por unidades familiares não proprietárias.

**Tabela 9** - Distribuição absoluta e relativa dos tipos de família da agricultura familiar, segundo faixas de tamanho de área e a condição do produtor: Indianópolis e Araguari, MG, 2009.

INDIANÓPOLIS										
Condição do Produtor	0 até 50 hectares		0 até 30 hectares		0 até 20 hectares		0 até 10 hectares		0 até 5 hectares	
	Nr. Fam.	%	Nr. Fam.	%	Nr. Fam.	%	Nr. Fam.	%	Nr. Fam.	%
Proprietário	38	82,6	27	84,4	22	84,6	8	100,0	4	100,0
Arrendatário	4	8,7	2	6,3	2	7,7	0	0,0	0	0,0
Outros	4	8,7	3	9,4	2	7,7	0	0,0	0	0,0
Total	46	100,0	32	100,0	26	100,0	8	100,0	4	100,0
ARAGUARI										
Condição do Produtor	0 até 50 hectares		0 até 30 hectares		0 até 20 hectares		0 até 10 hectares		0 até 5 hectares	
	Nr. Fam.	%	Nr. Fam.	%	Nr. Fam.	%	Nr. Fam.	%	Nr. Fam.	%
Proprietário	32	52,5	26	54,2	25	69,4	15	75,0	9	69,2
Arrendatário	4	6,6	3	6,3	3	8,3	3	15,0	3	23,1
Outros	25	41,0	19	39,6	8	22,2	2	10,0	1	7,7
Total	61	100,0	48	100,0	36	100,0	20	100,0	13	100,0

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo.

A situação da amostra pesquisada em Araguari é ainda mais frágil: 30,6% das famílias com até 20 hectares de área são de não proprietárias, e, se considerarmos as famílias com até 50 hectares de área, quase a metade delas (47,5%) são de não proprietárias. Em outras palavras, além de parte significativa do universo da agricultura familiar pesquisada trabalhar em estabelecimentos relativamente pequenos, uma parte também considerável destas unidades familiares são de não proprietários.

Mesmo entre as unidades familiares entrevistadas proprietárias dos estabelecimentos agropecuários a situação em certos casos não é muito diferente, dentre outros motivos, pelo fato de que, conforme alguns relatos ocorre de os mesmos serem obrigados a oferecer a pouca terra que possuem como garantia de pagamento quando da compra dos insumos necessários na produção dos produtos agropecuários; ou seja, muitas vezes põem em risco o único bem que possuem para conseguir dar continuidade às suas atividades agropecuárias, arriscando assim sua condição de agricultor.

As Tabelas 10A e 10B mostram a distribuição do número de famílias da agricultura familiar segundo faixas de tamanho de área dos estabelecimentos, condição do produtor e indicador de nível tecnológico. Além disso, diferentemente da tabela correspondente na seção anterior (Tabela 4), também distribuimos essas duas tabelas entre unidades familiares de proprietários e unidades familiares de não proprietários. Essa nova divisão deve-se também ao esforço de reforçar a colocação anterior de que a posse da terra não assegura uma situação mais confortável às famílias de proprietários<sup>82</sup>.

A despeito dessa divisão esquemática, pode-se observar, para o caso de Indianópolis, que no conjunto total das unidades familiares registradas na Tabela 10A, 30,4% delas (14 famílias) apresentam indicadores de uso de tecnologias abaixo da média (0,50). Diversamente, 24 famílias (52,2% de 46 famílias, que correspondem ao conjunto dos estabelecimentos analisados, ou seja, com até 50 hectares) atingiram indicadores de uso tecnológico acima de 0,70, revelando um importante envolvimento com recursos produtivos modernos – a porcentagem desse tipo de unidade familiar mais tecnificada se eleva para 67,4% (31 famílias das 46 famílias totais) ao se considerar os indicadores de uso tecnológico a partir de 0,57 (acima da média, de 0,50). Ou seja, nesse quesito do indicador de tecnificação dos estabelecimentos, pode-se perceber que apesar de encontrarmos 30,4% das famílias com indicadores abaixo da média, importa destacar que quase 70,0% das famílias exibiram indicador bem acima da média de 0,50.

---

<sup>82</sup> Essas famílias, apesar de proprietárias dos estabelecimentos agropecuários e, conforme veremos, com um indicador tecnológico relativamente mais alto em comparação às famílias de não proprietários, não se apresentam um rendimento muito superior .

**Tabela10A-** Distribuição do número de famílias da agricultura familiar (com até 50 hectares), segundo faixas de tamanho de área, condição do produtor e um índice de nível tecnológico: Indianópolis, MG, 2009.

Faixas de Área (Em Hectares)	Índice de Nível Tecnológico	Condição do Produtor					
		Proprietário				Arrendatário (e outras)	
		Empregadores com até dois empregados		Conta-próprias		Empregadores com até dois empregados	Conta-próprias
		Agrícolas	Pluriativos	Agrícolas	Pluriativos	Agrícolas	Agrícolas
De 0 até 5	0,29				1		
	0,57		1				
	0,71			1			
	0,86			1			
Mais de 5 até 10	0,71				1		
	0,86			1			
	1,00			1	1		
Mais de 10 até 20	0,14						1
	0,17				1		
	0,29			1			
	0,43				2		
	0,50				1		
	0,57			1	1		
	0,71			1			
	0,86			3	1	1	1
	1,00			1	1		
	Mais de 20 até 30	0,42				1	
0,57					2		
0,86				1			1
1,00					1		
Mais de 30 até 50	0,00				1		
	0,14				1		
	0,29			1	1		
	0,43			1	1		1
	0,57				1		
	0,71				1		1
	0,86			1			
	1,00			1	1		1

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo.

No caso das unidades familiares pesquisadas em Araguari (Tabela 10B), o grau maior de tecnificação – expresso pelo indicador de uso tecnológico a partir de 0,57 – corresponde a uma proporção menor de estabelecimentos familiares produtivos, mas que atinge a metade dos estabelecimentos pesquisados, ou seja, 50,8% - outros 13,1% exibiram o indicador de uso tecnológico acima de 0,40. A amostra de Araguari também exibe um grau expressivo de tecnificação – o grau menor de tecnificação em relação à amostra de Indianópolis expressa também a maior proporção, em Araguari, de unidades familiares de não proprietários<sup>83</sup>.

<sup>83</sup> Os não proprietários – segundo a teoria da renda da terra – têm menos estímulos a uma maior aplicação de capital no estabelecimento. Ver sobre esse assunto, entre outros, Marx (1985: III, v. II). Esse baixo estímulo associa-se, por exemplo, à dificuldade de acesso aos insumos necessários à produção agropecuária. Isso porque, conforme já antecipado, para tanto é necessário fornecer garantias de que o pagamento será efetuado; dada a não propriedade da terra (e muitas vezes também de outros bens, como animais) esses não proprietários necessitam de um fiador/avalista com bens, dificultando assim a incorporação de novos métodos de produção. No caso de Araguari, por seu lado, há outro componente que explica essa dificuldade: é que parte da amostra pesquisada é de assentados de reforma agrária que ainda não possuem o título de propriedade. A falta do título de propriedade dificulta não só a aquisição de insumos agropecuários (falta de garantias de pagamento) quanto o acesso às políticas públicas para agricultura. Para ambos os casos, a solução encontrada é muitas vezes comprar os insumos com a

**Tabela10B-** Distribuição do número de famílias da agricultura familiar (com até 50 hectares), segundo faixas de tamanho de área, condição do produtor e um índice de nível tecnológico: Araguari, MG, 2009.

Faixas de Área (Em Hectares)	Índice de Nível Tecnológico	Condição do Produtor				
		Proprietário			Arrendatário (e outras)	
		Empregadores com até dois empregados	Conta-próprias		Conta-próprias	
			Agrícolas	Agrícolas	Pluriativos	Agrícolas
De 0 até 5	0,00		3	1		
	0,14		1			
	0,29			1		
	0,57				1	
	0,86		1	1		
1,00		1			3	
Mais de 5 até 10	0,00		1			
	0,17			1		
	0,43		1			
	0,57					1
	0,86		1	1		
1,00		1				
Mais de 10 até 20	0,00					1
	0,14			1	1	
	0,29		2			
	0,33			1		
	0,43			1	1	1
	0,58					1
	0,71					1
	0,86	1	1	2		
	1,00		1			
Mais de 20 até 30	0,00					1
	0,14				1	
	0,43				2	1
	0,57				1	1
	0,71		1		1	2
	1,00				1	
Mais de 30 até 50	0,14		1			
	0,29		1			2
	0,33			1		1
	0,42			1		
	0,71					1
	0,86				2	1
	1,00		1	1		

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo.

Apesar dessas constatações, relativas a Indianópolis e Araguari, o maior grau de envolvimento dessas famílias com melhorias para elevar a produtividade do estabelecimento, não amenizam em muito a hipótese de fragilidade de uma importante fração da agricultura familiar pesquisada. Adiante veremos que os rendimentos dessas

---

alienação dos produtos produzidos nos próprios estabelecimentos, tais como queijos, ovos, aves, doces, vassouras, etc, ou seja, compra um para pagar com o outro.

famílias não são muito diferentes das de Canápolis e Coromandel, que de um modo geral, apresentaram um grau relativamente menor de tecnificação<sup>84</sup>.

As Tabelas 11A e 11B apresentam outro elemento que também tem contribuído de certa forma para relativizar nossa hipótese de trabalho e que, por sua vez, ajuda a explicar a razão desse grau relativamente elevado de “tecnificação” de uma expressiva parcela da agricultura familiar entrevistada.

Esses duas tabelas estão divididas em duas partes: uma, em que se registra o número de famílias (com até 50 hectares) que tiveram acesso tanto ao PRONAF Custeio quanto ao PRONAF Investimento; e, outra, em que se pode ver o número de famílias (com até 50 hectares) que tiveram acesso ao PRONAF Custeio e ou ao PRONAF Investimento – por ser ou Custeio ou Investimento, nessa segunda parte das Tabela 11 A e 11B encontram-se o maior número de casos de beneficiários do PRONAF.

Pode-se ver na segunda parte da Tabela 11A que, no caso de Indianópolis, mais da metade (54,3%, 25 famílias) das 46 famílias, ocupadas em estabelecimento com até 50 hectares de área total, foram beneficiadas pelo PRONAF (ou Custeio ou Investimento ou ambos). Na primeira parte da referida tabela pode-se verificar que 26,1% (12 famílias) foram contempladas com ambas as linhas do PRONAF. Esses números ajudam a explicar o expressivo grau de tecnificação exibido na tabela anterior, e revelam a importância do PRONAF para relativizar a tendência apontada pela hipótese da pesquisa.

Outra observação particularmente importante, ainda sobre a amostra de Indianópolis, é que a maior frequência de casos de famílias beneficiadas pelo PRONAF encontra-se entre as famílias dos estabelecimentos de menor tamanho. Ou seja, pode-se verificar nessa tabela, na sua primeira parte, a superior, que 58,3% dos casos (7 famílias) estão concentrados nos estabelecimentos com até 20 hectares de tamanho – e na parte inferior da mesma, aquele percentual se eleva; ou seja, 16 famílias ou 68,0% das famílias beneficiadas pelo PRONAF concentram-se nas faixas de tamanho de área até 20 hectares.

---

<sup>84</sup> Esse aparente paradoxo, qual seja de um lado, elevada tecnificação, e de outro, a não contrapartida nos rendimentos dessas famílias tecnificadas é, com certeza, o ponto central dessa dissertação sobre o qual voltaremos a tratar no Capítulo 3.

Essa última observação extraída da Tabela 11A é compreensível porque são essas unidades produtoras de menor tamanho que têm menos recursos próprios para produzir. Dadas algumas características de fragilidade apontadas anteriormente, percebe-se que o PRONAF pode estar representando uma importante fonte de apoio para os pequenos produtores contornarem tais fragilidades e lograrem permanecer resistindo às adversidades do setor, preservando sua identidade de agricultor, sem ser forçado a abandoná-la de vez<sup>85</sup>.

**Tabela 11A** - Distribuição do número de famílias da Agricultura Familiar (com até 50 hectares) que tiveram acesso ao PRONAF (Custeio e ou Investimento): Indianópolis e Araguari, MG, 2009.

<b>PRONAF Custeio &amp; Investimento</b>				
<b>Faixas de Área (em hectares)</b>	<b>Indianópolis</b>		<b>Araguari</b>	
	<b>Empregadores com até dois empregados (Nr. Famílias)</b>	<b>Conta-próprias (Nr. Famílias)</b>	<b>Empregadores com até dois empregados (Nr. Famílias)</b>	<b>Conta-próprias (Nr. Famílias)</b>
Até 5]	1	1	-	1
]5 a 10]	-	1	-	2
]10 a 20]	-	4	1	-
]20 a 30]	-	2	-	4
]30 a 50]	-	3	-	1
<b>TOTAL (Famílias)</b>	<b>1</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>8</b>
<b>PRONAF Custeio e/ou Investimento</b>				
<b>Faixas de Área (em hectares)</b>	<b>Indianópolis</b>		<b>Araguari</b>	
	<b>Empregadores com até dois empregados (Nr. Famílias)</b>	<b>Conta-próprias (Nr. Famílias)</b>	<b>Empregadores com até dois empregados (Nr. Famílias)</b>	<b>Conta-próprias (Nr. Famílias)</b>
Até 5]	1	3	-	6
]5 a 10]	-	3	-	5
]10 a 20]	-	10	1	5
]20 a 30]	-	3	-	7
]30 a 50]	-	5	-	6
<b>TOTAL (Famílias)</b>	<b>1</b>	<b>24</b>	<b>1</b>	<b>29</b>

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo.

No caso da amostra de Araguari, a Tabela 11A indica que praticamente a metade (49,2%, 30 famílias) das 61 famílias, ocupadas em estabelecimento com até 50 hectares

<sup>85</sup> Essa importância do PRONAF fica ainda mais evidente se retomarmos a Seção 1.1.2 referente ao Kautsky, especialmente quanto o mesmo faz referência à obtenção de crédito pelas unidades de produção familiares. Relembraremos, portanto que a sua época Kautsky não via no crédito uma alternativa para assegurar a manutenção dessas unidades no modo de produção capitalista e, conseqüentemente, seu papel nesse sentido.



de área total, foram beneficiadas pelo PRONAF (ou Custeio ou Investimento ou ambos) – 15,0% (9 famílias) tiveram acesso a ambas as linhas de crédito do PRONAF (parte superior da Tabela).

A Tabela 11B, por sua vez, também está dividida em duas partes: na primeira, registra-se o número de famílias (com até 50 hectares) que tiveram acesso, simultaneamente, tanto ao PRONAF Custeio quanto ao PRONAF Investimento e a uma terceira fonte de crédito, distinta do PRONAF; e, na parte seguinte, exibe-se o número de famílias (com até 50 hectares) que não tiveram acesso ao PRONAF, mas que obtiveram recursos financeiros de outras fontes não oficiais.

**Tabela 11B** - Distribuição do número de famílias da Agricultura Familiar (com até 50 hectares) que tiveram acesso a alguma modalidade de crédito bancário (PRONAF ou outra fonte): Indianópolis e Araguari, MG, 2009.

<b>PRONAF Custeio &amp; Investimento &amp; Outras Fontes de Crédito</b>				
<b>Faixas de Área (em hectares)</b>	<b>Indianópolis</b>		<b>Araguari</b>	
	<b>Empregadores com até dois empregados (Nr. Famílias)</b>	<b>Conta-próprias (Nr. Famílias)</b>	<b>Empregadores com até dois empregados (Nr. Famílias)</b>	<b>Conta-próprias (Nr. Famílias)</b>
Até 5]	-	-	-	-
]5 a 10]	-	-	-	-
]10 a 20]	-	1	1	-
]20 a 30]	-	1	-	2
]30 a 50]	-	2	-	1
<b>TOTAL (Famílias)</b>	-	4	1	3
<b>Outras Fontes de Crédito (Sem PRONAF)</b>				
<b>Faixas de Área (em hectares)</b>	<b>Indianópolis</b>		<b>Araguari</b>	
	<b>Empregadores com até dois empregados (Nr. Famílias)</b>	<b>Conta-próprias (Nr. Famílias)</b>	<b>Empregadores com até dois empregados (Nr. Famílias)</b>	<b>Conta-próprias (Nr. Famílias)</b>
Até 5]	-	-	-	1
]5 a 10]	-	-	-	-
]10 a 20]	1	-	-	1
]20 a 30]	-	1	-	1
]30 a 50]	-	-	-	1
<b>TOTAL (Famílias)</b>	1	1	-	4

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo.

Essa Tabela 11B, comparativamente à Tabela 11A, tem a importância de mostrar que para o conjunto das unidades produtivas familiares investigadas, o PRONAF tem sido praticamente a quase que única fonte de aportes financeiros para as atividades

produtivas nos respectivos estabelecimentos rurais, uma vez que a Tabela 11B mostra que, no caso de Indianópolis, apenas duas famílias acusaram ter tido exclusivamente outra fonte de recursos monetários distinta do PRONAF – e apenas outras 4 famílias (8,7% de 46 famílias) declararam ter se beneficiado do PRONAF, além de terem tido também outra alternativa de crédito para financiamento de suas atividades. O caso de Araguari não é muito diferente, em ambos os casos retratados na Tabela 11B; ou seja, em ambos os casos são apenas 4 famílias (6,6% de 61 famílias, com até 50 hectares) – as quais não são as mesmas, em cada uma das situações – que ou acusaram ter tido exclusivamente outra fonte de recursos monetários distinta do PRONAF, ou que se beneficiaram tanto do PRONAF quanto de outra fonte de crédito.

Finalmente, temos na Tabela 12, a informação sobre a renda das unidades familiares pesquisadas. Conforme antecipado, as rendas médias anuais apresentadas na última coluna da Tabela 12, particularmente para as famílias de conta-próprias (de ambos os municípios pesquisados), não são rendas que justificam considerar que se tratam de famílias de produtores agrícolas “capitalizados” – a única exceção é a única família de empregador, da amostra de Araguari. Além do mais, no caso da amostra de Indianópolis, note-se que as atividades agrícolas não são responsáveis pela geração do total dessas rendas, mas apenas 62,8% (famílias de conta-próprias); ou seja, quase 40,0% dessas rendas são oriundas de fontes não agrícolas. Mesmo no caso das famílias de conta-próprias estritamente agrícolas, 22,5% da renda média desse tipo familiar deriva de fontes do não trabalho (aposentadorias/pensões ou outras). Note-se que as rendas de fontes não agrícolas correspondem à soma das rendas do trabalho não agrícola com as rendas do não trabalho: aposentadorias (e pensões) e outras fontes de renda (aluguel, rendimentos financeiros, doações, etc.). As famílias de empregadores não declararam essas rendas do não trabalho.

A Tabela 12 mostra também que no conjunto das famílias conta-próprias pluriativas, de Indianópolis, quase a metade (47,8%) da renda média familiar provém de fontes não agrícolas, o que mostra a importância que tem, para estas famílias, em primeiro lugar, as atividades não agrícolas (23,5%), seguidas das aposentadorias/pensões (17,0%) e de outras fontes de renda (7,3%). O caso das famílias de conta-próprias pluriativas tradicionais, de Indianópolis, é mais elucidativo do que se quer destacar, ou seja, para esse tipo familiar apenas metade (50,5%) da renda média

familiar é gerada pelas atividades agrícolas – e ainda se deve atentar para o fato de que parte desses 50,5% se deve a assalariamento em outros estabelecimentos, e não às atividades desenvolvidas por conta-própria no próprio estabelecimento<sup>86</sup>.

O caso das famílias de conta-próprias pluriativas intersetoriais (agrícola com não agrícola) é semelhante ao caso das famílias de conta-próprias pluriativas tradicionais; porém, com destaque para a importância da renda do trabalho não agrícola, que foi responsável por praticamente um quarto (24,9%) da renda média desse tipo familiar (as fontes do não trabalho responderam pelo quase outro quarto de renda, 22,9%), de Indianópolis.

**Tabela 12** - Composição percentual da renda média anual da agricultura familiar (com até 50 hectares), segundo diferentes fontes de renda: Indianópolis e Araguari, MG, 2009.

Indianópolis					
TIPO DE FAMÍLIA	Renda Agrícola (%)	Renda Não Agrícola (%)	Aposentadorias / Pensões (%)	Outras Fontes de Renda (%)	Renda Média Anual (R\$)
Empregador					
<b>Agrícola</b>	100,0	0,0	0,0	0,0	43.825,00
Conta-própria	62,8	13,6	17,8	5,7	27.053,99
<b>Agrícola</b>	77,5	0,0	18,9	3,6	27.475,24
<b>Pluriativo</b>	52,2	23,5	17,0	7,3	26.755,61
Agrícola <i>com</i> Agrícola	50,5	0,0	15,7	33,8	17.756,50
Agrícola <i>com</i> Não Agrícola	52,3	24,9	17,1	5,8	27.573,71
Araguari					
TIPO DE FAMÍLIA	Renda Agrícola (%)	Renda Não Agrícola (%)	Aposentadorias / Pensões (%)	Outras Fontes de Renda (%)	Renda Média Anual (R\$)
Empregador					
<b>Agrícola</b>	93,8	0,0	6,2	0,0	180.780,00
Conta-própria	77,2	3,4	11,6	7,8	31.848,39
<b>Agrícola</b>	79,0	0,0	10,8	10,2	38.239,37
<b>Pluriativo</b>	74,1	9,3	13,1	3,5	24.719,98
Agrícola <i>com</i> Agrícola	67,7	0,0	23,9	8,4	23.355,33
Agrícola <i>com</i> Não Agrícola	74,9	10,4	11,8	2,9	24.897,97

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo.

Comparativamente a essas observações sobre a composição da renda média familiar da amostra de Indianópolis, a Tabela 12 mostra, para o caso de Araguari, uma

<sup>86</sup> Conforme exposto na seção da Metodologia, as famílias pluriativas tradicionais são aquelas em que um dos membros se ocupa na agricultura por conta-própria e pelo menos um outro se ocupa na agricultura como trabalhador assalariado

maior participação relativa das fontes de renda agrícola na composição da renda média familiar. No caso das famílias de conta-próprias da amostra de Araguari, a participação das rendas não agrícolas atinge no máximo 22,8% da renda média familiar – no caso das famílias de conta-próprias estritamente agrícolas essa porcentagem cai para 21,0% (rendas do não trabalho), e, entre as famílias de conta-próprias pluriativas, aumenta para praticamente um quarto da renda média familiar (25,9%) –, ou seja, mais de 70,0% da renda média dos tipos de famílias de conta-próprias é gerado pelas atividades *agrícolas*.

Além disso, importa observar que a renda média das famílias de conta-próprias estritamente agrícolas da amostra de Araguari (R\$38.239,37) é mais alta do que a renda média do mesmo tipo familiar da amostra de Indianópolis (R\$27.475,24). Em outras palavras, essa informação, juntamente com as informações dos parágrafos anteriores – relativos à composição da renda média familiar, das amostras de Indianópolis e Araguari – talvez possam estar sugerindo que a amostra de agricultores familiares que apresentou uma maior adoção de recursos tecnológicos (muito próprios dos “pacotes tecnológicos” da revolução verde) obtém uma renda média familiar inferior à amostra de agricultores familiares com menor utilização desses “pacotes tecnológicos”.

Esse aparente paradoxo – de um lado, elevada tecnificação, e, de outro, baixo padrão de consumo (refletindo baixa capitalização) – seria uma evidência de que quanto mais forte for o envolvimento dos pequenos produtores familiares com os capitais diretamente associados aos “pacotes tecnológicos” (capital industrial e mercantil) e com os capitais que exigem o uso daqueles “pacotes” (agroindústrias), maior tende a ser a apropriação do superproduto por parte desses capitais<sup>87</sup>, de modo que esses pequenos

---

<sup>87</sup> Um caso emblemático dessa subordinação e de suas consequências para os pequenos agricultores familiares entrevistados é a produção leiteira. Primeiramente porque esse agricultor só conseguirá se integrar às agroindústrias beneficiadoras do leite se conseguir fornecê-lo com certa regularidade, ou seja, caso contrário terá dificuldades para comercializar o produto. Mas aquela subordinação se dá principalmente porque (uma vez integrado), essas agroindústrias não só vendem (ou cedem) os tanques de resfriamento, como os demais insumos requeridos para a produção do leite, como ração, sal e medicamentos em geral, inclusive a própria assistência técnica, mas também compram a produção descontando da mesma o valor dos insumos adquiridos pelo produtor rural, de modo que o mesmo tem pouco (ou nenhum) poder de barganha. Aliás, muitos deles afirmaram durante as entrevistas que apesar da incorporação dos “pacotes tecnológicos” o preço pago pelo litro do leite pouco alterou resultando assim, em alguns casos, no abandono da produção do leite como um produto final e sua substituição pela produção de queijo, que, por sua vez, também tem deixado de ser uma alternativa segura devido especialmente às exigências sanitárias e as dificuldades dos produtores rurais em se adequarem a elas.

produtores familiares “tecnificados” pouco se apropriam do excedente por eles produzido<sup>88</sup>.

Nesse mesmo sentido, a despeito dessas relativas diferenças observadas nas amostras pesquisadas, ao se considerar o conjunto das observações expostas nas páginas anteriores referentes, sobretudo, ao tamanho da propriedade, indicador de nível tecnológico e renda média familiar, e considerando as inúmeras observações realizadas *in loco*, é possível sugerir a interpretação de que o grau de tecnificação observado numa fração considerável das amostras pesquisadas não se reflete em um bem-estar mais elevado das famílias pesquisadas, em ambas as amostras. Os domicílios são simples, com um padrão de construção e de consumo doméstico que não expressam a existência de algum processo de “capitalização” por parte das famílias produtoras. É possível ver, no “quintal” (ou barracões) de vários domicílios, maquinários (e sacas de insumos químicos, sementes melhoradas, ração industrializada, etc.), considerados caros, enquanto que se observam instalações domésticas que refletem um padrão de consumo relativamente baixo<sup>89</sup>.

Diante desses resultados alcançados nas pesquisas de campo para os quatro municípios amostrados, voltaremos a análise no Capítulo 3 para o estado de Minas Gerais como um todo, a fim de verificar se esses resultados são válidos para o conjunto do estado.

---

<sup>88</sup> Cabe aqui sublinhar também a figura do *atravessador* nesse processo de *endividamento* dos agricultores familiares amostrados, decorrente da subordinação a esses atravessadores para que a produção seja comercializada: se, por um lado, os produtores entrevistados têm pouco poder de barganha em relação aos atravessadores, por outro lado, em certos casos são os próprios agricultores que arcam com os custos de comercialização, de modo que quem se apropria de parte dos excedentes da produção são, entre outros, esses atravessadores. A exemplo, na CEASA-UDIA (Central de Abastecimento de Uberlândia), para a qual se destina, via atravessadores, boa parte da produção de ambas as amostras de agricultores familiares pesquisados, esses têm que pagar, além do frete, o descarregamento das caixas, lavá-las, e pagar o aluguel das pedras onde a mercadoria será exposta, tornando assim ainda mais onerosa a sua atividade agrícola.

<sup>89</sup> Essa situação de fragilidade verificada para a agricultura familiar desses quatro municípios fica ainda mais evidente se resgatamos algumas informações acerca das famílias [e indivíduos] que compõem as amostras em análise. De um modo geral, podemos afirmar para todos os municípios pesquisados que além de menores, predominam nessas famílias pessoas mais velhas e com baixa escolaridade o que, portanto se torna um dificultador para a inserção em formas alternativas de ocupação e renda. Para um maior detalhamento dessas e de outras características das famílias de agricultores familiares dos municípios de Canápolis, Coromandel, Indianópolis e Araguari cf., dentre outros, Nascimento et. al., 2010; 2011.

### **CAPÍTULO 3**

## **EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS RURAIS MINEIRAS E A APROPRIAÇÃO DA RENDA AGRÍCOLA POR PARTE DOS GRUPOS OCUPACIONAIS FAMILIARES EM MINAS GERAIS NOS ANOS 2000**

Diante dos resultados expostos no capítulo anterior, relativos às pesquisas de campo, o presente capítulo propõe-se mais duas frentes de análise. Uma primeira, baseada nos microdados da PNAD/IBGE, objetiva analisar aspectos semelhantes aos investigados nas pesquisas de campo, mas agora utilizando a amostra da PNAD para todo o meio rural do estado de Minas Gerais, com o intuito de testar se os resultados da pesquisa de campo serão confirmados ou não pelos dados secundários da PNAD. A segunda frente de análise é derivada dos resultados das pesquisas de campo, a partir dos quais levantamos uma nova hipótese de pesquisa relativa à apropriação da renda agrícola pelos diferentes tipos familiares. Nossa hipótese de pesquisa a esse respeito é a de que dada a fragilidade dos pequenos agricultores familiares diante de sua relação com os capitais envolvidos nos seus custos de produção e de comercialização (além dos demais problemas relativos à propriedade da terra, envelhecimento, etc) faz com que não se apropriem do seu sobretrabalho de forma a capitalizarem-se; portanto, nossa hipótese é que tais grupos familiares são os que menos se apropriam da renda total da agricultura.

A análise do perfil da apropriação da renda global agrícola pelos diferentes tipos familiares compreenderá uma análise da variação das distintas participações relativas de cada tipo familiar no total da renda agrícola, assim como também uma análise da decomposição dos efeitos responsáveis por aquela variação, conforme será explicado na próxima seção<sup>90</sup>.

Para tanto, o presente capítulo está estruturado, em mais três seções, além desta introdução. Na próxima seção será apresentada a metodologia utilizada acerca da tipologia de famílias utilizada e do instrumental estatístico para determinar os perfis de

---

<sup>90</sup> A despeito de a pluriatividade significar famílias que combinam atividades agrícolas com atividades não agrícolas entre seus membros, não levaremos em consideração as rendas decorrentes das atividades não agrícolas, as quais não fazem parte do escopo do problema que aqui se propõe investigar. Portanto, as atividades não agrícolas servirão apenas para formar o grupo familiar pluriativo, mas a renda que será analisada desse grupo é somente a renda agropecuária.

apropriação relativa da renda global agrícola de cada tipo familiar e a decomposição dos distintos efeitos explicativos da variação desses perfis. Por fim, nas duas seções subsequentes serão apresentados os resultados dos processamentos dos microdados da PNAD/IBGE com suas respectivas análises e discussões.

### **3.1 Metodologia**

#### *3.1.1 A Tipologia de Famílias*

A partir das informações declaradas na PNAD, as famílias extensas a serem consideradas serão classificadas tal qual apresentado no Capítulo 2. Haverá, como poderá ser visto, uma diferença na classificação de agricultura familiar, uma vez que as informações que apresentaremos no atual capítulo fará a distinção entre agricultura familiar e agricultura não familiar, uma vez que adotaremos os critérios da Lei da agricultura familiar de 2006.

Classificamos, portanto, os tipos familiares da agricultura familiar baseados nos seguintes critérios definidos pela lei da agricultura familiar<sup>91</sup>, Lei 11.326/2006:

- i) não detivessem estabelecimentos com área maior que quatro módulos fiscais, que, para o caso de Minas Gerais, é de 70 hectares;
- ii) utilizassem predominantemente a mão de obra da própria família nas atividades do seu estabelecimento ou empreendimento, de modo que consideramos familiares apenas as famílias de empregadores com até dois empregados permanentes e de conta-próprias, ambos agrícolas e pluriativos;
- iii) tivessem a renda familiar predominantemente originada de atividades vinculadas ao próprio estabelecimento – nesse caso, somente consideramos familiares as unidades produtivas cujas rendas agrícolas foram superiores as rendas não agrícolas;

Resumindo, consideramos agricultura familiar as unidades familiares de empregadores com até dois empregados permanentes e de conta-próprias, ambos

---

<sup>91</sup> Conforme pode ser visto em França, Del Grossi e Marques (2009) e Aquino et. al. (2012).

agrícolas e pluriativos, ocupadas em estabelecimentos agrícolas com no máximo setenta hectares de tamanho e cujas rendas familiares agrícolas extraídas desses estabelecimentos (ou de outros, por assalariamento, nos casos das famílias pluriativas tradicionais) são superiores às rendas familiares não agrícolas.

### 3.1.2 O Método Estatístico sobre a apropriação da renda agrícola<sup>92</sup>

Para analisar as mudanças na composição da renda, utilizamos um método estatístico de Decomposição da Mudança no Rendimento Agrícola. A partir desse método, a variação total da apropriação da renda do trabalho agrícola foi decomposta em três componentes principais: i) efeito participação; ii) efeito renda; e iii) efeito composto. O primeiro efeito estima a variação da renda devida à variação do tamanho de cada tipo de família, ou seja, a variações na participação da população de cada grupo da estrutura familiar. O segundo efeito estima a variação devida a variações na renda de cada tipo familiar. O último efeito estima a variação que não pode ser unicamente explicada por cada um dos efeitos anteriores, ou seja, que é devida ao efeito conjunto dos componentes.

Para compreendermos os procedimentos utilizados na decomposição, inicialmente consideramos a renda média familiar ( $\bar{y}$ ) como a soma ponderada dos rendimentos de cada tipo familiar:

$$\bar{y} = \frac{\sum_{i=1}^N y_i}{N} = \sum_{j=1}^k w_j \bar{y}_j \quad (1)$$

Onde  $y_i$  é a renda da  $i$ -ésima família,  $w_j$  é a participação do  $j$ -ésimo tipo familiar na população e sua respectiva renda média familiar. A participação na renda total associada a um grupo familiar específico ( $S_j$ ) pode ser definida como:

$$S_j = \frac{\sum_{i \in j} y_i}{\sum_{i=1}^N y_i} = \frac{N_j \bar{y}_j}{N \cdot \bar{y}} = w_j \bar{y}_j \quad (2)$$

<sup>92</sup> Esta seção segue a formulação de Valdés *et. al.* (2010). Mas, diferentemente destes que analisaram os indivíduos ocupados nas atividades agrícolas, na dissertação estamos analisando os diferentes tipos familiares agrícolas.



Onde  $g_j$  representa a razão entre o rendimento do  $j$ -ésimo grupo familiar e o rendimento médio de todos os grupos familiares com ocupados na agricultura.

A partir de desenvolvimento algébrico, pode-se demonstrar que a variação relativa do rendimento médio familiar das famílias com ocupados na agricultura pode ser expressa por:

$$\left(\frac{\Delta \bar{y}}{\bar{y}}\right)_t = \frac{\bar{y}_t - \bar{y}_{t-1}}{\bar{y}_{t-1}} = \sum_{j=1}^k S_{jt-1} \cdot \left(\frac{\Delta(w_j \bar{y}_j)}{w_j \bar{y}_j}\right)_t \quad (3)$$

$$\left(\frac{\Delta \bar{y}}{\bar{y}}\right)_t = \sum_{j=1}^k S_{jt-1} \cdot \left( \left(\frac{\Delta w_j}{w_j}\right)_t + \left(\frac{\Delta \bar{y}_j}{\bar{y}_j}\right)_t + \left(\frac{\Delta w_j}{w_j} \cdot \frac{\Delta \bar{y}_j}{\bar{y}_j}\right)_t \right) \quad (4)$$

Podemos agora decompor a variação, em pontos percentuais, da participação de cada tipo familiar na apropriação da renda total da população:

$$S_{jt} - S_{jt-1} = S_{jt-1} \cdot \left( \left(\frac{\Delta w_j}{w_j}\right)_t + \left(\frac{\Delta g_j}{g_j}\right)_t + \left(\frac{\Delta w_j}{w_j} \cdot \frac{\Delta g_j}{g_j}\right)_t \right) \quad (5)$$

Deve-se saber que  $\Delta w$  mede o impacto da mudança no tamanho do grupo na apropriação das receitas totais geradas por todos os grupos ocupacionais familiares na agricultura e que  $\Delta g$  mede o impacto da variação na renda do grupo familiar. Assim, o primeiro termo da equação (4) captará o *efeito participação*, o segundo termo o *efeito renda* e terceiro termo o *efeito composto*.

### 3.1.3 Fontes dos Dados e Instrumentos

Tanto para a análise da evolução dos tipos familiares rurais mineiros e das características selecionadas da agricultura familiar mineira, quanto para a decomposição da variação da renda agropecuária dos distintos grupos ocupacionais familiares (empregadores, empregados e conta-próprias: agrícolas e pluriativos), utilizamos:

i) o *software* estatístico SPSS (*Statistical Package for Social Science*) e o excel, através dos quais foram realizadas as operações de recodificação das variáveis necessárias para

consecução do trabalho, assim com também para a realização das operações estatísticas pertinentes; e

ii) as variáveis e os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE), relativos aos anos 2002 a 2009.

A PNAD é uma pesquisa intercensitária, o que significa dizer que só é realizada nos anos em que não ocorrem os Censos Demográficos (CD). Além disso, importa fazer mais duas observações: i) a pesquisa se limitará aos anos 2000 em virtude do *Boom* das exportações das *commodities* primárias nesse período, assim como também do PIB agropecuário; e ii) não foi realizada a PNAD de 2000 porque não houve o CD 2000, mas também não usaremos a PNAD 2001 porque a partir da PNAD 2002 o IBGE adotou uma outra Classificação de Ocupações e uma outra Classificação de Atividades Econômicas, de modo que inviabiliza a comparabilidade das informações individuais dos microdados da PNAD 2001 com as PNADs subsequentes.

### **3.2 Evolução dos tipos familiares rurais e características da agricultura familiar mineira**

A presente seção apresenta o resultado do processamento dos microdados da PNAD/IBGE e dos procedimentos estatísticos, conforme a metodologia apresentada anteriormente.

Na Tabela 13 temos a distribuição dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio para o ano de 2009. A análise da mesma mostra um predomínio de famílias residentes nas áreas rurais agropecuárias das regiões não metropolitanas do estado de Minas Gerais, especialmente, entre os tipos familiares que compõem a agricultura familiar - empregadores com até 2 assalariados e conta-próprias, ambos agrícola e pluriativo – 95,2% e 90,5% respectivamente residem em domicílios nessas áreas. Essa informação, por sua vez, é importante para justificar a restrição da análise às famílias [particularmente às de agricultores familiares] cujo domicílio está localizado nas áreas rurais agropecuárias das regiões não metropolitanas de Minas Gerais.

**Tabela 13:** Distribuição dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio:  
Minas Gerais, 2009. (1000 famílias)

TIPOS DE FAMÍLIAS	Metropolitano					Não Metropolitano					Total Geral	Não Metropolitano Não Urbano	
	Urbano	Periferia	Povoado	Agrop.	Total	Urbano	Periferia	Povoado	Agrop.	Total		Total	Agrop./Total (%)
Empregador com 3 ou mais assalar.	61	0	1	0	63	139	1	1	6	147	210	8	76.9
Agrícola	0	0	0	0	0	4	0	0	3	7	7	3	100.0
Pluriativo	0	0	0	0	0	9	0	0	1	10	10	1	100.0
Não-agrícola	61	0	1	0	63	126	1	1	2	129	192	4	50.0
Empregador com até 2 assalariados	43	0	1	0	44	147	0	2	37	186	230	39	95.2
Agrícola	0	0	0	0	0	9	0	0	21	30	30	21	100.0
Pluriativo	2	0	0	0	2	23	0	1	15	39	41	15	96.0
Não-agrícola	41	0	1	0	42	115	0	1	1	117	160	2	50.0
Empregador total	104	1	2	0	107	286	1	2	43	332	440	47	92.1
Agrícola	0	0	0	0	0	13	0	0	24	37	37	24	100.0
Pluriativo	2	0	0	0	2	32	0	1	16	48	51	17	96.3
Não-agrícola	102	1	2	0	105	240	1	2	3	247	352	6	50.0
Conta Própria	370	3	6	6	384	928	2	24	251	1.205	1.589	277	90.5
Agrícola	3	0	0	4	7	42	0	5	140	187	194	145	96.6
Pluriativo	5	1	0	2	8	90	1	5	77	172	180	82	93.3
Não-agrícola	362	1	6	0	369	797	2	14	34	846	1.215	50	67.9
Empregados	869	4	20	8	901	1.975	12	35	358	2.380	3.281	405	88.5
Agrícola	3	0	0	3	6	120	1	6	235	362	367	242	97.2
Pluriativo	5	0	0	2	7	131	0	4	53	188	195	57	92.5
Não-agrícola	861	4	20	4	888	1.724	11	25	71	1.830	2.718	106	66.5
Não Ocupados	197	1	7	4	209	579	2	10	112	703	912	124	90.1
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.540</b>	<b>8</b>	<b>35</b>	<b>18</b>	<b>1.601</b>	<b>3.768</b>	<b>17</b>	<b>72</b>	<b>763</b>	<b>4.620</b>	<b>6.221</b>	<b>852</b>	<b>89.6</b>

Fonte: Microdados PNAD 2009. Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UFU.

Outra informação importante a ser apresentada antes de restringirmos a análise também à agricultura familiar é a evolução dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio, de 2002 a 2009. Em relação ao contingente de agricultores familiares, a Tabela 14 revela que essas famílias apresentaram do ponto de vista da significância estatística, uma estabilidade na evolução dos dados, ou seja, não exibiram nenhuma tendência, seja de crescimento, seja de decréscimo nesse período; isso representou no total da agricultura familiar também uma estabilidade ao longo do período examinado, o que não se pode dizer do ponto de vista do ramo de atividade dessas mesmas famílias, observa-se na referida tabela uma queda significativa

(3,3%a.a.) entre as famílias pluriativas, mais notadamente as pluriativas intersetoriais [agrícola + não agrícola] <sup>93</sup>.

Por outro lado, a Tabela 14 revela que tanto as famílias de conta-próprias (não familiares) quanto a de empregados, principalmente as ocupadas exclusivamente em atividades não agrícolas, tiveram no período um crescimento significativo de 6,3% e 7,0%a.a respectivamente. Esse crescimento pode estar associado à queda entre as famílias pluriativas da agricultura familiar o que sugere que a pluriatividade pode estar representando para essas mesmas famílias apenas uma etapa de transição para que se tornem famílias exclusivamente não agrícolas, ou ainda, famílias de não-ocupados, essas, por sua vez, tiveram um crescimento de 4,8% a.a. entre 2002 e 2009.

Em outras palavras, esses resultados podem sugerir além da transformação quanto à ocupação dessas famílias, mas também e, relacionado a ela, para os novos usos do meio rural mineiro, para além do uso exclusivamente agropecuário [nesse caso, como moradia] tal qual apresentado no Capítulo 2 quando do resgate do processo de desenvolvimento do capitalismo agrário no Brasil<sup>94</sup>.

A partir da Tabela 15, as informações se referirão tão somente ao conjunto de agricultores familiares, haja vista ser esse o objeto de análise da dissertação. Sendo assim é importante levantar o máximo de informações sobre esse contingente a fim de que a partir das mesmas possa se chegar a resultados mais seguros acerca da agricultura familiar do estado de Minas Gerais.

---

<sup>93</sup> Como sabemos, esse é um dado preocupante, pois pode sugerir que para o conjunto do estado, a agricultura familiar também se encontra fragilizada em importantes aspectos, o que em última instância, significaria o abandono das atividades agrícolas tal qual refletido nessa queda das famílias pluriativas nos anos 2000.

<sup>94</sup> Ao fazermos essa afirmação, como todas as demais referentes a Minas Gerais, não temos a intenção de desconsiderar as particularidades da agricultura familiar das diferentes regiões do estado, porém os microdados da PNAD/IBGE não nos permitem tamanha desagregação. Para uma melhor compreensão da diferentes realidades da agricultura familiar mineira, sobretudo ao que se refere à ocupação, ver Ortega, 2001.

**Tabela 14:** Evolução dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Minas Gerais, 2002-2009. (1000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tx cresc. (%)
									2002/2009 <sup>a</sup>
<b>NÃO METROPOLITANO RUR AGROPECUÁRIO</b>									
Empregadora com mais de 2 empr	3	7	6	9	7	6	9	6	5.1
<b>Agrícola</b>	2	2	2	3	2	2	4	3	--
<b>Pluriativo</b>	1	5	3	4	2	1	4	1	--
Agrícola+Agrícola	1	1	1	1	0	1	2	0	--
Agrícola+não-agrícola	1	3	2	3	2	1	1	1	--
<b>Não-agrícola</b>	1	1	2	2	2	2	1	2	--
Empregadora com até 2 empr (não familiar)	9	12	9	9	10	4	8	9	-4.3
<b>Agrícola</b>	3	5	4	3	3	1	2	2	--
<b>Pluriativo</b>	3	6	2	4	3	1	2	6	--
Agrícola+Agrícola	0	1	1	1	1	0	1	0	--
Agrícola+não-agrícola	3	5	1	3	2	1	2	6	--
<b>Não-agrícola</b>	3	1	3	2	4	2	4	1	--
Empregadora com até 2 empr (familiar)	24	31	29	25	26	21	18	28	-2.9
<b>Agrícola</b>	15	21	21	15	22	12	13	18	-2.6
<b>Pluriativo</b>	9	10	8	10	5	10	5	9	-4.2
Agrícola+Agrícola	3	4	3	6	2	2	2	2	--
Agrícola+não-agrícola	6	6	5	4	3	7	3	7	--
Conta-Própria (não familiar)	59	66	47	69	64	72	76	69	3.7 *
<b>Agrícola</b>	9	7	3	6	5	5	2	8	--
<b>Pluriativo</b>	25	31	28	31	28	35	38	28	3.0 *
Agrícola+Agrícola	1	1	1	3	1	1	2	1	--
Agrícola+não-agrícola	23	29	27	28	28	34	36	26	3.0 **
<b>Não-agrícola</b>	26	28	17	31	31	32	36	34	6.3 **
Conta-Própria (familiar)	207	191	189	204	220	209	184	182	-0.9
<b>Agrícola</b>	139	133	132	145	160	151	133	132	0.2
<b>Pluriativo</b>	68	58	57	59	60	58	52	49	-3.3 ***
Agrícola+Agrícola	33	28	28	26	27	30	25	26	-2.1 *
Agrícola+não-agrícola	35	31	29	33	33	28	26	23	-4.5 ***
Empregados	302	302	343	340	334	339	339	358	2.1 ***
<b>Agrícola</b>	219	212	233	241	222	234	230	235	1.0 *
<b>Pluriativo</b>	41	47	53	50	50	45	51	53	2.1 *
Agrícola+não-agrícola	41	47	53	50	50	45	51	53	2.1 *
<b>Não-agrícola</b>	42	43	57	49	62	60	59	71	7.0 ***
Não-ocupado na semana	78	92	91	87	79	96	122	112	4.8 ***
<b>TOTAL</b>	<b>682</b>	<b>701</b>	<b>715</b>	<b>742</b>	<b>740</b>	<b>747</b>	<b>757</b>	<b>763</b>	<b>1.6 ***</b>
Agricultura familiar total	231	222	218	229	246	230	202	209	-1.1
<b>Agrícola</b>	154	154	153	160	181	163	146	151	-0.1
<b>Pluriativo</b>	77	68	65	69	65	67	56	58	-3.3 ***
Agrícola+Agrícola	35	32	31	32	29	32	27	28	-2.7 ***
Agrícola+não-agrícola	42	36	34	37	36	35	29	30	-3.9 ***

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

\*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD/IBGE – Tabulações Especiais do Projeto Urbano – IE/UFU.

A Tabela 15 distribui a agricultura familiar mineira segundo diferentes faixas de tamanho de área. Com isso, é possível afirmar que a mesma concentra-se em estabelecimentos com área bastante inferior ao tamanho máximo do módulo fiscal para o estado, de 70 hectares. Ao concentrar a análise, por exemplo, nas famílias cujo estabelecimento não exceda 10 hectares de área, verifica-se que essas representam em torno de 50,0% da agricultura familiar de Minas Gerais, e quando se estende a análise para os estabelecimentos com até 20 hectares, esse percentual ultrapassa os 60,0% desse contingente para todos os anos considerados.

**Tabela 15:** Evolução dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio, faixas de tamanho de área: Minas Gerais, 2002/09. (1000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tx cresc. (% aa.)
									2002/2009 <sup>a</sup>
<b>NÃO METROPOLITANO RUR AGROPECUÁRIO</b>									
[0 a 2ha]	51	45	49	51	49	43	45	46	-1.4 *
<b>Agrícola</b>	32	22	25	31	28	26	27	26	-0.5
<b>Pluriativo</b>	19	22	23	20	20	17	17	20	-2.4 *
<i>Agrícola+Agrícola</i>	7	7	10	6	10	7	9	7	0.4
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	12	16	13	14	10	10	9	12	-4.2 *
[2ha a 10ha]	66	63	62	66	64	74	60	58	-0.7
<b>Agrícola</b>	45	46	43	47	44	57	45	45	0.7
<b>Pluriativo</b>	21	17	19	20	20	17	16	13	-4.6 ***
<i>Agrícola+Agrícola</i>	13	10	12	11	12	10	6	7	-7.8 ***
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	8	6	7	9	8	7	9	6	-0.7
[10ha a 20ha]	29	28	23	24	38	30	19	29	-0.9
<b>Agrícola</b>	20	22	17	21	31	21	14	23	-0.2
<b>Pluriativo</b>	9	6	6	3	6	9	5	6	-2.6
<i>Agrícola+Agrícola</i>	3	5	3	2	2	4	4	3	--
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	6	2	2	2	5	4	1	3	--
[20ha a 100ha]	67	74	66	70	75	70	65	66	-0.6
<b>Agrícola</b>	44	54	52	51	62	51	50	49	0.5
<b>Pluriativo</b>	22	20	14	20	13	20	16	17	-3.1
<i>Agrícola+Agrícola</i>	10	8	3	9	5	10	7	10	2.8
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	12	12	10	10	8	9	8	6	-8.1 ***
[100ha a 280ha]	18	12	19	17	21	13	13	11	-4.7
<b>Agrícola</b>	13	9	15	11	16	8	10	8	-5.1
<b>Pluriativo</b>	6	3	3	6	5	5	3	3	--
<i>Agrícola+Agrícola</i>	2	2	2	4	1	1	1	0	--
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	4	1	2	2	5	4	2	3	--

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

\*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD/IBGE – Tabulações Especiais do Projeto Rurbano – IE/UFU.

Ou seja, isso significa que essas famílias de pequenos agricultores familiares apresentam maior dificuldade para sobreviverem nesses espaços de terra, o que pode ser observado na referida tabela. São nessas faixas de área que se verifica uma queda mais significativa da agricultura familiar na primeira década dos anos 2000. As famílias com até 10 hectares, por exemplo, embora estatisticamente estáveis nesse período, exibiram uma queda de 0,7%a.a. nesse período. Também para esse mesmo estrato de área observa-se uma queda significativa entre as famílias pluriativas e, particularmente, entre a pluriatividade tradicional, 4,6%a.a. e 7,8%a.a. respectivamente, reforçando assim as observações feitas para a tabela anterior.

Ainda em relação aos estabelecimentos agropecuários das famílias de agricultores familiares, àquela mesma distribuição feita na Tabela 15, é acrescida a

informação referente à condição do produtor quanto ao tamanho de área a ele associado, porém nesse caso, considerando-se apenas o ano de 2009 (Tabela 16).

**Tabela 16:** Distribuição absoluta e relativa da Agricultura Familiar, segundo faixas de tamanho de área e a condição do produtor: Minas Gerais, 2009. Fonte: Microdados

Condição do Produtor	0 a 280ha		0 a 100ha		0 a 20ha		0 a 10ha		0 a 2ha	
	Nr. Fam. (1.000)	%	Nr. Fam. (1.000)	%	Nr. Fam. (1.000)	%	Nr. Fam. (1.000)	%	Nr. Fam. (1.000)	%
Proprietário	168	80.4	159	80.2	98	74.1	72	69.2	23	49.3
Arrendatário	6	2.9	6	2.8	2	1.9	2	1.8	1	1.3
Outros	24	11.4	23	11.5	21	15.7	19	18.3	12	25.3
Não aplicável	11	5.3	11	5.6	11	8.3	11	10.7	11	24.0
<b>TOTAL</b>	<b>209</b>	<b>100</b>	<b>198</b>	<b>100</b>	<b>132</b>	<b>100</b>	<b>104</b>	<b>100</b>	<b>46</b>	<b>100</b>

PNAD/IBGE.

Comparando essas tabelas podemos não só reafirmar que a agricultura familiar de Minas Gerais concentra-se em áreas pequenas de terra; para o ano de 2009, por exemplo, 63,0% desses agricultores encontram-se em estabelecimentos com até 20 hectares de área (Tabela15), mas, mais do que isso, a partir da Tabela 16 é possível afirmar também que entre esses pequenos agricultores familiares quase 26,0% deles declararam-se não-proprietários de suas terras<sup>95</sup>.

A fim de tornar mais evidente esse quadro de fragilização em que se encontram as famílias de agricultores familiares no estado de Minas Gerais, apresentamos na sequência uma distribuição dos membros dessas famílias também em relação às faixas de idade e de escolaridade para o ano de 2009 (Tabela 17). De um modo geral, podemos afirmar a partir da Tabela 17 que predomina entre essas famílias pessoas com maior idade, assim como com baixa escolarização. Aliás, quanto mais envelhecida essa população, menor é o seu grau de instrução; situação que se agrava ainda mais quando é

<sup>95</sup> Apesar de essa informação quanto à condição do produtor significar uma situação relativamente mais estável para a agricultura familiar mineira em seu conjunto (74,1% de proprietários, com até 20hectares), é preciso ter bastante cuidado ao analisa-la, haja vista que o fato de se declararem proprietários pode não significar necessariamente que esses agricultores tenham de fato a posse da terra, o que não é possível verificar via PNAD (AQUINO *et. al.*, 2011), além do mais, vimos nos dois capítulos precedentes que na análise leninista mesmo a posse da terra não significa uma situação mais confortável para esses proprietários.

acrescida na análise a informação sobre a faixa de tamanho de área, dada a já mencionada concentração desse contingente em pequenas faixas de terras<sup>96</sup>.

Quanto às faixas de escolaridade, 86% dessa população tem apenas de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série completas, independentemente das faixas de idade, ou seja, mesmo entre os jovens, o grau de instrução é baixo<sup>97</sup>. Ao considerar apenas as faixas D e E, esse percentual alcança os 90%, confirmando a relação entre idade e escolaridade já mencionada, qual seja quanto mais elevada a idade, menor o grau de escolaridade.

Em relação às faixas de idade, aqueles que se encontram nas faixas A e B, ou seja, entre 10 e 24 anos representam, em média, 31% dos membros das famílias de agricultores familiares no ano de 2009, ao passo que aqueles que se encontram nas faixas D e E, com 40 anos ou mais, representam, em média, 47% dessa mesma população, que quando acrescida a faixa C, que compreende as pessoas entre 25 e 39 anos, alcança um percentual de quase 70% [69%], independentemente das faixas de tamanho de área.

Por conseguinte, na Tabela 18 as famílias de agricultores familiares são caracterizadas segundo seu tamanho, informação essa que adicionada, especialmente, ao envelhecimento dessas famílias, pode contribuir para algumas conclusões que nos interessam quanto à agricultura familiar residente no rural agropecuário não metropolitano do estado de Minas Gerais.

A Tabela 18 mostra que para todas as faixas de área observadas, as famílias com até 4 membros representam, em média, 70% do total de famílias da agricultura familiar, ou seja, as famílias numerosas são cada vez menos frequentes; em praticamente todas as faixas de área analisadas quando se considera o quinto membro da família o percentual alcança ou ultrapassa os 85% do total de famílias sob análise. Ou seja, esses percentuais revelam que a grande maioria das famílias em consideração é de pequeno tamanho.

---

<sup>96</sup> Embora as informações relacionadas à idade e escolaridade não tenham sido diretamente apresentadas para os municípios do TMAP, podemos afirmar que em ambos os casos observamos a mesma tendência de envelhecimento da população rural, acompanhada do baixo nível escolar da mesma, conforme informado na **nota 90**.

<sup>97</sup> Isso, por sua vez, dificulta a inserção desses jovens em formas de ocupação alternativas à atividade agrícola, agravando ainda mais o quadro de fragilização em que se encontram com suas respectivas famílias.



**Tabela 17:** Distribuição do número de pessoas\* da Agricultura Familiar, segundo faixas de idade, escolaridade e faixas de área: Minas Gerais, 2009. (1.000 Pessoas)

Escolaridade	Até 2 hectares					Até 10 hectares					Até 20 hectares					Até 100 hectares				
	Faixas de Idade					Faixas de Idade					Faixas de Idade					Faixas de Idade				
	A	B	C	D	E	A	B	C	D	E	A	B	C	D	E	A	B	C	D	E
Sem instrução**	3	1	6	9	10	3	1	10	20	25	3	1	11	23	33	4	1	15	36	44
1ª a 4ª série incompleta	8	2	6	20	7	17	3	9	36	18	18	3	10	45	26	28	3	17	56	41
1ª a 4ª série completa	10	4	14	10	2	17	6	25	26	7	19	6	31	33	10	23	9	36	52	22
5ª a 8ª série incompleta	13	4	7	4		24	8	15	9		28	8	18	13	1	35	10	23	15	2
5ª a 8ª série completa	3	2	3	2		4	2	6	6	1	6	2	6	9	1	12	3	8	14	2
2º grau incompleto	2	1	1	1		6	2	2	1		7	2	3	1		15	4	4	2	
2º grau completo	1	3	1	4		2	7	7	6		3	10	9	7	1	5	13	17	16	2
Superior incompleto		1		4			1		6			1		6		1	2		7	
Superior completo				1					3			1		3	1		1	1	5	1
Não classificados	1			1		1			1		1			1		1		1	1	
<b>TOTAL</b>	<b>42</b>	<b>17</b>	<b>37</b>	<b>56</b>	<b>19</b>	<b>73</b>	<b>30</b>	<b>74</b>	<b>112</b>	<b>52</b>	<b>85</b>	<b>35</b>	<b>89</b>	<b>141</b>	<b>72</b>	<b>123</b>	<b>47</b>	<b>121</b>	<b>204</b>	<b>115</b>

(\*) Pessoas com dez anos ou mais de idade.

(\*\*) Sem instrução e menos de 1 ano.

Legenda: A: 10 a 19 anos; B: 20 a 24 anos; C: 25 a 39 anos; D: 40 a 59 anos; E: 60 ou mais anos.

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

**Tabela 18:** Distribuição do número de famílias da Agricultura Familiar (com até 20 e 100 hectares) residentes no rural agropecuário não metropolitano de acordo com o número de pessoas\* por família: Minas Gerais, 2009.

	Até 2 hectares				Até 10 hectares				Até 20 hectares				Até 100 hectares			
	Nr de pessoas por família	Nr de Famílias (1.000)	% de Famílias s/ Total	% Acumulado	Nr de pessoas por família	Nr de Famílias (1.000)	% de Famílias	% Acumulado	Nr de pessoas por família	Nr de Famílias (1.000)	% de Famílias	% Acumulado	Nr de pessoas por família	Nr de Famílias (1.000)	% de Famílias	% Acumulado
1	1	1.3	1.3		1	6	5.3	5.3	1	9	6.5	6.5	1	17	8.7	8.7
2	9	18.7	20.0		2	23	22.5	27.8	2	31	23.6	30.1	2	54	27.2	35.9
3	12	25.3	45.3		3	25	24.3	52.1	3	32	24.1	54.2	3	40	20.4	56.3
4	6	13.3	58.7		4	18	17.2	69.2	4	23	17.6	71.8	4	37	18.9	75.2
5	9	20.0	78.7		5	16	15.4	84.6	5	18	13.9	85.6	5	26	13.3	88.5
6	4	8.0	86.7		6	6	5.9	90.5	6	8	6.0	91.7	6	9	4.6	93.2
7	3	6.7	93.3		7	5	4.7	95.3	7	6	4.6	96.3	7	7	3.7	96.9
8	1	2.7	96.0		8	2	2.4	97.6	8	2	1.9	98.1	8	4	1.9	98.8
9	1	2.7	98.7		9	1	1.2	98.8	9	1	0.9	99.1	9	1	0.6	99.4
10	0	0.0	100.0		10	1	0.6	99.4	10	1	0.5	99.5	10	1	0.3	99.7
11	0	0.0	100.0		11	0	0.0	100.0	11	0	0.0	100.0	11	0	0.0	100.0
12	1	1.3	100.0		12	1	0.6	100.0	12	1	0.5	100.0	12	1	0.3	100.0
13	0	0.0	100.0		13	0	0.0	100.0	13	0	0.0	100.0	13	0	0.0	100.0
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>100.0</b>			<b>Total</b>	<b>104</b>	<b>100.0</b>			<b>Total</b>	<b>132</b>	<b>100.0</b>		<b>Total</b>	<b>198</b>	<b>100.0</b>

(\*) Pessoas com zero anos ou mais de idade.

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

Essa informação pode sugerir que os jovens cada vez menos desejam permanecer nas atividades agropecuárias, [muitas vezes também no meio rural de seus municípios], o que explica, ao menos em parte, o envelhecimento dessa população; e se considerarmos também que a maior parcela da agricultura familiar mineira é constituída por famílias de conta-próprias<sup>98</sup>, ou seja, as atividades agropecuárias do estabelecimento são executadas majoritariamente pelos próprios membros das famílias; com o avanço da idade dos membros dessas famílias, a tendência de abandono das atividades agrícolas e utilização dos estabelecimentos agropecuários para outros fins ficam ainda mais latente.

### **3.3 Dinâmica da População, Famílias e Renda Agrícolas: análise e discussão dos dados**

A Tabela 19 registra a distribuição absoluta e percentual do número de famílias com pelo menos uma pessoa ocupada em atividades agrícolas, assim como o número das próprias pessoas ocupadas nessas atividades, segundo o tipo familiar, para Minas Gerais nos anos de 2002 e 2009. Apresenta ainda a variação percentual tanto do número das famílias em análise quanto do número das pessoas em questão.

A análise da Tabela 19 revela importantes mudanças na estrutura das famílias mineiras que têm membros ocupados em atividades agrícolas. Entre 2002 e 2009, houve uma variação positiva (2,1%) no número total de famílias, acompanhada de uma variação negativa (9,0%) do número de pessoas ocupadas nas atividades agrícolas. Aliás, para todos os tipos de famílias, também verificamos variações negativas do número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas, inclusive entre as famílias pluriativas intersetoriais, ou seja, aquelas que combinam atividades agrícolas com atividades não agrícolas<sup>99</sup>.

---

<sup>98</sup> Se retornarmos à Tabela 14, verificaremos que as famílias de conta-próprias (familiares) representam, em média, 88,7% do conjunto da agricultura familiar de Minas Gerais [conta-própria (familiares) + empregadora com 2 empr. (familiar)] entre 2002 e 2009.

<sup>99</sup> Em outras palavras, ao deixar de se ocupar em atividades agrícolas, essas famílias deixam de ser pluriativas intersetoriais para tornarem-se famílias não agrícolas.

**Tabela 19:** Distribuição e variação percentual do número de famílias e de pessoas [das áreas rurais das regiões não metropolitanas] ocupadas em atividades agrícolas, segundo o tipo de família: Minas Gerais, 2002 e 2009.

Tipo de Família		2002				2009				Variação 2009-2002 (%)	
		Pessoas		Famílias		Pessoas		Famílias		Pessoas	Famílias
		N (1.000)	%	N (1.000)	%	N (1.000)	%	N (1.000)	%		
Empregadora mais 2	Agrícola	2,9	0,2	1,7	0,3	4,3	0,4	3,1	0,6	50,7	79,4
	Pluriat. Tradicional	2,3	0,2	0,6	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0	-100,0
	Pluriat. Intersetorial	0,0	0,0	0,6	0,1	0,6	0,1	1,2	0,2	-	114,7
	Total	5,1	0,4	2,9	0,5	4,9	0,4	4,3	0,8	-4,3	50,6
Empregadora até 2 + Conta-própria Não familiar	Agrícola	27,4	2,2	12,0	2,2	19,0	1,7	10,4	1,9	-30,6	-13,0
	Pluriat. Tradicional	2,9	0,2	1,1	0,2	1,8	0,2	1,2	0,2	-35,5	7,4
	Pluriat. Intersetorial	47,9	3,9	26,2	4,9	50,9	4,6	31,9	5,9	6,3	21,6
	Total	78,1	6,4	39,4	7,4	71,8	6,5	43,5	8,0	-8,2	10,6
Empregadora até 2 + Conta-própria Familiar	Agrícola	374,8	30,8	154,0	28,9	312,1	28,2	150,9	27,7	-16,7	-2,1
	Pluriat. Tradicional	135,7	11,2	35,4	6,6	90,7	8,2	28,2	5,2	-33,1	-20,2
	Pluriat. Intersetorial	87,8	7,2	41,6	7,8	60,7	5,5	30,0	5,5	-30,9	-27,8
	Total	598,3	49,2	231,0	43,3	463,6	41,9	209,1	38,4	-22,5	-9,5
Assalariados	Agrícola	462,0	38,0	219,0	41,1	476,5	43,0	234,9	43,1	3,1	7,2
	Pluriat. Intersetorial	73,6	6,0	41,1	7,7	90,8	8,2	52,7	9,7	23,4	28,4
	Total	535,6	44,0	260,1	48,8	567,2	51,2	287,6	52,8	5,9	10,6
Total	Agrícola	867,0	71,2	386,7	72,5	811,9	73,3	399,2	73,3	-6,4	3,2
	Pluriat. Tradicional	140,9	11,6	37,1	7,0	92,6	8,4	29,4	5,4	-34,3	-20,6
	Pluriat. Intersetorial	209,3	17,2	109,5	20,5	203,0	18,3	115,9	21,3	-3,0	5,8
	Total	1.217,2	100,0	533,3	100,0	1.107,5	100,0	544,6	100,0	-9,0	2,1

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

Embora não haja dados suficientemente concretos para avaliar a mobilidade das famílias, esses resultados podem sugerir que todos os tipos de famílias com membros ocupados em atividades agrícolas estariam se convertendo em famílias não agrícolas. Em outras palavras, muitos dos membros das famílias ocupados em atividades agrícolas, que antes se ocupavam na agricultura, podem ter passado a se ocupar exclusivamente em atividades não agrícolas. Esse comportamento se torna mais evidente entre as famílias de empregadores com até dois empregados e as de conta-próprias (agricultura familiar), entre as quais houve uma variação negativa no número de famílias não só agrícolas e pluriativas (3,1% e 19,4%), mas também entre as pluriativas intersetoriais (9,0%). Isso reforça o argumento de que a pluriatividade intersetorial não se mostrou alternativa de ocupação para as famílias que deixaram de ocupar-se exclusivamente em atividades agrícolas. Não dá para afirmar com certeza plena, mas provavelmente parte significativa dessas famílias, que deixaram a agricultura familiar, pode ter se convertido, no período em análise, em famílias de assalariados; conforme a Tabela 19, essas famílias não só representavam, em 2009, 52,8% do total

das famílias em análise, mas também uma variação positiva (5,9%) no número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas entre 2002 e 2009.

Resumindo, a dinâmica dos tipos familiares revela uma mudança importante na estrutura de composição do universo dos tipos de famílias analisadas, que significa, de um lado, ganho de participação relativa das famílias de assalariados (e dos seus membros ocupados em atividades agrícolas), em detrimento, de outro lado, da participação relativa do conjunto da agricultura familiar (famílias de conta-próprias mais famílias de empregadores com até dois empregados) e de seus membros ocupados na agricultura; em outras palavras, os resultados revelam a transição para o perfil de assalariamento das famílias agrícolas mineiras. Essas observações corroboram com umas das hipóteses de trabalho: de abandono das atividades agrícolas em decorrência do quadro de fragilização apresentado anteriormente.

Esse desinteresse da população rural [particularmente dos jovens] em permanecer tanto nas atividades agropecuárias quanto residindo no meio rural, talvez possa ser explicado pelos rendimentos advindos dessas ocupações, haja vista que nossa principal hipótese de trabalho é de que as famílias de agricultores familiares por conta-própria são as que menos se apropriam do excedente gerado pelo setor.

Nesse sentido, a Tabela 20 mostra a composição das rendas médias para o ano de 2009, nesse caso em particular, incluindo também os demais tipos familiares. Para a agricultura familiar, observa-se à primeira vista que a renda média dessas famílias ainda compõe-se majoritariamente da agropecuária, 71,7% e 60,3% da renda média dos empregadores com até dois empregados (familiar) e dos conta-próprias (familiar) respectivamente; porém, uma análise mais detalhada permite afirmar também que as outras fontes de renda analisadas em conjunto não são desprezíveis.

Entre os conta-próprias (familiares), por exemplo, 39,7% da renda média é composta conjuntamente pela renda não agrícola, das aposentadorias e/ou pensões e de outras fontes de renda [não agrícolas], e quando se considera isoladamente os ramos de atividades dentro desse mesmo tipo familiar, as famílias pluriativas e, em particular, o

tipo tradicional de pluriatividade, tem-se 30,9% da renda média dessas famílias composta por fontes que não sejam a agropecuária para o ano considerado.<sup>100</sup>

**Tabela 20** - Composição das Rendas Médias das Famílias Extensas: Minas Gerais, 2009. (R\$ set. 2009).

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	AGRÍCOLA %	NÃO-AGRIC %	APOS/PENS %	OUT_FONT %	2009 R\$
<b>RURAL AGROPECUÁRIO</b>	46.8	19.2	28.2	5.7	1.148.70
Empregadora com mais de 2 empr	68.9	24.8	3.8	2.5	5.248.56
<b>Agrícola</b>	90.4	0.0	5.7	3.8	7.798.64
<b>Pluriativo</b>	39.8	60.2	0.0	0.0	5.400.00
<i>Agrícola+Agrícola</i>	-	-	-	-	0.00
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	39.8	60.2	0.0	0.0	5.400.00
<b>Não-agrícola</b>	0.0	100.0	0.0	0.0	1.743.33
Empregadora com até 2 empr (não familiar)	45.7	45.0	8.7	0.6	3.046.97
<b>Agrícola</b>	87.3	0.0	11.8	0.9	3.923.95
<b>Pluriativo</b>	24.8	66.9	7.9	0.4	2.933.22
<i>Agrícola+Agrícola</i>	-	-	-	-	0.00
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	24.8	66.9	7.9	0.4	2.933.22
<b>Não-agrícola</b>	0.0	100.0	0.0	0.0	1.747.50
Empregadora com até 2 empr (familiar)	71.7	8.8	16.8	2.7	2.517.16
<b>Agrícola</b>	73.4	0.0	24.9	1.8	2.236.58
<b>Pluriativo</b>	69.3	21.7	5.0	4.0	3.078.26
<i>Agrícola+Agrícola</i>	67.4	0.0	22.9	9.7	2.029.44
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	69.7	26.3	1.2	2.8	3.459.70
Conta-Própria (não familiar)	12.4	66.5	17.6	3.5	1.437.84
<b>Agrícola</b>	97.2	0.0	0.0	2.8	1.800.00
<b>Pluriativo</b>	20.7	61.3	15.0	3.0	1.726.52
<i>Agrícola+Agrícola</i>	-	-	-	-	0.00
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	20.7	61.3	15.0	3.0	1.726.52
<b>Não-agrícola</b>	0.0	75.0	21.0	4.0	1.231.95
Conta-Própria (familiar)	60.3	3.5	31.9	4.4	1.209.58
<b>Agrícola</b>	57.5	0.0	38.1	4.4	1.082.05
<b>Pluriativo</b>	65.6	9.9	20.1	4.4	1.553.98
<i>Agrícola+Agrícola</i>	69.1	0.0	25.9	5.0	1.610.14
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	61.5	21.8	13.1	3.6	1.491.91
Empregados	51.6	22.8	19.1	6.6	967.82
<b>Agrícola</b>	73.9	0.0	19.2	6.9	842.42
<b>Pluriativo</b>	49.4	35.2	10.4	5.0	1.272.74
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	49.4	35.2	10.4	5.0	1.272.74
<b>Não-agrícola</b>	0.0	67.4	25.6	7.0	1.157.27
Não-ocupados na semana	0.0	0.0	87.2	12.8	789.88

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

Fonte: PNAD/IBGE – Tabulações Especiais do Projeto Rurbano – IE/UFU.

<sup>100</sup> Se analisássemos também a composição das rendas médias das famílias de agricultores familiares de acordo com diferentes faixas de áreas, especialmente entre a faixa que compreende de 10 a 20 hectares, a qual vimos que representa a maior parte dos estabelecimentos agropecuários mineiros, veríamos que 42,7% da renda das famílias desses estabelecimentos agropecuários corresponde a rendas não agrícolas, surpreendentemente entre as famílias exclusivamente agrícolas.

Para as famílias de empregados o resultado não é muito diferente, particularmente quando se restringe a análise aos pluriativos – 50,6% da renda média dessas famílias compõem-se de rendas provenientes de outras fontes de renda que não as atividades agrícolas. Esse resultado ajuda a compreender e associar, ao menos em parte, à possível tendência de abandono das atividades agropecuárias por parte das famílias de agricultores familiares [principalmente pelos jovens], à queda significativa das famílias pluriativas da agricultura familiar mineira ao longo da primeira década dos anos 2000 (*vide* Tabela 14).

Em outras palavras, essas famílias teriam abandonado de vez as atividades agrícolas e, portanto, o elo agrícola da pluriatividade e permanecendo apenas como empregados em suas atividades não agrícolas. Ou ainda, devido à idade avançada, abandonado as atividades agrícolas passando a viver das rendas do não trabalho<sup>101</sup> – observamos através da Tabela 19 que 87,2% do rendimento é composto por aposentadorias e/ou pensões, confirmando o supracitado.

Já na Tabela 21 é apresentada a renda média do trabalho agrícola e a renda média familiar dos rendimentos exclusivamente<sup>102</sup> do trabalho agrícola para cada tipo familiar, além da participação de cada um deles na apropriação da renda total do trabalho agrícola nos anos de 2002 e 2009.

Essa tabela, por sua vez, revela que as famílias de assalariados, de empregadores com até dois empregados e de conta-próprias que representam, em 2009, 98,2% das famílias analisadas (Tabela19), apropriam-se de 89,6% da renda agrícola total. Apesar desse resultado, é importante destacar que a renda média familiar dessas mesmas famílias é, pelo menos, dez vezes inferior ao das famílias empregadoras com mais de dois empregados, que não correspondem sequer a 1% das famílias com ocupados em atividades agrícolas.

Do ponto de vista da variação percentual das rendas médias familiares, os anos 2000 foram favoráveis a variações positivas para praticamente todos os tipos familiares – a única exceção das rendas médias das famílias de empregadores com até dois

---

<sup>101</sup> Como foi visto na Tabela14, no período de 2002 a 2009 houve um crescimento nas famílias de não ocupados em Minas Gerais.

<sup>102</sup> Apesar de apresentarmos e fazermos uma breve discussão de outras fontes de renda, o interesse particular desse trabalho reside na renda oriunda das atividades agropecuárias e, principalmente, sua apropriação entre os diferentes tipos de famílias.

empregados e conta-próprias (Não familiares), que apresentaram variações negativas. As famílias do tipo pluriativa intersetorial foram as que apresentaram a maior variação positiva na renda média familiar (38,4%), devido, sobretudo, ao aumento observado entre as unidades familiares intersetoriais<sup>103</sup> (68,5%) e as famílias de assalariados intersetoriais (36%).

**Tabela 21:** Rendimento médio e per capita das famílias de ocupados em atividades agrícolas segundo tipo de família: Minas Gerais, 2002 e 2009.

TIPO DE FAMÍLIA		2002			2009			Varição 2009-2002 (%)
		Renda Média Familiar	Renda Média do Trabalho	% Renda Total	Renda Média Familiar	Renda Média do Trabalho	% Renda Total	Renda Média Familiar
Empregadora mais 2	Agrícola	3.155,6	1.893,1	1,8	5.641,2	4.029,0	4,3	78,8
	Pluriat. Tradicional	3.627,9	907,0	0,7	-	-	0,0	-
	Pluriat. Intersectorial	157,7	-	0,0	2.150,0	4.300,0	0,7	1.263,1
	Total	2.649,8	1.472,6	2,6	4.644,6	4.062,9	5,0	75,3
Empregadora até 2 + Conta- própria Não familiar	Agrícola	1.623,1	710,0	6,6	1.011,5	554,6	2,6	-37,7
	Pluriat. Tradicional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-
	Pluriat. Intersectorial	298,9	163,7	2,7	359,2	225,0	2,9	20,2
	Total	693,3	349,1	9,3	505,3	306,6	5,5	-27,1
Empregadora até 2 + Conta- própria Familiar	Agrícola	514,5	211,4	27,1	746,3	360,7	28,1	45,1
	Pluriat. Tradicional	827,5	215,6	10,0	1.134,2	352,5	8,0	37,1
	Pluriat. Intersectorial	743,0	352,2	10,6	1.252,1	619,8	9,4	68,5
	Total	603,6	233,0	47,7	871,3	393,0	45,5	44,4
Assalariados	Agrícola	455,1	215,7	34,1	614,1	302,7	36,0	34,9
	Pluriat. Intersectorial	451,5	252,0	6,3	613,9	356,7	8,1	36,0
	Total	454,5	220,7	40,4	614,0	311,3	44,1	35,1
Total	Agrícola	526,9	235,0	69,7	713,1	350,6	71,0	35,3
	Pluriat. Tradicional	845,0	222,4	10,7	1.087,0	345,5	8,0	28,6
	Pluriat. Intersectorial	524,2	274,3	19,6	725,5	414,3	21,0	38,4
	Total	548,4	240,3	100,0	735,9	361,8	100,0	34,2

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

No que respeita à participação relativa de cada tipo familiar na totalidade da massa de renda agrícola gerada pelo conjunto dos tipos familiares, a Tabela 21 mostra, na terceira e penúltima colunas, que foram as famílias de assalariados as que elevaram de forma mais expressiva a participação relativa na massa de renda agrícola (aumento de quase quatro pontos percentuais, de 40,4% em 2002 para 44,1% em 2009). Este crescimento foi devido não somente ao já mencionado desempenho das famílias de

<sup>103</sup> Famílias de empregadores até 2 empregados + famílias de conta-próprias (Famíliares).

assalariados intesetoriais, como também ao melhor desempenho das famílias de assalariados agrícolas (ambos com aumento de quase 2,0 pontos percentuais).

Na verdade, as famílias de assalariados foram praticamente as únicas que exibiram aumento na participação relativa na distribuição da massa total da renda agrícola, no período analisado. Ao lado dessas, as famílias de empregadores com mais de dois empregados apresentaram um aumento de 2,5 pontos em sua participação relativa. Por outro lado, as famílias de conta-próprias e de empregadores com até dois empregados (Agricultura familiar) perderam participação relativa (2,2 pontos percentuais) entre 2002 e 2009 juntamente às famílias de empregadores com até dois empregados e conta-próprias (Não familiar), as quais perderam ao longo desse período 3,8 pontos percentuais de participação relativa<sup>104</sup>.

Resumindo, podemos destacar que as famílias de assalariados foram o tipo familiar que mais se diferenciou dos demais, tanto em termos do aumento de participação relativa no número de famílias e de pessoas ocupadas em atividades agrícolas, quanto em termos de aumento de participação relativa na massa total da renda agrícola. A decomposição dos distintos efeitos responsáveis pela apropriação relativa da renda total agrícola (Tabela 22) mostra ainda que o aumento da participação relativa das famílias de assalariados na apropriação da renda agrícola total se deveu exclusivamente ao aumento da participação relativa desse tipo familiar no conjunto das pessoas ocupadas na agricultura. Em outras palavras, dos quase 4 pontos percentuais de crescimento da participação da renda desse tipo familiar, 6,6 pontos foram devidos ao efeito da maior participação de seus ocupados na estrutura ocupacional agrícola, já que o efeito renda desse tipo familiar apresentou crescimento negativo de 2,6 pontos entre 2002 e 2009.

---

<sup>104</sup> Esse resultado para as famílias de empregadores com até dois empregados e conta-próprias não familiares, podem sugerir que o fato de eles produzirem em áreas maiores se comparados à agricultura familiar, não é suficiente para lhes garantir uma maior apropriação da renda agrícola. A propósito, ver seção 1.1.3.



**Tabela 22:** Decomposição dos diferentes efeitos da apropriação da renda total agrícola das famílias de ocupados em atividades agrícolas, segundo o tipo familiar: Minas Gerais, 2002 e 2009.

TIPO DE FAMÍLIA		Efeito Participação	Efeito Renda	Efeito Composto	Varição Total (2001/2009)
Empregadora mais 2	Agrícola	1,2	0,8	0,5	2,5
	Pluriat. Tradicional	-0,7	-	-	-
	Pluriat. Intersetorial	-	-	-	-
	Total	0,1	2,2	0,1	2,4
Empregadora até 2 + Conta- própria Não familiar	Agrícola	-1,6	-3,2	0,8	-4,0
	Pluriat. Tradicional	0,0	-	-	-
	Pluriat. Intersetorial	0,4	-0,2	0,0	0,2
	Total	0,1	-3,9	0,0	-3,8
Empregadora até 2 + Conta- própria Familiar	Agrícola	-2,3	3,6	-0,3	1,0
	Pluriat. Tradicional	-2,7	0,9	-0,2	-2,0
	Pluriat. Intersetorial	-2,5	1,8	-0,4	-1,2
	Total	-7,1	5,7	-0,8	-2,2
Assalariados	Agrícola	4,5	-2,3	-0,3	1,9
	Pluriat. Intersetorial	2,3	-0,4	-0,1	1,7
	Total	6,6	-2,6	-0,4	3,7
Total	Agrícola	2,0	-0,6	0,0	1,4
	Pluriat. Tradicional	-3,0	0,3	-0,1	-2,7
	Pluriat. Intersetorial	1,3	0,1	0,0	1,4
	Total	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

De forma semelhante, mas em sentido contrário, a perda de participação relativa (2,2 pontos percentuais) na apropriação da renda agrícola total pelas unidades familiares pode ser atribuído mais ao efeito da perda de participação relativa desse tipo familiar no conjunto da população ocupada na agricultura (7,1 pontos percentuais) do que ao efeito renda, o qual contribuiu com 5,7 ponto percentual para o crescimento da apropriação da renda total.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados nesses termos, os três capítulos em conjunto nos mostram que à medida que o modo de produção capitalista avança, e antes mesmo que adentrasse no campo, impõe uma série de adequações à agricultura; adequações essas necessárias para que este setor responda às exigências de acumulação do grande capital, seja ele industrial, agrário ou financeiro. O ponto de partida desse processo, como vimos, é o aprofundamento da divisão social do trabalho no meio rural, separando não só as diferentes atividades agrícolas, assim como a agricultura da indústria, estabelecendo uma nova relação entre elas, que nada mais é do que a industrialização da própria agricultura. Em outras palavras, é necessário que as mercadorias agrícolas se adequem à demanda industrial [especialmente das agroindústrias] e, nesse sentido, a agricultura passa a demandar produtos industrializados para a produção agrícola, criando assim demanda para essa indústria específica para a agricultura. Essa industrialização da agricultura, por sua vez, significa uma maior interdependência entre esses setores, ou seja, para levar a cabo a produção, o agricultor precisa modernizá-la comprando os produtos [caros] dessas indústrias. Esse processo, no entanto, deixa à margem uma grande parcela da população rural que não consegue por si só, adotar o padrão capitalista de produção; e, no caso específico do Brasil, sabemos que o impacto negativo da modernização agrícola foi acentuado pelo modo como o Estado atuou; as políticas agrícolas privilegiavam o interesse dos grandes capitais, direcionando [e concentrando] os recursos públicos para algumas regiões, produtos e produtores.

Mesmo com o PRONAF e sua reconhecida importância no sentido de atenuar esse impacto negativo da modernização agrícola ao permitir que uma parte da agricultura familiar incorpore técnicas modernas à produção, o mesmo manteve o caráter concentrador e excludente das políticas públicas modernizantes conduzidas pelo Estado, deixando de beneficiar muitas outras famílias de agricultores familiares; ademais mesmo entre os pronafianos, o fato de se modernizarem não tem significado uma melhora nas condições de vida dos mesmos.

A alternativa encontrada especialmente entre as famílias excluídas da capitalização da agricultura brasileira foi [e ainda é] ocupar-se parte do tempo em atividades não agrícolas no próprio campo ou em cidades circunvizinhas. A

pluriatividade, entretanto, pode significar, em última instância, apenas uma etapa para o abandono definitivo das atividades agropecuárias e, conseqüentemente, da condição de agricultor. Aliás, foi o que revelou tanto a pesquisa de campo nos quatro municípios do TMAP quanto o processamento dos microdados da PNAD para Minas Gerais – em ambos os casos, verificamos que há uma tendência latente de abandono das atividades agrícolas por parte da agricultura familiar pesquisada. Em outras palavras, a modernização da agricultura brasileira [e mineira em particular] gera uma possível tendência das famílias agrícolas virem a se tornar pluriativas ou exclusivamente não agrícolas, dado o quadro de fragilização em que se encontram as mesmas; fragilização essa expressa, por exemplo, em outra tendência – a de envelhecimento da população rural; ou seja, os jovens pesquisados não tem interesse, e nem tem sido motivados pelas gerações anteriores, a permanecerem nas atividades agropecuárias. A explicação para essa tendência reside, ao menos em parte, nos rendimentos oriundos das atividades agrícolas. Ao considerarmos o conjunto das observações referentes, sobretudo, ao indicador de nível tecnológico e renda média familiar e, também, as inúmeras observações realizadas *in loco*, é possível sugerir a interpretação de que o grau de tecnificação observado numa fração considerável dos estabelecimentos agropecuários familiares não se reflete em um bem-estar mais elevado das famílias, em ambas as amostras pesquisadas e para o estado de Minas Gerais como um todo.

Ao investigar a evolução da composição da participação dos grupos ocupacionais familiares do meio rural mineiro, ocupados em atividades agropecuárias na renda do setor, confirmamos a hipótese que norteou a segunda parte empírica do capítulo 3 de que o grupo familiar que menos se apropria do excedente da renda agropecuária gerada pela tecnificação da produção são as famílias de agricultores familiares por conta-própria. Esse resultado reforça os resultados das pesquisas de campo (capítulo 2) e da primeira parte empírica do capítulo 3, todos eles confirmando a hipótese central desta dissertação de que a pequena agricultura familiar (agrícola e pluriativa) apresenta um quadro geral de fragilidade que a coloca em uma situação tendencial de abandono das atividades agrícolas que pode convertê-las progressivamente em famílias de assalariados ou de conta-próprias *não agrícolas*.

Isso, por sua vez, se reflete na ocupação e composição de renda dessas famílias já que as fontes de renda não agrícolas tem sido cada vez mais importante para as

famílias de agricultores familiares, inclusive entre as famílias exclusivamente agrícolas. Em outras palavras, a pluriatividade tem representado muitas vezes apenas uma etapa para que essas famílias se tornem de vez famílias não agrícolas. Ao longo do período em análise, essas famílias tiveram uma queda significativa. Em consequência disso, vimos que tem havido na economia mineira um processo de assalariamento das famílias de agricultores familiares, em particular em atividades não agrícolas, que apresentaram um crescimento significativo nos anos 2000.

Enfim, procurando contribuir com o debate sobre a importância da persistência da agricultura familiar (e das famílias pluriativas) como um segmento social basilar do desenvolvimento econômico-social, buscou-se, conforme antecipado na Introdução deste trabalho, sistematizar ao longo do texto um quadro mais claro da real situação socioeconômica do país no início do século XXI, ao nível das áreas mineiras, esperando que os resultados deste trabalho possam servir de subsídio para novos estudos e, por que não, para a proposição de políticas de desenvolvimento rural mais próximas da realidade da vida plural do novo mundo rural brasileiro, sobretudo das populações rurais dos municípios selecionados, haja vista o quadro apontado sobre a fragilidade de uma parcela significativa da amostra das unidades familiares agrícolas pesquisadas.

Por outro lado, conforme apreendeu-se na pesquisa, há também elementos que ajudam a explicar, a despeito do grau de fragilidade revelado, a persistência dessas mesmas unidades familiares em manter as atividades agrícolas: i) insuficiente oferta de oportunidades ocupacionais não agrícolas (nas sedes dos municípios circunvizinhos); ii) baixa escolarização, dos chefes e filhos, que os desqualifica para ocupações não agrícolas fora do estabelecimento; iii) o “custo de saída” da atividade agrícola, após realizados investimentos; iv) a possibilidade de utilizar os serviços produtivos de terceiros (trabalho temporário); v) o acesso ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que, para vários entrevistados, foi responsável pelo aumento da tecnificação e, por conseguinte, da produção e da renda.

Dentre esses fatores determinantes dessa persistência, percebeu-se nas entrevistas que o PRONAF (financiando a produção), assim como outros programas oficiais – esses outros não captados nas entrevistas quantitativas, mas apenas nas qualitativas – tais como o Programa Mais Alimentos (também financiando investimentos produtivos), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa

Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – ambos assegurando mercado para os produtos da agricultura familiar – são os fatores mais desejáveis para reduzir a fragilidade que foi ressaltada ao longo deste texto. Ou seja, a ampliação de Programas dessa natureza – conforme foi exemplificado com o PRONAF, na seção anterior – poderão elevar a capacidade dos agricultores familiares de se afirmarem nos mercados de produtos, e permanecerem nas atividades agropecuárias, e na terra.

A investigação sobre a apropriação da renda agrícolas pelos grupos familiares ocupacionais mineiros serviu para tornar evidente algumas importantes questões: i) permanece uma nítida hierarquia de forte desigualdade na apropriação de fatias da renda global agrícola, destacadamente a favor da agricultura patronal, seguida de longe pelas famílias de assalariados e da agricultura familiar; ii) a comparação entre esses dois últimos tipos familiares revelou que na última década as famílias de assalariados tiveram melhor desempenho, tanto no aumento do seu contingente relativamente ao universo de famílias com membros na agricultura, quanto na apropriação relativa da renda total agrícola; iii) a agricultura familiar, comparada à agricultura patronal e às famílias de assalariados, foi o contingente de pior desempenho (na participação relativa do conjunto das famílias ligadas à agricultura e na apropriação relativa da renda global agrícola).

Esses resultados podem ser mais uma fonte de subsídio para orientar políticas públicas voltadas para as populações (e famílias) envolvidas com as atividades agrícolas, no sentido de continuar perseguindo a redução das desigualdades na distribuição da apropriação da renda no setor, a melhoria da escolaridade dos membros das famílias de assalariados e da agricultura familiar, a regularização das situações precárias de acesso à terra (regularizações fundiárias do direito de propriedade, reforma agrária), apoio particularmente aos pequenos agricultores familiares para lhes fortalecer na sua relação com os capitais (mercantil, etc) que lhes extraem parcelas maiores de seu mais-trabalho.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec; Campinas: Editora da Unicamp, 1998. 275 p. (Estudos Rurais, 12).

AQUINO, J. R. (coord.); RADOMSKY, G. F. W.; SPOHR, G.; PAREDES, A.; RADOMSKY, C. W. Caracterização do público potencial do PRONAF “B” na região Nordeste e no estado de Minas Gerais: uma análise baseada nos dados do Censo Agropecuário 2006. **Projeto de Cooperação Técnica IPEA/PGDR 2010/2011: “Análise Multidimensional dos Dados do Novo Censo Agropecuário 2006”**. Porto Alegre: PGDR/UFRGS/IPEA, 2012.

AQUINO, J. R., TEIXEIRA, O. A., TONNEAU, J. Pronaf: política agrícola discriminatória?! **IX Encontro Nacional de Economia Política – ENEP** (CD-ROM). Uberlândia, MG, 2004.

BARDAJÍ, I., JIMÉNEZ, M. M.. La iniciativa Leader I y su contribución a La pluriactividad en Castilla y León. **Agricultura y Sociedad**, n.77, oct/dic, pp. 147-172, 1995.

BITTENCOURT, G.A. **ABRINDO A CAIXA PRETA: O financiamento da agricultura familiar no Brasil**. Campinas/SP. Tese de doutorado, 2003.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. [Org.]. **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna: Embrapa-Meio Ambiente. 4 V, 2000.

CAVAILHES, J. *El análisis leninista de la descomposición del campesinado*. In: ETXEZARRETA, M. **La evolución del campesinado. La agricultura en el desarrollo capitalista**. Madrid: Servicio de Publicaciones Agrarias, 1979. p. 327-360.

CEE. **El Futuro del Mundo Rural**. Madrid, MAPA. 149p, 1998.

DEL GROSSI, M. E.. **Evolução das Ocupações Não-Agrícolas no Meio Rural Brasileiro**, 1981-1995. Campinas, SP, IE-Unicamp, 1999. (tese de doutoramento)

FRANÇA, C. G.; DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. A. **O Censo Agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

FULLER, A. M.. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**. N. 6 (4), pp. 361-373, 1990.

GARLIPP, A. A. D.. **Mecanização e emprego rural: os casos do café e da cana-de-açúcar no triângulo mineiro e alto Paranaíba**. Uberlândia, MG: IE/UFU,1999. (dissertação de mestrado)

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. 217p.

\_\_\_\_\_. **O que é questão agrária**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 114 p.

GRUPO DE BRUGGE. **Por um Cambio Necesário em la Agricultura Europea**. Córdoba (Espanha), IESA, 69 p, 1996.

HEYNIG, K.. Principales enfoques sobre la economía campesina. La teoria de la economia campesina de Chayanov *in*: Naciones Unidas / Comission Economica Para América Latina. **Revista de la CEPAL**.Santiago de Chile: CEPAL, 1982, p. 127-133.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2010.  
[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 10 de outubro 2012.

KAGEYAMA, A.. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. **Economia Aplicada**. v.2, n. 3, p. 515-51, jul/set 1998.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução de Otto Erich Walter Mass. São Paulo: Nova Cultural, 1986. 401 p. Título original: Die Agrarfrage. (Os Economistas).

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Tradução de José Paulo Netto. Revisão de Paulo Bezerra. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 402 p. Título original: Razvitie Kapitalizma V’Rossii. (Os Economistas).

MANN, S. A.; DICKINSON, J. M. Obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista. In: Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA. **Literatura econômica**. v. 9. Rio de Janeiro, 1987. p. 7-25.

MARX, K. The eighteenth brumaire of Louis Bonaparte. In: TUCKER, R. **Marx-Engels reader**. Nova York: Norton, 1972

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. Livro III, v. II. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Os Economistas)

MATTEI, L. F.. **Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Estado de Santa Catarina**. Campinas, SP. IE-Unicamp, 1999. (Tese de doutoramento)

NASCIMENTO, C. A. ; MENDES, S. R. ; CARDOSO, J. G. . A subordinação da Agricultura Familiar aos capitais industrial e mercantil: dois estudos de caso em Araguari e Indianópolis, MG. In: **I CONGRESSO SUL-AMERICANO DE ESTUDOS AGRÁRIOS: A Questão Agrária na América do Sul**, 2011, Rio de Janeiro. Anais do I Congresso Sul-Americano de Estudos Agrários. Rio de Janeiro: UNIRIO/UFRRJ, 2011. v. 1. p. 1-1.

NASCIMENTO, C. A. ; MENDES, S. R. ; CARDOSO, J. G. ; SOUTO, I. J. G. . Modernização, pluriatividade e agricultura familiar: um estudo de caso comparado em Canápolis e Coromandel, MG, Brasil. In: **IV Congresso de Estudos Rurais, 2010, Aveiro**. Livro de Actas IV CER Congresso de Estudos Rurais: Mundos Rurais em Portugal: Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros, 2010. v. 1. p. 778-793.

NASCIMENTO, C. A.. A pluriatividade das famílias rurais no Nordeste e no Sul do Brasil: pobreza rural e políticas públicas. **Economia e Sociedade** (UNICAMP), 2009, v. 18 (36), p. 317-348.

\_\_\_\_\_. **PLURIATIVIDADE, POBREZA RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: uma análise comparada entre Brasil e União Européia**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008. 282 p. (BNB Teses e Dissertações, n. 11).

\_\_\_\_\_. Pluriatividade e Políticas Públicas: o caso do Sul do Brasil. **Revista de Economia Política**, 2007 v. 27, p. 452-471.



NASCIMENTO, C. A.. **Pluriatividade, Pobreza Rural e Políticas Públicas**. Campinas, SP: Unicamp/IE (Tese de Doutorado), 2005a.

NASCIMENTO, C. A.. A Política Agrícola Comum da CEE e a ocupação das famílias rurais agrícolas em atividades não-agrícolas. **X Encontro Nacional de Economia Política**. Campinas, SP, IE/UNICAMP, 2005b. CD-ROM.

\_\_\_\_\_. **Evolução das Famílias Rurais no Brasil e Grandes Regiões: Pluriatividade e Trabalho Doméstico, 1992-1999**. Campinas, SP: Unicamp/IE (Dissertação de Mestrado), 2002.

ORTEGA, A. C., GARLIPP, A. A. D., JESUS, C. M.. Terceirização e emprego rural na agricultura do cerrado mineiro: os casos da mecanização no café e na cana-de-açúcar, in: CAMPANHOLA, C., GRAZIANO DA SILVA, J. (orgs.). **O novo rural brasileiro: novas atividades rurais**, vol. 6. Brasília, DF: Embrapa, 2004.

ORTEGA, A. C. Minas são muitas: todas ampliando suas atividades rurais não-agrícolas. **Economia: Ensaios**, Uberlândia, v. 16, n. 1, p. 91-118, dez. 2001.

PARLAMENTO EUROPEO. **El Desarrollo Rural: Políticas Aplicadas, Situación actual del Debate y Perspectivas del Futuro a nivel Europeo**. Doc. Trabajo AGRIOG, 1998.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano**, 2000. [www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br), Acesso em 31 de março 2009.

RANGEL. Ignácio. **A questão agrária brasileira**. Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco. Recife, 1962.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374 p.

SCHNEIDER, S.. **Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 354p.

SOUZA, M.; LINDNER, M.. O Turismo na Revalorização da Agroindústria Rural na Rota Gastronômica de Silveira Martins-RS, Brasil. **Revista Labor Interdisciplinaria de Desarrollo Regional**, v. 16, p. 125-140, 2010.

WANDERLEY, M. N. B. (1985). O camponês: um trabalhador para o capital. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**. Brasília, 2 (1), pp. 13-78, jan./abr.